

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



Defensoria  
Pública  
BAHIA



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2021/2023



Defensoria  
Pública  
BAHIA

**Relatório de Gestão 2021/2023**

Copyright (c) 2023 Defensoria Pública do Estado da Bahia  
Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

**Projeto Gráfico**

SLA Propaganda

**Direção de arte e Finalização**

Scheckter Barreto e Ari Cabral – SLA Propaganda

**Direção de criação**

Livia Diamantino – SLA Propaganda

**Textos-base**

Ailton Sena; Ingrid Carmo; Júlio Reis; Lucas Fernandes; Thaís Faria; Rafael Flores e Tunísia Cores - Jornalistas  
Ascom DPE/BA

**Redação**

Scribo Consultoria Textual

**Revisão**

SLA Propaganda; Scribo Consultoria Textual; Lucas Fernandes (jornalista Ascom DPE/BA); Juliane Andrade e  
Fernanda Moraes (defensoras públicas assessoras do Gabinete do Defensor Público Geral)

**Produção**

Ingrid Carmo e Lucas Fernandes

**Coordenação editorial**

Alexandre Lyrio; Arthur Naurimar Franco Silva e SLA Propaganda

D313rg

BAHIA. Defensoria Pública do Estado

Relatório de Gestão (2021 – 2023) / Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 1ª ed.  
- Salvador: ESDEP, 2023.

83p.: il

1. Defensoria Pública. 2. Organização administrativa. 3. Administração pública I.  
Título.

CDD 341.31

Ficha catalográfica: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O  
Defensoria Pública do Estado da Bahia

[www.defensoria.ba.def.br](http://www.defensoria.ba.def.br)

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

[esdep@defensoria.ba.def.br](mailto:esdep@defensoria.ba.def.br)

Tel.: (71) 3117-6918





# CARGOS DE GESTÃO

## BIÊNIO 2021-2023



### **Defensoria Pública Geral**

Rafson Saraiva Ximenes

### **Subdefensoria Pública Geral**

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

### **Corregedoria-geral**

Liliana Sena Cavalcante

### **Corregedoria-adjunta**

Isabel Cristina Souza Neves Almeida

### **Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas**

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

### **Coordenação Executiva das Defensorias Regionais**

Walter Nunes Fonseca Júnior

### **Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia**

Clériston Cavalcante de Macêdo

### **Ouvidoria-geral**

Sirlene Vanessa de Souza Assis

### **Assessoria do Gabinete da Defensoria Pública Geral**

Cynara Fernandes Rocha Gomes; Fernanda Nunes Morais da Silva;  
Juliane Andrade Pereira; Marcelo dos Santos Rodrigues

### **Núcleo de Integração**

Cristina Ulm Ferreira Araújo; Gil Braga de Castro Silva;  
Maurício Garcia Saporito

### **Assessoria de Relações Interinstitucionais**

José Álvaro Fonseca Gomes

### **DP Especializada de Família**

Analeide Leite de Oliveira Accioly; Paula Emanuella de Freitas Nunes

### **DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

**DP Especializada do Idoso**

Laise de Carvalho Leite

**DP Especializada Cível**

Ariana de Sousa Silva Wanderley

**DP Especializada de Fazenda Pública**

Virdálio de Senna Neto

**DP Especializada de Proteção aos****Direitos Humanos e Itinerante**

Eva dos Santos Rodrigues; Livia Silva de Almeida

**DP Especializada Criminal e de Execução Penal**

Fabíola Marguerita Pacheco de Menezes; Pedro Paulo Casali Bahia

**DP Especializada de Curadoria Especial**

Rosane de Melo Assunção

**DP Especializada dos Juizados Especiais**

Marcos Fonseca Meireles

**DP Especializada da Instância Superior**

Carla Guenem da Fonseca Magalhães; Rita de Cássia Moure Orge Lima

**1ª DP Regional (sede Feira de Santana)**

Liliane Miranda do Amaral

**2ª DP Regional (sede Vitória da Conquista)**

José Raimundo Passos Campos

**3ª DP Regional (sede Ilhéus)**

Leonardo Couto Salles

**4ª DP Regional (sede Itabuna)**

Luanna Nathalia Lyra Ramalho; Aline Brito Muller

**5ª DP Regional (sede Juazeiro)**

André Lima Cerqueira

**6ª DP Regional (sede Santo Antônio de Jesus)**

Carina Góes Silva

**7ª DP Regional (sede Camaçari)**

Daniel Soeiro Freitas; Diana Cerqueira Simões dos Reis Suedde

**8ª DP Regional (sede Barreiras)**

Laís Daniela Nunes Campos Sambuc

**9ª DP Regional (sede Paulo Afonso)**

Bruna de Carvalho Chaves Peixoto; Sócrates Costa da Silva Neto

**10ª DP Regional (sede Porto Seguro)**

José Renato Bernardes da Costa

**11ª DP Regional (sede Jequié)**

Yana de Araújo Melo

**12ª DP Regional (sede Irecê)**

Ana Luiza Novelli Silveira

**13ª DP Regional (sede Alagoinhas)**

Danilo Rodrigues

**Diretoria-geral**

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

**Coordenação de Modernização e Informática**

Thales José Costa de Almeida

**Gestão da Tecnologia da Informação e Gerenciamento da Rede, Comunicação e Infraestrutura**

Ricardo Augusto Borges Santana

**Processos de Gerenciamento de Bancos de Dados e de Sistemas**

Daniele Paulo Tavares Souza

**Processos de Suporte Técnico e de Atenção ao(à) Usuário(a)**

André Luiz Souza de Almeida

**Diretoria Administrativa**

Ana Lúcia Antunes Faria

**Coordenação de Serviços Administrativos**

Márcio Serapião Batista

**Setor de Transportes**

Wiliam Conceição Rocha

**Setor de Patrimônio**

Ricardo Silva Lins

**Setor de Arquivo**

João Vitor Berguer

**Coordenação de Administração de Pessoal**

Zeneide Maria Fernandes Neves (2021-2022); Rogério Luiz Oliveira de Almeida

**Coordenação de Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Gisele Cristiane Bezerra Alves

**Comissão Permanente de Licitação**

Laurindo Grilo Matos

**Setor de Planejamento e Obras**

Arnaldo Souza Moreira Neto; Ademário Bastos Santos Filho

**Diretoria de Planejamento e Orçamento**

Mônica Simon Viana Costa Lujan

**Coordenação de Programação e Gestão Orçamentária**

Francisco das Chagas Almeida Rebelo

**Coordenação de Estudos e Avaliação**

Maria Rosa Silva Barboza dos Santos

**Diretoria de Finanças**

Ana Lucia Almeida dos Santos

**Coordenação Financeira e Contábil**

André Luis Silva do Carmo

**Assessoria de Comunicação Social**

Alexandre Lyrio; Arthur Naurimar Franco Silva

**Cerimonial**

Maria do Socorro Santana Lopes

**Setor de Protocolo**

Natalice Ferreira da Silva

**Almoxarifado**

Sandro Augusto e Silva Paraíso

**Assessoria Jurídica**

Maria de Fátima Almeida Cardozo

**Controladoria Interna**

Veralucia Oliveira Lima



CONSELHO SUPERIOR  
BIÊNIO 2021-2023





## MEMBROS NATOS

Rafson Saraiva Ximenes  
Defensoria-Geral

Firmiane Venâncio do Carmo Souza  
Subdefensoria-Geral

Liliana Sena Cavalcante  
Corregedoria

Sirlene Vanessa de Souza Assis  
Ouvidoria

## MEMBROS ELEITOS

Ana Valéria Correia Brasil  
Bruno Moura de Castro  
Clarissa Verena Lima Freitas  
Lucas Silva Melo  
Manuela de Santana Passos  
Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira

## MEMBROS SUPLENTE

Diana Furtado Caldas Gonçalves  
1ª Suplente

Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão  
2ª Suplente

Sônia Maria Carvalho Santana  
3ª Suplente

Fabiana Almeida Miranda  
4ª Suplente

Claudino Santos Silva  
5ª Suplente





# APRESENTAÇÃO



**Rafson Saraiva Ximenes**  
Defensor Público Geral do Estado da Bahia

Um relatório de gestão costuma ser apenas uma prestação de contas. Prestar contas é fundamental para qualquer agente público, mas, normalmente, é chato para quem lê. É tedioso porque é burocrático, sem vida, sem cores. Mas garanto que não é o caso deste. Não estamos falando de um relatório qualquer. É um material sobre a história recente da instituição mais bonita e promissora do organograma do Estado: a Defensoria Pública. Mais ainda, a Defensoria Pública da Bahia!

O que se apresenta aqui são sonhos realizados e por realizar. Direitos adquiridos e direitos ainda a serem conquistados. São as vidas e as cores do nosso povo. É a história sobre como a população baiana viveu uma revolução no seu direito ao acesso à Justiça, mesmo a instituição enfrentando uma pandemia; uma crise econômica; a crise política gerada por um governo federal com matizes inegavelmente nocivas à institucionalidade; e o ainda alto grau de incompreensão de instâncias locais sobre o desenho constitucional da Defensoria Pública.

A Defensoria da Bahia cresceu em quantidade e em qualidade. Hoje somos quantitativamente mais defensores(as) e mais servidores(as), porque concursos foram realizados e vagas providas. Hoje somos qualitativamente melhores, porque políticas afirmativas foram implementadas e somos mais diversos.

A instituição mirou de forma insistente suas lentes para o interior do estado. Unidades foram abertas, sedes foram reformadas ou construídas. Começamos a possuir espaços pensados desde o início para funcionar como Defensoria. Agora, possuímos e seguimos um plano de expansão, porque queremos andar para frente e não para trás. Pela primeira vez, a concentração maior de defensores(as) não está na capital do estado. Temos uma Unidade Móvel que vai até onde as pessoas mais precisam e que até virou filme!

A Escola Superior da Defensoria Pública é um espaço único no Sistema de Justiça brasileiro, porque suas formações são pensadas para envolver sempre a população e para garantir a multidisciplinaridade. Entendemos que o trabalho de prestar assistência jurídica gratuita necessita também dos saberes da história, da psicologia, da sociologia, da assistência social, da arte e da cultura.

Os frutos começaram a ser colhidos e o reconhecimento veio muito rápido. Fomos premiados pela ONU Mulheres, pelo trabalho com mulheres vítimas de violência, recebemos o Prêmio Innovare pela defesa dos catadores de materiais recicláveis, recebemos prêmios do CNJ pela atuação na área da Infância e Juventude, ganhamos honrarias por Inovações Tecnológicas para o acesso à Justiça e batemos recorde no prêmio de comunicação (superando STF e STJ, por exemplo). No Congresso Nacional de Defensores, nas 3 categorias de medalhas, fomos agraciados em todas.

Internamente, nos organizamos, aumentamos a estrutura de trabalho e, ao mesmo tempo, implantamos políticas de equidade racial e de gênero. Ao mesmo tempo em que reformávamos sedes, fazíamos parcerias, estimulávamos as ações da Ouvidoria Externa, puxávamos debates ou, mais importante ainda, passávamos a ser vistos pela sociedade civil organizada como terreno fértil para atuar com ela. Quando percebemos, a Defensoria Pública já havia se consolidado como fonte de consulta “obrigatória” da imprensa para tratar de qualquer tema de natureza sociojurídica.

Ao ler o relatório – paradoxalmente tão sintético quanto extenso – confesso que a sensação é de dever cumprido. As tantas noites mal dormidas, as justas reclamações da família, os sapos engolidos não foram em vão. Claro, este material é muito pequeno diante de tudo que foi feito – uma das maiores dificuldades foi definir as pautas, já que facilmente o relatório poderia ter o triplo do tamanho atual.

Mas é fato: o trabalho da Defensoria não cabe em um relatório. Estou muito orgulhoso de toda a equipe por conta desse volume e consistência de atuação. Sei o tanto que cada um(a) se empenhou. Sinto a falta, em cada capítulo, de atividades e ações importantes que não foram relatadas por falta de espaço. Mas todos(as) fazem parte disso e devem se sentir representados(as) por esse sucesso institucional, que, mesmo diante de um dos piores cenários, se deve a esse trabalho intenso, impossível de ser relatado na integralidade. Se qualquer canto é menor do que a vida de qualquer pessoa, imagine um relatório de gestão diante do tamanho dos nossos sonhos.

Muito obrigado a todos e todas!

# SUMÁRIO

## 1

### CARREIRA E SAÚDE MENTAL

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Realização do VIII concurso para defensoras e defensores públicos . . . . .                 | 20 |
| Primeira candidata indígena aprovada em concurso público para defensora na Bahia . . . . .  | 21 |
| Nomeações do VIII concurso . . . . .                                                        | 21 |
| Posses populares . . . . .                                                                  | 22 |
| Semana da Defensoria: aporofobia e histórias de assistidos da instituição . . . . .         | 22 |
| Prática exitosa de uso do Sicad é compartilhada com a Defensoria Pública da União . . . . . | 23 |
| Homenagem ao Dia do(a) Servidor(a) . . . . .                                                | 23 |
| Premiação Luiz Gama . . . . .                                                               | 24 |
| Promoções e remoções . . . . .                                                              | 24 |
| Substituições cumulativas . . . . .                                                         | 24 |
| Ampliação dos plantonistas no interior do estado da Bahia . . . . .                         | 25 |
| Pagamento remunerado de plantão . . . . .                                                   | 25 |
| Diárias . . . . .                                                                           | 25 |
| Saúde mental em pauta . . . . .                                                             | 26 |

## 3

### INTEGRAÇÃO

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Integrar para expandir . . . . .                                                         | 42 |
| As missões e desafios do Núcleo de Integração . . . . .                                  | 42 |
| Unidade Móvel de Atendimento: a DPE-BA chegando aonde a população mais precisa . . . . . | 44 |
| Primeira Câmara de Conciliação de Saúde no interior da Bahia . . . . .                   | 46 |
| Migrantes e refugiados . . . . .                                                         | 46 |

## 2

### EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Expansão e interiorização:<br>palavras-chave do biênio 2021-2023 . . . . .                        | 30 |
| Inauguração da nova sede em Ipiaú . . . . .                                                       | 30 |
| Defensoria Pública da Bahia de casa nova em Simões Filho . . . . .                                | 31 |
| Inauguração da sede própria em Paripiranga . . . . .                                              | 31 |
| Presença feminina marca a gestão da nova sede em Cruz das Almas . . . . .                         | 32 |
| Defensoria Pública amplia instalações da unidade de Irecê . . . . .                               | 32 |
| Acordo com o Poder Judiciário garante a presença da Defensoria em Itaparica e Itaberaba . . . . . | 33 |
| Retomada da atuação em Poções com inauguração de nova sede . . . . .                              | 33 |
| Tudo pronto para a inauguração da sede Valdemir Pina, em Conquista . . . . .                      | 33 |
| O Plano de Expansão da Defensoria Pública do Estado da Bahia . . . . .                            | 34 |
| Sistema de Planejamento de Expansão da Defensoria (Siped) . . . . .                               | 36 |
| Expansão sustentável: os Núcleos Ecológicos . . . . .                                             | 37 |
| Econúcleo “Menina Jesus”, em Irará:<br>o início de uma nova era . . . . .                         | 37 |
| Parceria e apoio dos municípios asseguram projeto de expansão e interiorização . . . . .          | 38 |



# 4

## FORMAÇÃO

|                                                                                                                                      |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Atividades de formação da Esdep são marcadas pela originalidade e ineditismo . . . . .                                               | 50 |
| Defensoras e defensores populares em ação . . . . .                                                                                  | 50 |
| Programa da Esdep aborda questões que interferem na ampla defesa de pessoas vulneráveis . . . . .                                    | 51 |
| Oficinas, palestras e concurso de frases celebraram os 15 anos da Esdep . . . . .                                                    | 51 |
| Selo ESDEP Editorial . . . . .                                                                                                       | 54 |
| Revista Jurídica . . . . .                                                                                                           | 54 |
| Revista Temática . . . . .                                                                                                           | 54 |
| As atividades de formação em números no biênio 2021-2023 . . . . .                                                                   | 55 |
| Sonhos mobilizam jovens para a seleção de estágio da DPE-BA . . . . .                                                                | 55 |
| Curso de combate à LGBTfobia destacou a comunidade trans e travesti . . . . .                                                        | 55 |
| Quebra de paradigmas sobre o envelhecimento foi tema de evento . . . . .                                                             | 56 |
| Realização de workshop sobre ferramentas e técnicas de “advocacy” . . . . .                                                          | 56 |
| Intercâmbio de práticas exitosas entre a DPE-BA e a DPE-RJ promoveu curso para assistência a consumidores superendividados . . . . . | 56 |
| Capacitação em Direitos Humanos prepara a Defensoria para atuação em contexto internacional . . . . .                                | 56 |
| Treinamento abordou cotas raciais em concursos públicos e processos seletivos . . . . .                                              | 57 |
| Palestra marcou o início das aulas do mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania . . . . .                                   | 57 |
| Projeto Quali DPE: articulação entre a Esdep e o Núcleo de Integração garantiu ações de capacitação . . . . .                        | 57 |
| Recursos do FAJ asseguraram formação continuada e aquisição e renovação literária . . . . .                                          | 58 |
| Parceria Esdep e NAP potencializou a formação de psicólogos(as), assistentes sociais e demais integrantes da DPE-BA . . . . .        | 58 |

# 5

## PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

|                                                                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Biênio 2021-2023 foi marcado por reconhecimento local, nacional e internacional aos projetos da Defensoria . . . . .              | 62 |
| Defensoria premiada na ONU Mulheres . . . . .                                                                                     | 62 |
| Projeto voltado para reciclagem ganha para a DPE-BA o Innovare, maior prêmio do Sistema de Justiça . . . . .                      | 63 |
| “Nossa Querida Bia”: livro de minicontos recebeu prêmio de comunicação no Sistema de Justiça . . . . .                            | 63 |
| Defensoria ganhou prêmio nacional por inovações tecnológicas para acesso à Justiça . . . . .                                      | 64 |
| Projetos da DPE-BA com jovens que cumprem medidas socioeducativas conquistam prêmios do CNJ . . . . .                             | 64 |
| Defensoria Pública da Bahia se destacou ao receber três prêmios no XV Conadep . . . . .                                           | 65 |
| Comunicação da Defensoria da Bahia bate recorde de indicações a prêmio . . . . .                                                  | 66 |
| Selo Escola Antirracista recebeu prêmio de Visibilidade Feminina da Assembleia Legislativa da Bahia . . . . .                     | 66 |
| Defensoria institui Prêmio Raul Palmeira: 5ª Regional e unidade de Santo Estêvão são as primeiras ganhadoras . . . . .            | 67 |
| Campanha de Dia dos Pais do Shopping Boulevard em parceria com a DPE-BA foi premiada por Associação de Shopping Centers . . . . . | 67 |
| Comenda 2 de Julho aprovada pela Alba para ser concedida ao defensor-geral, Rafson Ximenes . . . . .                              | 67 |
| Defensor público geral foi condecorado com a Medalha Thomé de Souza . . . . .                                                     | 67 |
| Subdefensora-geral recebeu título de Cidadã Soteropolitana . . . . .                                                              | 68 |
| Defensoria presta homenagem póstuma aos tribunos Raul Palmeira e Pedro Machado . . . . .                                          | 68 |
| Auditório Bartolomeu Oliveira é inaugurado em Itabuna em memória do defensor . . . . .                                            | 68 |

# SUMÁRIO

## 5

<<<

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Valdemir Pina eternizado na sede em Conquista . . .                                                              | 68 |
| Ministro do STF foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito da DPE-BA por sua defesa da democracia . . . . .  | 69 |
| Defensor-geral da Bahia recebeu homenagem da Polícia Civil com Medalha Cruz da Ordem . . . . .                   | 69 |
| Câmara de Vereadores promove sessão solene em homenagem à atuação da Defensoria em Barreiras . . . . .           | 69 |
| Defensores públicos de Ipiaú recebem Comenda Altino Cerqueira em reconhecimento aos serviços prestados . . . . . | 69 |
| Coordenadores da área penal da DPE-BA foram laureados com a Medalha Marechal Argolo, da PM . . . . .             | 70 |
| Visita do defensor-geral da Bahia ao Piauí é marcada pelo compartilhamento de experiências . . . . .             | 70 |
| Visita técnica de defensores do Pará . . . . .                                                                   | 70 |
| Estudante de Direito conhece a sede da Defensoria em Salvador . . . . .                                          | 70 |

## 6

### FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

|                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| DPE-BA integrou relatórios do Sigad aos relatórios da Corregedoria . . . . .                                 | 74 |
| Defensoria garante inclusão e acessibilidade ao promover atendimento em Libras para pessoas surdas . . . . . | 74 |
| Melhoria de processos: resoluções do Conselho Superior foram classificadas por temas . . . . .               | 75 |
| Catálogo normativo: iniciativa organizou portarias e notas recomendatórias expedidas desde 2007 . . .        | 75 |

## 6

<<<

|                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Inédito: Defensoria implanta política de equidade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres . . . . .                                | 76 |
| Inauguração da primeira sala de amamentação da Defensoria: mais acolhimento e conforto para os públicos interno e externo . . . . .               | 76 |
| Humanização no atendimento a gestantes e parturientes que desejam encaminhar seus bebês para adoção . . . . .                                     | 77 |
| Inédito: Defensoria apresenta política de equidade racial e combate ao racismo em coletiva de imprensa . . . . .                                  | 77 |
| Implantação de cotas para contratação de presos e egressos do sistema prisional em empresas vencedoras de licitações . . . . .                    | 78 |
| Alteração em regulamentação passou a contemplar contratação de pessoas trans e em situação de rua nas empresas vencedoras de licitações . . . . . | 78 |
| Transportes: nova frota e modelo de gestão . . . . .                                                                                              | 79 |
| Núcleos da Defensoria no biênio 2021-2023: foco na atuação estratégica . . . . .                                                                  | 80 |
| Núcleo de Equidade Racial: o articulador estratégico e transversal entre a Defensoria, suas estruturas e os movimentos sociais . . . . .          | 80 |
| Núcleo de Assistência Jurídica ao Policial Militar, Policial Civil e Bombeiro Militar atuando dentro das corporações . . . . .                    | 81 |
| Parceria entre Guarda Municipal de Lauro de Freitas e Defensoria para atendimentos jurídicos . . . . .                                            | 82 |
| Requisição para uso de câmeras nas fardas de policiais . . . . .                                                                                  | 82 |
| Plano de proteção contra vazamento de dados pessoais . . . . .                                                                                    | 83 |
| Mais proteção ao consumidor: Defensoria implantou o Núcleo de Defesa do Consumidor . . .                                                          | 83 |
| Assessoria de Captação de Recursos . . . . .                                                                                                      | 84 |
| Central de Honorários . . . . .                                                                                                                   | 85 |

>>>

>>>

## 6

<<<

|                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Parceria entre Defensoria e professores fortaleceu ações da campanha Infância Sem Racismo . . . . .                    | 85 |
| Organização da sociedade civil que atua no combate à violência busca parceria junto à DPE-BA . . . . .                 | 86 |
| Defensoria e Prefeitura de Salvador fortalecem parcerias para ampliação dos atendimentos . . . . .                     | 86 |
| Relações interinstitucionais . . . . .                                                                                 | 86 |
| Orçamento biênio 2021-2023 . . . . .                                                                                   | 89 |
| VI Conferência do Orçamento Participativo . . . . .                                                                    | 89 |
| Coleta seletiva solidária é instituída em todas as unidades da DPE-BA . . . . .                                        | 90 |
| Visita da UMA a Campo Formoso promove diálogo com a gestão municipal sobre apoio a catadoras e catadores . . . . .     | 90 |
| Experiência exitosa em Oliveira dos Brejinhos vai subsidiar protocolos do Nugam . . . . .                              | 91 |
| Acordo de cooperação entre a DPE-BA e empresas de Vitória da Conquista garante descarte adequado de resíduos . . . . . | 91 |

## 7

### **DIÁLOGO COM A SOCIEDADE**

|                                                                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Sirlene Assis foi reeleita ouvidorageral para o biênio 2021-2023 . . . . .                                      | 94 |
| Articulações em favor de comunidades tradicionais marcaram atuação da Ouvidoria . . . . .                       | 94 |
| Um biênio de debates sobre políticas de inclusão para minorias defendidas pela DPE-BA . . . . .                 | 95 |
| Selo Esperança Garcia . . . . .                                                                                 | 95 |
| Ouvidora-geral Sirlene Assis eleita presidente do Conselho Nacional das Ouvidorias Públicas Estaduais . . . . . | 96 |

## 7

<<<

|                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã da DPE-BA tomou posse para o biênio 2022-2024 . . . . .                                                   | 96  |
| Debates e discussões marcaram os 10 anos da Lei de Cotas . . . . .                                                                            | 97  |
| Defensoria realizou Feira de Arte, Cultura, Justiça e Cidadania em Lauro de Freitas . . . . .                                                 | 97  |
| Cartilha Mãos que Reciclam . . . . .                                                                                                          | 97  |
| Audiência sobre nova cartilha de abordagem policial . . . . .                                                                                 | 98  |
| Cartilha em braile sobre os direitos das pessoas com deficiência é indicada a prêmio nacional . . . . .                                       | 98  |
| Cartilha sobre os direitos das pessoas LGBTQ+ . . . . .                                                                                       | 98  |
| Dicionário antirracista ganha 2º lugar em prêmio nacional . . . . .                                                                           | 99  |
| Cartilha sobre proteção de dados cumpre alinhamento à LGPD . . . . .                                                                          | 99  |
| Cartilha sobre pessoas desaparecidas presta informações úteis à sociedade . . . . .                                                           | 99  |
| Campanha orienta sobre adoção de crianças e adolescentes . . . . .                                                                            | 100 |
| Infância Sem Racismo 2022 – evento sensibilizou instituições de ensino e premiou o comprometimento com a educação antirracista . . . . .      | 100 |
| “Paternidade socioafetiva” e “Ser presente é decisão” foram os lemas da campanha Sou Pai Responsável no biênio . . . . .                      | 101 |
| “Infância Sem Racismo” e “Sou Pai Responsável” conclamaram milhares de torcedores a uma sociedade antirracista e com pais presentes . . . . . | 102 |
| Defensoria entra em fase final de contratação de Call Center para o Disque 129 . . . . .                                                      | 103 |

# SUMÁRIO

## 8

### DIVERSIDADE

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Defensoria adotou selo “Aqui se respeita a identidade de gênero” . . . . .                                                   | 108 |
| Mutirão de Adequação de Nome e Gênero . . . . .                                                                              | 108 |
| O último mutirão do biênio . . . . .                                                                                         | 111 |
| Gratuidade nos custos . . . . .                                                                                              | 111 |
| Cerimônia coletiva oficializa união de 56 casais em Vitória da Conquista . . . . .                                           | 111 |
| Pelo Direito de Amar . . . . .                                                                                               | 112 |
| Casamento coletivo LGBTQIA+ em Vitória da Conquista . . . . .                                                                | 112 |
| Defensoria e Ministério Público solicitaram inclusão de gênero não binário em casos de alteração de registro civil . . . . . | 113 |

## 9

### ANTIRRACISMO

|                                                                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Evento em Salvador reuniu Defensorias do Brasil para discutir cotas raciais, gerou Mapa de Ações Afirmativas e compromisso através de Carta apoiada pelo Condege . . . . . | 116 |
| Carta em defesa da igualdade étnica foi lançada em seminário sobre direitos dos povos indígenas . . . . .                                                                  | 118 |
| Júri Simulado resgatou história da primeira greve negra e ofereceu oportunidade de defesa simbólica aos primeiros grevistas da Bahia . . . . .                             | 119 |
| Júri Simulado 2021 - Lei de Cotas . . . . .                                                                                                                                | 120 |
| 1º Mutirão de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa . . . . .                                                                                                      | 121 |
| Núcleo de Equidade Racial . . . . .                                                                                                                                        | 121 |
| Ação Infância Sem Racismo, livro de contos “Nossa Querida Bia”, Selo Escola Antirracista . . . . .                                                                         | 122 |

## 10

### ATUAÇÕES ESPECIAIS

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Atuações especiais . . . . .                                                                                                      | 126 |
| Defensoria coordenou articulações com a DPU e o Governo Federal para auxílio às vítimas das chuvas na Bahia . . . . .             | 126 |
| Força-tarefa da DPE-BA e da DPU atendeu vítimas das chuvas em Ilhéus e Itabuna . . . . .                                          | 127 |
| Vacinação contra a covid-19 . . . . .                                                                                             | 127 |
| 6,5 milhões de baianos puderam votar gratuitamente . . . . .                                                                      | 131 |
| DPE-BA foi essencial na mobilização nacional que manteve a prerrogativa de requisição . . . . .                                   | 132 |
| Relatório foi estratégico para o sucesso da prerrogativa de requisição . . . . .                                                  | 132 |
| Defensoria Pública criou Grupo de Atuação Especial do Júri . . . . .                                                              | 133 |
| Censo da Defensoria Pública: um raio-x da instituição . . . . .                                                                   | 134 |
| II Censo da Defensoria Pública pesquisa relações de gênero . . . . .                                                              | 134 |
| Terceira e quarta etapas do Censo abordaram as temáticas LGBT+ e percepções sobre deficiências e necessidades especiais . . . . . | 136 |
| Relatório sobre o perfil de jovens e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas . . . . .                                   | 137 |
| Relatório de Autos de Prisão em Flagrante . . . . .                                                                               | 138 |
| Mapa das Ações Afirmativas . . . . .                                                                                              | 138 |
| Documento 13 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no estado da Bahia . . . . .                   | 138 |
| DPE-BA integra o Condege . . . . .                                                                                                | 139 |
| Reconhecido pelo Gaets, Núcleo Pop Rua da DPE-BA levou sua experiência ao STF . . . . .                                           | 140 |
| O Grupo de Trabalho pela Igualdade Étnica . . . . .                                                                               | 140 |
| Grupo de Trabalho sobre Direito à Cidade Antirracista e Equidade de Gênero . . . . .                                              | 141 |

# 11

## MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Defensoria reforçou autonomia ao implementar sistema próprio de gestão de informações . . . . .                  | 144 |
| Primeira etapa da integração com o PJe concluída . . . . .                                                       | 144 |
| Defensoria da Bahia automatizou tarefas cotidianas através da criação de um robô . . . . .                       | 145 |
| Uso de inteligência artificial aprimorado para facilitar o acesso aos serviços da instituição . . . . .          | 145 |
| Outsourcing . . . . .                                                                                            | 146 |
| Defensoria lança campanha para alertar sobre o uso consciente dos recursos de Tecnologia da Informação . . . . . | 146 |
| Em adequação à LGPD, Defensoria criou plano de contenção para vazamento de dados pessoais . . . . .              | 147 |

# 12

## COMUNICAÇÃO

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Levante 129: o podcast da Defensoria . . . . .                                                            | 150 |
| O avanço no uso das redes sociais . . . . .                                                               | 151 |
| Lavagem do Bonfim . . . . .                                                                               | 155 |
| Campanha institucional reforça a atuação e o papel da Defensoria na defesa dos mais vulneráveis . . . . . | 155 |
| Furtos famélicos . . . . .                                                                                | 156 |
| Defensoria da Bahia vence o Prêmio Nacional de Comunicação 2021 . . . . .                                 | 158 |
| Recorde em 2022 . . . . .                                                                                 | 159 |
| Na mídia . . . . .                                                                                        | 160 |









# 1

## CARREIRA E SAÚDE MENTAL



Integrantes da comissão organizadora: o defensor-geral, Rafson Ximenes; a subdefensora-geral, Firmiane Venâncio; a corregedora-geral, Liliana Cavalcante; o diretor da Escola Superior, Clériston Cavalcante de Macêdo; a ouvidora-geral, Sirlene Assis; a ouvidora-adjunta, Zene Natividade; os defensores públicos eleitos na condição de titulares pelo Conselho Superior, Gilmar Bittencourt Santos Silva, Flávia Apolônio Gomes, Ananda de Hélia Benevides e João Tibau Campos; a defensora pública Isabel Cristina; e o advogado Luiz Gabriel Batista, indicado pela OAB – Seção Bahia.

O VIII concurso aderiu à lei de cotas e estabeleceu 30% das vagas destinadas à população negra, 5% às pessoas com deficiência e **2% às pessoas de origem indígena – uma novidade em seleções para defensoras e defensores públicos da Bahia**. A reserva de vagas para povos indígenas foi instituída na Lei Orgânica da Defensoria pela Lei Complementar nº 46/2018 e já vinha sendo usada em processos seletivos para servidores(as) e estagiários(as) na instituição. Outra garantia também dada pela Defensoria nesse concurso foi a possibilidade de uso do nome social pelas pessoas transexuais ou travestis.



Equipe de gestão reunida com representantes indígenas. Para concorrer às vagas, é necessário declarar pertencimento

20





Aléssia Pamela Bertuleza Santos, primeira defensora pública indígena da Bahia

## Primeira candidata indígena aprovada em concurso público para defensora na Bahia

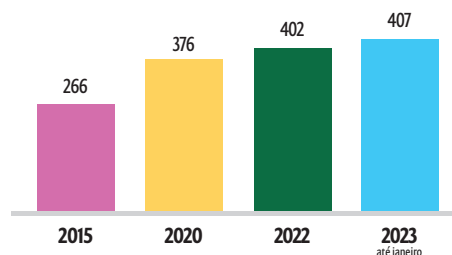
A primeira defensora pública indígena da Bahia. Esse foi um dos feitos históricos alcançados com o VIII concurso para a seleção de defensores e defensoras. Aléssia Pamela Bertuleza Santos é integrante da comunidade indígena Tuxá, do município de Rodelas, no norte da Bahia, e viu o sonho de ser defensora pública concretizado em 2022.

Durante a posse, Aléssia destacou que sua origem econômica e familiar a enquadraria como assistida da instituição. No entanto, ela estava ali se tornando defensora pública tanto pelo próprio esforço quanto pelos esforços da DPE-BA, que levaram à inclusão da reserva de vagas para a população indígena. A garantia da reserva de vagas nas universidades também permitiu que Aléssia fosse a primeira indígena formada no curso de Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Além do concurso, a gestão também realizou outras ações em favor dos indígenas, **como priorizar a instalação de unidades da Defensoria em locais onde haja esses povos**. Por exemplo, a instalação da nova unidade em Camacã – já pronta para ser inaugurada em 2023 –, em que um dos fatores para a escolha foi a presença de comunidades indígenas no local. A escolha também leva em conta dados como a quantidade da população em situação de pobreza, de juizes, de unidades prisionais e é sistematizada pelo Sistema de Planejamento de Expansão (Siped), que ajuda a instituição a identificar as comarcas que mais necessitam dela.

## Nomeações do VIII concurso

As esperanças por ampliação do acesso à Justiça e à cidadania foram renovadas na Bahia. Ao longo do ano de 2022 e no início de 2023, a Defensoria Pública do Estado (DPE-BA) somou 47 novas defensoras e defensores públicos empossados, totalizando um quadro efetivo de 407 defensores, até janeiro de 2023. Nos últimos sete anos (2015-2022), o número de defensores cresceu 46%.



Uma das cerimônias de posse mais marcantes foi a dos primeiros aprovados no VIII concurso, no qual foi empossada a primeira defensora de origem indígena na DPE-BA. Realizada no auditório Luiz Gama do Tribunal Regional Eleitoral, em Salvador, a solenidade foi transmitida pelas redes sociais da instituição, por causa das medidas sanitárias para controle da pandemia de covid-19, e contou com presença limitada de convidados.

A cerimônia foi marcada por discursos que relembaram o legado do defensor público Raul Palmeira, falecido em 14 de junho de 2022, além dos desafios no combate às injustiças e desigualdades que impactam na garantia de direitos para grupos socialmente vulneráveis. Depois de passarem por curso de formação na carreira, **os novos membros foram integrar ou reforçar as comarcas no interior do estado**.

Durante o evento, o defensor-geral, Rafson Ximenes, enfatizou que a atribuição de defender exige compreensão e solidariedade. E alertou para o machismo, racismo, homofobia e preconceito de classe, os quais os membros da carreira precisariam combater no dia a dia.



Primeira cerimônia de posse dos novos defensores e defensoras públicas (2022)



Sociedade civil e movimentos sociais legitimam simbolicamente o ingresso dos membros da Defensoria na carreira, por quem serão defendidos

## Posses populares

Esse é um dos ritos de posse que marcam a atuação da Defensoria Pública da Bahia: defensores e defensoras que são empossados e recebem seus certificados diretamente das mãos da população. As posses populares acontecem depois da posse formal, ao final do Curso de Formação de defensoras e defensores públicos, e têm como objetivo **aproximar a Defensoria Pública do povo**.

Em razão da pandemia de covid-19, apenas duas posses populares foram realizadas no biênio de gestão, mas com um marco histórico institucional: pela primeira vez uma cidade do interior sediou o evento. Cachoeira, a cidade heroica, no Recôncavo Baiano, encerrou as cerimônias de confirmação da carreira dos novos defensores e defensoras públicos no biênio 2021-2023, com direito a palestra do advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Grupo Prerrogativas.



Posses populares 2022, na Estação Nova Lapa (Salvador) e na Praça do Jardim Grande (Cachoeira)



## Semana da Defensoria: aporofobia e histórias de assistidos da instituição

Em 2022, as celebrações da Semana da Defensoria e do Dia do Defensor e da Defensora Pública voltaram a acontecer presencialmente e reuniram 600 pessoas no Hotel Wish, em Salvador. O evento contou com programação que incluiu abertura cultural, mesas de debates, reconhecimentos e premiações.

A Semana da Defensoria contou com palestras de convidados como o advogado Pedro Abramovay, diretor para a América Latina da Open Society Foundations; dos jornalistas Xico Sá (escritor e comentarista de TV), Flávio Costa (núcleo de jornalismo investigativo do UOL) e Linda Bezerra (editora-chefe do Correio 24h); da diretora de pesquisas da Defensoria do Rio de Janeiro, defensora Carolina Haber e do defensor Pedro Carriello, ambos da DPE-RJ; e da doutora em Direito Penal e professora da USP Ana Elisa Bechara.





O tema central foi a aporofobia – aversão aos pobres – e um dos marcos foi o consenso de que o(a) assistido(a) da Defensoria e as suas histórias devem ser o foco da instituição, inclusive nas matérias jornalísticas. Outro ponto ressaltado foi a expansão da presença da DPE-BA no interior, que agora atua em 60 comarcas. Em 2015, eram 22 comarcas com defensores(as) titulares.

Graças a essa expansão, a Defensoria Pública baiana atende mais de 1 milhão de pessoas por ano. Durante os debates, foi corroborada a necessidade de **aumentar o número de defensores(as) e, também, de ampliar as suas qualificações**, para entender e atender melhor o(a) protagonista de qualquer história que se passa na Defensoria: quem ela defende.

Além do evento para o público interno no Hotel Wish, houve também atendimento jurídico no dia 20 de maio, na Estação Nova Lapa, onde assistidos(as) puderam celebrar sendo atendidos(as) pela Defensoria no próprio local por onde transitam. Em 2021, por causa das limitações sanitárias, esse atendimento especial na Semana da Defensoria aconteceu online, pelas redes sociais da DPE-BA. Por uma semana, defensores explicaram direitos a pessoas que tiraram dúvidas ao vivo sobre áreas como Direito de Família, Consumidor, Penal, Direitos Humanos, Infância e Registro Público.

### GESTÃO INVESTE EM NOVO CONCURSO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

De olho no Plano de Expansão e no apoio necessário aos defensores e defensoras públicos para a sua execução, a Defensoria investiu na contratação de novos servidores(as) temporários(as), publicando, em dezembro de 2022, o Edital nº 001/2022, do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal por tempo determinado (Reda), executado pela Fundação Cefet Bahia.

O edital previu 115 vagas para nível superior, mais cadastro de reserva, para o cargo de analista técnico em diversas áreas do conhecimento. Os(As) candidatos(as) aprovados(as) e investidos(as) na função poderão desempenhar suas atividades pelo período de três anos, renováveis por igual período, uma única vez, conforme a Lei nº 14.182/2019. Seguindo as políticas de equidade, o concurso reserva 30% das vagas para a população negra, 2% para a população indígena e 5% para pessoas com deficiência.

## Prática exitosa de uso do Sicad é compartilhada com a Defensoria Pública da União

O Sistema de Carreira Defensorial (Sicad), desenvolvido pelo setor de Modernização e Informática da Defensoria, está no ar desde agosto de 2017 e, desde então, vem sendo a ferramenta utilizada pela instituição para realizar de forma clara e automatizada todo o processo de divulgação e gestão de editais, inscrições e resultados das designações, remoções, promoções e substituições cumulativas. Através do sistema, o(a) defensor(a) pode acessar a Lista de Antiguidade a qualquer momento, trazendo mais transparência para o processo de gestão de recursos humanos e carreiras.

Em 2022, durante a sua passagem por Brasília, para participar do I Seminário Defensoria na Luta Antirracista, o defensor público geral, Rafson Ximenes, compartilhou as experiências exitosas e iniciou acordo de cooperação com a Defensoria Pública da União (DPU) para que ela implante o Sicad, **considerado o sistema mais moderno em uso pelas Defensorias**. Mais um feito da gestão 2021-2023, que consolida a Defensoria Pública da Bahia como um celeiro fértil de boas práticas em âmbito nacional.

## Homenagem ao Dia do(a) Servidor(a)

Alcançar reconhecimento é um dos objetivos de carreira de qualquer profissional. E incentivar o seu trabalho foi um dos pilares da gestão, que para marcar o dia 28 de outubro – data em que se comemora o Dia do(a) Servidor(a) Público(a) – inaugurou a placa em homenagem aos(as) servidores(as) da Defensoria Pública da Bahia, instalada na sede do Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, em 2022.

A honraria prestou um agradecimento à luta diária e incansável de todos(as) os(as) defensores(as) e servidores(as) durante a desafiadora pandemia, contribuindo para que a DPE-BA pudesse se reinventar e continuar atendendo a toda a população baiana.





## Premiação Luiz Gama



Para reconhecer a atuação defensorial, foi instituído o Prêmio Luiz Gama, em 2021. A honraria é destinada a defensores(as) que chefiaram a Defensoria da Bahia e aos(as) que foram promovidos(as) à última classe da carreira, a fim de reconhecer o trabalho dedicado desses profissionais que alcançaram o topo na instituição. O prêmio foi batizado em homenagem ao advogado abolitionista negro Luiz Gama, nascido em Salvador em 21 de junho de 1830, que libertou pela via judicial mais de 500 pessoas escravizadas no Brasil.

A primeira edição da premiação, realizada em junho de 2021, concedeu a honraria ao defensor-geral, Rafson Saraiva Ximenes (2019-2023), e aos(as) seguintes ex-defensores(as) públicos(as) gerais: Genaldo Lemos Couto (1985-1987; 1991-2003); João de Melo Cruz, *in memoriam* (1987-1989); Nívea Castelo Branco (1989-1991); Raul Palmeira (1991); José Roberto Cidreira, *in memoriam* (2003-2005); Jânio Cândido Simões Neri (2003-2005); Hélia Maria Amorim (2005-2007); Tereza Cristina Almeida Ferreira (2007-2011); Maria Célia Nery Padilha (2011-2013); Vitória Beltrão Bandeira (2013-2015) e Clériston Cavalcante de Macêdo (2015-2019).

Além destes, todos os(as) 35 defensoras e defensores públicos(as) que alcançaram a Instância Superior da carreira foram laureados com o Prêmio Luiz Gama.

## Promoções e remoções

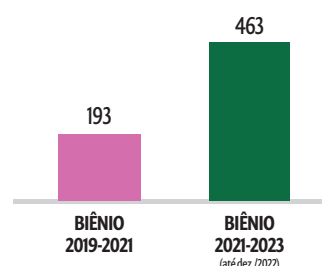
As promoções e remoções de defensores(as) públicos(as) foram prioridade na gestão do biênio 2021-2023. Em janeiro de 2023, o número total de defensoras e defensores públicos na DPE-BA era de 407, um crescimento de 46% em comparação com 2015. Seguindo a determinação da Lei Complementar nº 26/2006, alterada pela LC nº 46/2018, foram criadas 12 novas vagas na Instância Superior, que é a última classe de promoção para defensor(a) público(a), o ápice da carreira, onde a atuação se dá junto ao Tribunal de Justiça do Estado e tribunais superiores.

Nesse período, foram promovidos(as) para a classe intermediária da carreira 91 defensores(as) públicos(as). Já no quesito de remoções, foram realizadas 47 no biênio 2021-2023: 43 nas classes Inicial, Intermediária e Final e quatro na Instância Superior. **A previsão é que a partir de fevereiro de 2023 sejam pautadas e deflagradas 26 promoções para a Classe Final.**

## Substituições cumulativas

Em função da vacância de cargos de defensor(a) público(a) em comarcas da Bahia, o defensor público geral, Rafson Ximenes, instituiu a Portaria nº 007/2022, para a designação de membros da carreira para atuar por substituições cumulativas.

No período de março de 2021 a dezembro de 2022, foram 463 defensores(as) designados(as) para a garantia do cumprimento do texto constitucional que determina a missão das Defensorias Públicas de prover acesso gratuito à Justiça. **Um crescimento de 140%** em relação ao biênio anterior (2019-2021), quando houve a designação de 193 defensoras e defensores.



Na substituição cumulativa, o(a) defensor(a) atua em sua comarca de origem e cumulativamente em outra com vacância de defensor(a), seguindo a Portaria, para que não haja colidência de atos jurídicos, conflito de interesses, prejuízo econômico e do atendimento à população, durante o exercício de sua dupla função. A Portaria também regulamenta a remuneração, distâncias geográficas e casos de suspensão e/ou interrupção das substituições cumulativas.



## Ampliação dos plantonistas no interior do estado da Bahia

A Administração Superior da DPE-BA, juntamente com a coordenação geral das Defensorias Públicas Regionais, ampliou o número de defensores(as) plantonistas na área criminal no interior do estado. A quantidade de plantonistas calculada em 2020 precisou ser dobrada, devido à sobrecarga de trabalho, passando de dois plantonistas por dia de plantão nos fins de semana para quatro. Os resultados positivos fortaleceram o diálogo entre a classe e a gestão da DPE-BA.

Essa medida foi realizada atendendo ao pleito da Adep-BA (Associação dos Defensores e Defensoras Públicos da Bahia), à época representada pelo seu presidente, Igor Santos (2020-2022), onde houve ganho em produtividade e melhores condições de trabalho.

## Pagamento remunerado de plantão

O pagamento dos plantões passou a ser regulamentado pela Portaria nº 1.049/2022, de 29 de agosto de 2022, que instituiu a remuneração de acordo com a tabela anualmente publicada no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado da Bahia. O pagamento será efetuado na folha do mês seguinte ao plantão realizado, caso o(a) defensor(a) não opte por folga em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da realização do seu plantão, nos termos do art. 10 da Resolução nº 001/2010 do CSDPE, como forma de contraprestação. As escolhas devem ser formalizadas para a sua Coordenação Executiva.

## Diárias

Os valores das diárias de defensores(as) e servidores(as) foram reajustados em 35% pelo defensor público geral do estado da Bahia, Rafson Ximenes, por meio da Portaria nº 499/2022. O valor da diária mínima para defensoras e defensores passou a ser de R\$ 540,00, como mais uma ação de valorização da carreira proporcionada pela gestão.

## PROJETOS DE LEI

Cumprindo a sua função de interlocução política com o Poder Legislativo, a gestão da Defensoria Pública do Estado da Bahia, durante exercício do biênio 2021-2023, encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia projetos de lei, buscando celeridade em seus processos:

**PL 23.727/2020** - Projeto de lei que visa criar o programa de assistência à saúde suplementar para Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública do Estado da Bahia e permitir que a Defensoria conceda, em caráter indenizatório, auxílio-saúde a seus membros e integrantes, ativos e inativos, bem como os pensionistas.

**PLC 147/2022** - Projeto de lei complementar que propõe a alteração da Lei Orgânica da Defensoria da Bahia (LC nº 26/2006) para, entre outros, criar mecanismos de priorização da resolução extrajudicial dos conflitos, exceto nos casos de urgência; resolver o histórico déficit estrutural da Defensoria Pública, que possui uma classe a menos na carreira que as outras instituições de justiça na Bahia, criando classes de I a V.

**PLC 142/2022** - Projeto de lei complementar que propõe a alteração da Lei Orgânica da Defensoria da Bahia (LC nº 26/2006) a fim de modernizá-la. Entre outros, propõe a continuidade da votação online nas suas eleições internas, mesmo após a superação da pandemia; propõe também evitar a necessidade de outros atos formais que se tornaram ou devem se tornar obsoletos pelo uso da tecnologia; e determina que a Defensoria institua políticas e iniciativas na área de Direitos Humanos para a promoção de equidade racial, equidade de gênero, combate à LGBTfobia, além de fomentar a participação da sociedade civil nos processos de implementação das políticas institucionais.

Como de costume, todas as iniciativas foram bem recebidas pelo Legislativo baiano, que demonstrou posição favorável à discussão das pautas de interesse da Defensoria e reiterou que as portas estão abertas para conversas e negociações. Mais um passo da gestão para a união entre a casa de representação do povo e a DPE-BA, que oferece amparo a ele.



Na sede da Defensoria, em Salvador, profissionais de psicologia e serviço social dão suporte direto a servidores(as) com quadro de depressão, estafa laboral ou com o emocional abalado

## Saúde mental em pauta

O tema da saúde mental nos ambientes de trabalho está em evidência como nunca, em especial no período pós-pandemia. Cuidar do bem-estar e da saúde mental das defensoras, defensores, servidoras e servidores é política de recursos humanos para a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

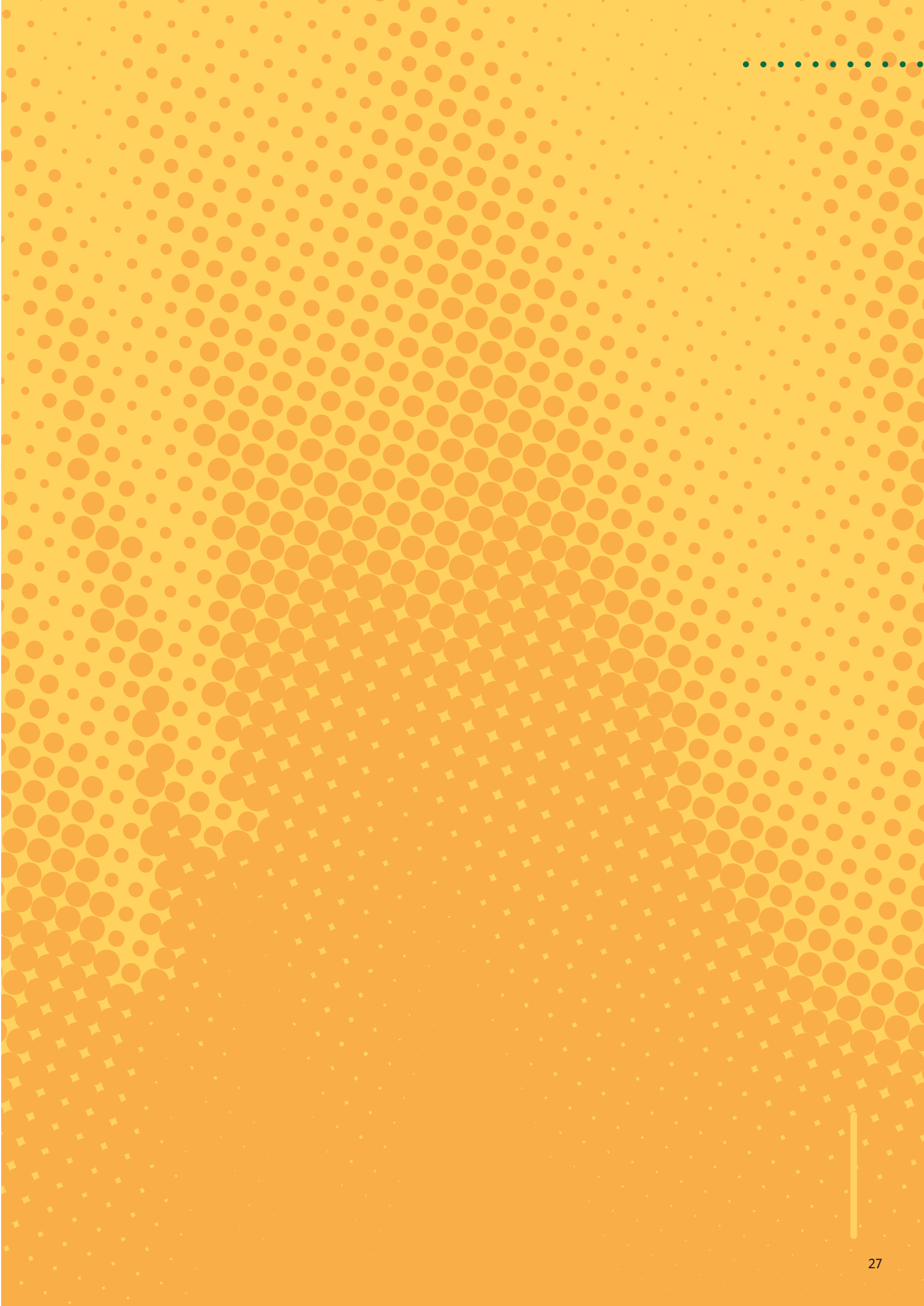
Uma das ações implementadas foi o Projeto “Eu cuido”, da 1ª Regional da DPE-BA, sediada em Feira de Santana. Com sua primeira edição realizada em janeiro de 2021, em plena pandemia, no mês dedicado às reflexões sobre os cuidados com a saúde mental, o projeto “Eu cuido (de mim, de você, do mundo)”, abrangeu as cidades de Conceição do Coité, Ipirá, Santo Estêvão e Serrinha, e é desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Psicossocial (NAP).

Inspirado na campanha Janeiro Branco, que aborda a importância dos cuidados com os pensamentos e as emoções, o projeto proporciona o bem-estar individual e incentiva a qualidade das relações internas entre defensores(as) públicos(as), servidores(as) e estagiários(as). A coordenadora do projeto, Liliane Miranda do Amaral, destaca que o NAP está mais atento aos sintomas de doenças psicológicas como depressão e ansiedade para auxiliar servidores(as) e defensores(as), organizando frequentemente palestras e atividades sobre prevenção ao suicídio, transtornos de ansiedade, inteligência emocional e saúde mental como um todo. Dinâmicas, encontros coletivos e virtuais mensais que estimulam a adoção de cuidados consigo e com o outro.

Graças aos resultados positivos percebidos e com a retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria, a iniciativa desse projeto foi estendida para Salvador, ampliando sua proposta: além dos encontros virtuais, a instituição abriu espaço para o acolhimento psicológico individual de defensores(as), servidores(as) e estagiários(as). Na capital, para agendar presencialmente consultas com profissionais de psicologia e serviço social da Defensoria da Bahia, basta agendar atendimento pelo e-mail [eucuidosalvador@defensoria.ba.def.br](mailto:eucuidosalvador@defensoria.ba.def.br).

### PSICÓLOGOS(AS) ALERTAM PARA OS SINAIS QUE O CORPO DÁ!

Sintomas como tristeza, cansaço, desânimo, fadiga, preocupação, insegurança, isolamento, insônia ou sono demais, falta ou excesso de apetite, taquicardia e tremores são os mais comuns quando o assunto é traçar um diagnóstico dos transtornos mentais mais vistos no ambiente de trabalho.









# 2

## EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO





## Expansão e interiorização: palavras-chave do biênio 2021-2023

Um dos marcos da gestão foi a expansão da Defensoria para o interior do estado e a criação de novas Regionais, que saltaram de seis, em 2019, para 13, até o início de 2023. A cobertura dos serviços defensoriais avançou de 22 comarcas, em 2015, para 60, até janeiro de 2023 (49 por titularidade e 11 por substituição cumulativa). De menos de 10% de cobertura, **passou a estar presente em cerca de 30% das 203 comarcas ativas na Bahia.**

Entre 2015 e 2022, a Defensoria dobrou a sua atuação no interior do estado. No período analisado, a instituição aumentou de 99 para 198 o número de defensores(as) públicos(as) para atuar nas unidades já instaladas e recém-inauguradas.



O defensor-geral, Rafson Ximenes, durante a reinauguração da sede da DPE-BA em Irecê, que foi ampliada e modernizada

## Inauguração da nova sede em Ipiaú

|                    | Quantidade de defensores(as) em março de 2015 e 2022 | Crescimento na quantidade de defensores(as) entre 2015 e 2022 | Representação do total de defensores(as) em 2015 | Representação do total de defensores(as) em 2022 |
|--------------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Interior do Estado | 99 → 198                                             | 99 (100%)                                                     | 42%                                              | 56%                                              |
| Capital do Estado  | 138 → 154                                            | 16 (11%)                                                      | 58%                                              | 44%                                              |

A primeira inauguração de sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) após o início da pandemia foi realizada no dia 2 de setembro de 2021, em Ipiaú. Por questões de segurança, o evento aconteceu sem a presença de público e contou com homenagem às vítimas da covid-19.

O engajamento da atual gestão com a expansão da presença da DPE-BA no interior do estado reflete o compromisso institucional com a meta de levar assistência jurídica gratuita a toda a população baiana, enxergando a matriz identitária dos territórios, que não são apenas divisões geográficas, mas expressões da diversidade política, social, cultural e econômica da nossa Bahia.

Para proteger a equipe de defensores(as), servidores(as) e autoridades presentes foram instalados dispensadores de álcool em gel, barreiras físicas de acrílico, com interdição de assentos para manter o distanciamento necessário, além da obrigatoriedade do uso de máscaras.



Defensores públicos e autoridades participam da inauguração da sede da Defensoria Pública, em Ipiaú

A unidade está vinculada à 12ª Regional da Defensoria da Bahia, sediada em Jequié, e contempla também a população do município vizinho de Barra do Rocha.



Durante sua fala, na inauguração da sede da DPE-BA em Ipiatú, a primeira ocorrida no curso da pandemia, o defensor-geral, Rafson Ximenes, lembrou as vidas interrompidas pela covid-19

## Defensoria Pública da Bahia de casa nova em Simões Filho

Mais ampla, melhor localizada, com mais conforto e acessibilidade para o atendimento da população, a nova sede da Defensoria da Bahia (DPE-BA) em Simões Filho foi inaugurada em março de 2022. A instituição funcionou por 10 anos em uma sala no Fórum da cidade. A decisão pelo investimento em nova sede levou em conta o crescimento da demanda de atendimentos, a necessidade de ampliar a equipe e dados sobre vulnerabilidade socioeconômica da população local.



Equipe de trabalho e de gestão na inauguração da nova sede da DPE-BA em Simões Filho

A sede agora conta com acessibilidade e gabinetes reservados para a mediação e conciliação em demandas da área de Família e para a escuta dos assistidos na área Penal, trazendo humanização e dignidade para a população. O defensor e coordenador executivo das Regionais da DPE-BA, Walter Nunes Fonseca, destacou o empenho da gestão na implementação de equipes multidisciplinares com a presença de assistentes sociais.

## Inauguração da sede própria em Paripiranga

Maio de 2022 foi marcado pela inauguração da sede própria da Defensoria Pública do Estado da Bahia no município de Paripiranga, após dois anos funcionando em um espaço cedido por uma faculdade particular. A nova unidade é ligada à 10ª Regional da Defensoria Pública, que é sediada na comarca de Paulo Afonso, e também abarca a cidade de Adestina.

Durante a solenidade de inauguração, a subdefensora pública geral, Firmiane Venâncio e o defensor público José Jaime, que atua na região, destacaram que, apesar das dificuldades orçamentárias,

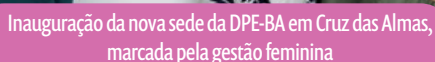


Inauguração da sede própria da DPE-BA em Paripiranga



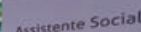
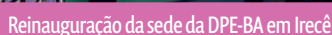
seis servidores, incluindo uma assistente social, que proporcionam uma recepção de qualidade, triagem e apoio jurídico.

Durante a cerimônia de inauguração, as defensoras públicas titulares da comarca, Elen Matias e Mariana Rodrigues, destacaram emocionadas a conquista representada pela construção da nova sede. A subdefensora-geral, Firmiane Venâncio, ressaltou a consolidação da DPE-BA como uma instituição inclusiva na democratização dos espaços de poder para as mulheres, e que as Defensorias são as instituições do Sistema de Justiça em que a população mais confia.



Além da subdefensora-geral e das defensoras públicas titulares, estiveram presentes na solenidade mulheres potentes, como a corregedora Liliana Cavalcante, a coordenadora da 6ª Regional, Carina Góes, e a ouvidora-adjunta da Ouvidoria Cidadã da Defensoria, Zenilda Natividade, além de autoridades e representantes da sociedade civil do município.

Antes restrita ao térreo, a sede da DPE-BA em Irecê ampliou as instalações para o segundo andar e passou a ocupar toda a área da casa onde já operava, proporcionando maior espaço, atenção à acessibilidade e mais conforto na recepção e acolhimento das demandas dos



seus assistidos. A unidade atende também os municípios vizinhos de Ibititá, São Gabriel, Presidente Dutra, Jussara e Uibaí, que compõem a região setentrional da Chapada Diamantina.

O novo ambiente dispõe de área de recepção, seis gabinetes para atendimento individualizado, um deles para pessoas com deficiência, duas salas de triagem, espaço para mediação de conflitos, seção para atendimentos por psicóloga e assistente social, além de banheiros, copa e espaço de convivência.

Durante a inauguração, o defensor-geral, Rafson Ximenes, recordou do seu compromisso em favor de uma mudança de cultura para fortalecer a instituição no interior do estado, deixando para trás o antigo modelo, que priorizava a gestão a partir das demandas da capital. Com o novo modelo, **o(a) defensor(a) pode seguir progredindo na carreira estando em qualquer unidade do estado da DPE-BA, o que estimula os profissionais a permanecer no interior.**

## Acordo com o Poder Judiciário garante a presença da Defensoria em Itaparica e Itaberaba

O Poder Judiciário da Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) assinaram um Termo para Cessão de Uso de Bem Público em outubro de 2022. O TJBA cedeu, de forma gratuita, o uso de duas salas no Fórum de Itaberaba e quatro salas no Fórum de Itaparica, que serão utilizadas para a prestação de assistência jurídica à população. Embora o termo tenha vigência de 60 meses, pode ser renovado sucessivamente.

Assinaram o acordo o presidente do TJBA, desembargador Nilson Soares Castelo Branco e o defensor público geral, Rafson Saraiva Ximenes. Durante o encontro, representantes da DPE-BA destacaram que através da cessão dos espaços será possível prestar um atendimento mais humanizado e digno às populações dessas comarcas, que apresentam carência de acesso à Justiça, além de abordarem pautas de interesse das duas instituições.

## Retomada da atuação em Poções com inauguração de nova sede

Cumprindo mais uma etapa na interiorização prevista no seu Plano de Expansão, a Defensoria Pública do Estado da Bahia entregou, em dezembro de 2022, mais uma sede da instituição para a população baiana. A inauguração na cidade de Poções, sudoeste baiano, representou a retomada das atividades da DPE-BA na localidade, onde esteve presente entre os anos 2000 e 2004.

Embora estivesse operante através de defensores(as) de outra comarca, que atuavam por substituição cumulativa, foi com a nova sede que a Defensoria conseguiu dedicar dois defensores titulares para a cidade e uma equipe pronta para auxiliar os cidadãos a defender os seus direitos.

A ampliação do trabalho em Poções vai aproximar ainda mais o povo e a DPE-BA. É a Defensoria cumprindo o seu papel de chegar aonde o povo está, levando cidadania e garantia de direitos.



A unidade responde à 2ª Regional da DPE-BA e atenderá Planalto, Nova Canaã e Bom Jesus da Serra

## Tudo pronto para a inauguração da sede Valdemir Pina, em Conquista



Em janeiro de 2023, faltava apenas a instalação elétrica pela Coelba para os serviços da Defensoria já na nova sede, em Vitória da Conquista, começarem a funcionar

No início de 2023, a Defensoria da Bahia estava em fase final de preparação para a inauguração da primeira sede da instituição construída com recursos próprios, nomeada de sede Valdemir Pina, em homenagem ao falecido defensor que dedicou 28 anos de serviço à Defensoria da Bahia, em especial à comarca de Vitória da Conquista.

| Estado               | AC   | AL    | AM   | AP   | BA   | CE   | DF   | ES   | GO   | MA   | MG    | MS   | MT   | PA   | PB   |
|----------------------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
| Cargos existentes    | 61   | 84    | 232  | 60   | 583  | 467  | 240  | 269  | 130  | 197  | 1.200 | 306  | 255  | 360  | 328  |
| Cargos providos      | 45   | 84    | 106  | 40   | 342  | 314  | 226  | 154  | 84   | 184  | 643   | 205  | 190  | 257  | 235  |
| % de cargos providos | 73,8 | 100,0 | 45,7 | 66,7 | 58,7 | 67,2 | 94,2 | 57,2 | 64,6 | 93,4 | 53,6  | 67,0 | 74,5 | 71,4 | 71,6 |

| Estado               | PE   | PI   | PR   | RJ   | RN   | RO   | RR   | RS   | SC   | SE   | SP   | TO   | Brasil |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------|
| Cargos existentes    | 377  | 458  | 582  | 805  | 102  | 145  | 58   | 464  | 120  | 100  | 900  | 160  | 9.043  |
| Cargos providos      | 278  | 116  | 103  | 771  | 64   | 71   | 44   | 403  | 115  | 92   | 750  | 111  | 6.027  |
| % de cargos providos | 73,7 | 25,3 | 17,7 | 95,8 | 62,7 | 49,0 | 75,9 | 86,9 | 95,8 | 92,0 | 83,3 | 69,4 | 66,6   |

## O Plano de Expansão da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Também em 2018, foi sancionada pela Assembleia Legislativa a Lei Complementar Estadual nº 46, que alterou o Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia para prever essas ações expansionistas.

A recente atualização ocorreu após a divulgação de duas importantes pesquisas nacionais:

|                     | Habitantes | População-alvo |
|---------------------|------------|----------------|
| Acre                | 100,0%     | 100,0%         |
| Alagoas             | 100,0%     | 100,0%         |
| Amapá               | 100,0%     | 100,0%         |
| Amazonas            | 100,0%     | 100,0%         |
| Bahia               | 61,6%      | 60,1%          |
| Ceará               | 74,6%      | 73,6%          |
| Distrito Federal    | 100,0%     | 100,0%         |
| Espírito Santo      | 80,1%      | 78,7%          |
| Goiás               | 38,3%      | 36,3%          |
| Maranhão            | 80,7%      | 80,2%          |
| Mato Grosso         | 85,1%      | 84,4%          |
| Mato Grosso do Sul  | 100,0%     | 100,0%         |
| Minas Gerais        | 69,3%      | 67,7%          |
| Pará                | 74,4%      | 73,6%          |
| Paraíba             | 100,0%     | 100,0%         |
| Paraná              | 48,7%      | 45,8%          |
| Pernambuco          | 88,4%      | 87,9%          |
| Piauí               | 100,0%     | 100,0%         |
| Rio de Janeiro      | 100,0%     | 100,0%         |
| Rio Grande do Norte | 93,3%      | 93,0%          |
| Rio Grande do Sul   | 100,0%     | 100,0%         |
| Rondônia            | 100,0%     | 100,0%         |
| Roraima             | 100,0%     | 100,0%         |
| Santa Catarina      | 55,6%      | 53,6%          |
| São Paulo           | 63,0%      | 61,1%          |
| Sergipe             | 55,5%      | 53,3%          |
| Tocantins           | 100,0%     | 100,0%         |
| União               | 75,2%      | 74,2%          |
| Total               | 59,6%      | 58,3%          |

34



II Mapa da Defensoria Pública no Brasil, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/39420/2o-Mapa-das-Defensorias-Publicas-Estaduais-e-Distrital-no-Brasil.pdf>

Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, produzida pelo Conselho Nacional dos Defensores Gerais (CONDEGE), pelo Colégio de Correge-dores Gerais da Defensoria Pública e pela Defensoria Pública da União (DPU). Disponível em: <https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/>

O II Mapa da Defensoria Pública traz estimativas do número ideal de defensores públicos. Em sua estimativa mais conservadora, o estudo aponta como ideal que haja um(a) defensor(a) para cada 15.000 pessoas em situação de pobreza. Infelizmente, a Bahia tem a 22ª pior situação do Brasil e a 8ª pior do Nordeste, quando verificamos o quadro atual de defensores e aquele apontado como necessário.

A Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, por sua vez, estima o percentual da população em situação de pobreza que poderia ser atendida pela Defensoria Pública. A Bahia é apenas o 22º colocado no país e ocupa a 7ª posição no Nordeste.

Apesar do trabalho de expansão desenvolvido em vários estados, atualmente 1.298 comarcas não são atendidas pela Defensoria Pública no país, o que representa 50% do total. Dentro desse quantitativo, em 276 comarcas (10,6%) o atendimento jurídico-assistencial é prestado por advogados particulares, por meio de convênio com a Defensoria Pública. No estado da Bahia, as comarcas de Amélia Rodrigues, Buerarema, Cícero Dantas, Dias d'Ávila, Inhambupe, Itacaré, Itagibá, Lapão, Prado, São Desidério e Sobradinho são atendidas pela DPE-BA em caráter excepcional/parcial, havendo a atuação por substituição cumulativa, restrita às causas de natureza criminal.

| Ano  | Nº de Defensores | Nº de Juízes* | Taxa de Juiz por Defensor |
|------|------------------|---------------|---------------------------|
| 2018 | 327              | 538           | 1,65                      |
| 2019 | 342              | 534           | 1,56                      |
| 2020 | 376              | 539           | 1,43                      |
| 2021 | 374              | 596           | 1,59                      |
| 2022 | 401              | 567           | 1,41                      |

\*Excluindo os que atuam em juizados especiais sem atuação da DPE-BA.

O número de juízes(as) por defensores(as) diminuiu entre 2018 e 2022

Mas a metodologia utilizada pela pesquisa para estimar a população-alvo com potencial acesso à Defensoria Pública não levou em consideração variáveis culturais, econômicas, sociais e geográficas que podem dificultar ou inviabilizar o efetivo acesso da população aos serviços jurídico-assistenciais prestados pela Defensoria Pública. No entanto, destaca as Defensorias Públicas da Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Tocantins como unidades federativas que adotaram maior amplitude do atendimento jurídico a indivíduos vulneráveis, não se baseando em critérios estritamente econômicos ou na densidade populacional, lançando um olhar diferenciado e políticas voltadas aos povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos).

Apesar da DPE-BA ter aumentado a sua cobertura de 22 comarcas em 2015, para 60 (49 por titularidade e 11 por substituição cumulativa) em 2022, há ainda 143 comarcas sem assistência da Defensoria.

Uma das explicações pode estar no percentual do orçamento da Defensoria Pública em relação à receita corrente líquida do estado da Bahia. Não se trata do total de recursos que a instituição recebe, mas da atenção proporcional à capacidade orçamentária do estado. A Bahia é o 6º colocado no Nordeste e o 20º no país. Quando se avalia a partir do tempo de existência da instituição, somos o penúltimo lugar entre todas as Defensorias fundadas até 1989.

O orçamento é um aspecto fundamental, pois cumprir a norma constitucional (EC nº 80/2014) que determina a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas é inviável sem o aumento dos investimentos na instituição. Construir os orçamentos da Defensoria Pública do Estado da Bahia com base na mera correção da inflação anual é descumprir a Constituição Federal e engessar os planos de expansão e interiorização da DPE-BA.



A ferramenta calcula a demanda por defensores(as) em cada local e passou por atualização em 2022 para a inserção de uma nova regra para priorizar a distribuição de defensores(as) por comarcas: considerar também a quantidade de habitantes de povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos). A celeridade na adequação à nova regra e na atualização do Siped foi fruto da percepção sensível da gestão e do Grupo de Trabalho de Igualdade Racial da DPE-BA.

\*02 com previsão de inauguração nos primeiros meses de 2023.

De acordo com a defensora pública Vanessa Nunes, coordenadora do Núcleo de Igualdade Racial da DPE-BA, a pandemia aumentou a demanda das comunidades quilombolas e indígenas por serviços básicos, situação que poderia ser solucionada de forma mais ágil se a Defensoria atuasse na comarca. Segundo ela, a ideia foi criar um “bônus” na contagem dos pontos de comarcas com esses povos, que influencia no momento de definição da instalação de uma nova unidade ou de designação de mais defensores(as) para atuarem no local.



36



Inauguração do primeiro Econúcleo da DPE-BA, na cidade de Irará

## Expansão sustentável: os Núcleos Ecológicos

Com a pandemia do coronavírus, os planos de expansão e interiorização da Defensoria Pública do Estado da Bahia foram diretamente impactados e a instituição começou a buscar alternativas. Assim, surgiu a ideia de viabilizar o projeto dos chamados Núcleos Ecológicos ou Econúcleos, construídos em estruturas pré-moldadas (contêineres) e que vão abrigar as futuras sedes.

Em visita ao Maranhão, em agosto de 2021, o defensor público geral, Rafson Ximenes, viu de perto o funcionamento de um Núcleo Ecológico e decidiu trazer a ideia para a Bahia.

Para a viabilização do projeto, a Defensoria Pública do Estado da Bahia expediu ofícios para 16 municípios apontados como prioritários no Sistema de Planejamento de Expansão da Defensoria (Siped), com a solicitação de doação de terrenos para a construção das sedes ecologicamente sustentáveis.

## Econúcleo “Menina Jesus”, em Irará: o início de uma nova era

Foi em outubro de 2022 que a DPE-BA inaugurou o seu primeiro Núcleo Ecológico (Econúcleo), na cidade de Irará, o início de uma nova era que consolidou o moderno modelo de sedes que passará a ser construído pela instituição. A unidade ganhou o nome de “Menina Jesus”, em homenagem à música do compositor Tom Zé, natural de Irará, que aborda, em um de seus trechos, o acesso aos serviços essenciais.

Localizado em um terreno com 420m<sup>2</sup> de área total, doado pela Prefeitura de Irará, o primeiro Econúcleo da Defensoria Pública do Estado da Bahia é formado por quatro estruturas modulares, conta com placas de energia solar, recepção, dois gabinetes, salas de triagem, apoio, Central de Mediação e Conciliação (CMC), Núcleo de Atendimento Psicossocial (NAP), sanitários e copa, além de ampla área verde e estacionamento. A sede dispõe ainda de recursos de acessibilidade, como rampa, piso e mapa táteis, sanitários adaptados para pessoas com deficiência e é a primeira do interior da Bahia a ter sinalização em braille.



Fotos de um Econúcleo da Defensoria Pública do Maranhão. Fonte: <https://defensoria.ma.def.br/>

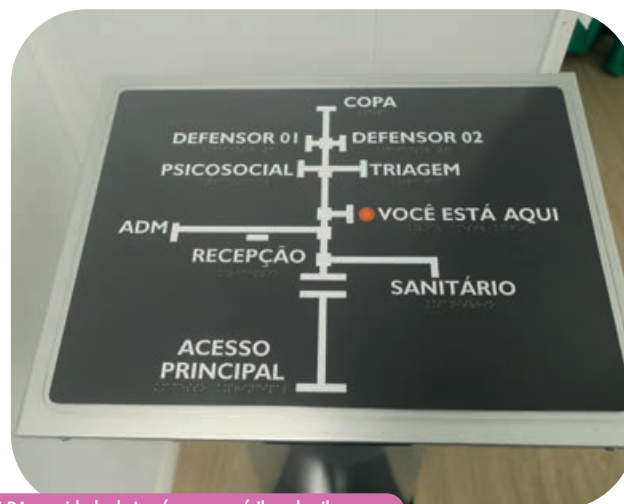


A unidade vai atender também os moradores das cidades e distritos de Água Fria, Bento Simões, Boa Espera, Ouriçangas, Pataíba, Pedrão e Santanópolis, que fazem parte da comarca de Irará. A primeira atuação no município de Irará ficou a cargo da defensora pública Lavínie Eloah Cerqueira Pinho, também nascida na cidade, e do defensor público Eduardo Herbert Lordão Souza.

O projeto dos Núcleos Ecológicos ou Econúcleos é sustentado em três pilares: economicidade, sustentabilidade e responsabilidade social. A inauguração do primeiro Econúcleo marca o início de uma nova era para a Defensoria Pública da Bahia, pois este será o modelo de construção de sedes para dar continuidade ao plano de expansão e interiorização da instituição em 2023.



Vista panorâmica do primeiro Econúcleo da DPE-BA, na cidade de Irará, e mapa tátil em braille



## Parceria e apoio dos municípios asseguram projeto de expansão e interiorização

A instalação de uma sede da Defensoria Pública em uma cidade depende de diversos fatores. A disposição de recursos orçamentários para viabilizar a construção, servidores(as) e defensores(as) públicos(as) para a comarca é o principal. A expansão da Defensoria permeia a definição da cidade, apoio da gestão municipal e a atuação coordenada entre diversos setores da instituição, do poder público e da sociedade como um todo.

Para a construção de novas sedes, reformas ou ampliações é necessária a interlocução e parceria entre esses atores, em especial com o novo modelo de construção sustentável, os Econúcleos, que tende a ser o carro-chefe da expansão da DPE-BA, a partir de 2023.

Em novembro de 2022, ocorreu a sanção do projeto de lei na Câmara de Vereadores, aprovado por unanimidade, para doação do terreno onde funcionará a segunda sede no modelo Econúcleo, na cidade de Campo Formoso. Antes da doação ser formalizada, a Coordenação de Planejamento e Obras (CPO) da DPE-BA analisa os terrenos disponíveis e indica aquele que mais atende às necessidades da instituição, a partir de uma série de critérios, como tamanho, localização, malha

hidrossanitária, dentre outros, conforme explica o coordenador da CPO, Ademário Bastos Santos. Na etapa seguinte, a CPO acompanha o processo de preparação do terreno para receber as estruturas pré-moldadas e cuida do projeto: fundações para receber os módulos metálicos (contêineres), estrutura externa com os muros de fechamento, intervenções de paisagismo, interligações com redes elétrica, de água e esgoto.



Equipe da DPE-BA analisa terreno em Esplanada

As estruturas modulares para a construção do Econúcleo de Campo Formoso já foram adquiridas e chegam ao município assim que terminar a preparação do terreno. Em Irará, foram dois meses e meio de trabalho até a chegada dos contêineres. Contudo, não há um prazo fixo, pois as características do solo e necessidade de fundações específicas podem prolongar ou diminuir o tempo de trabalho.

## Acompanhamento semanal das obras

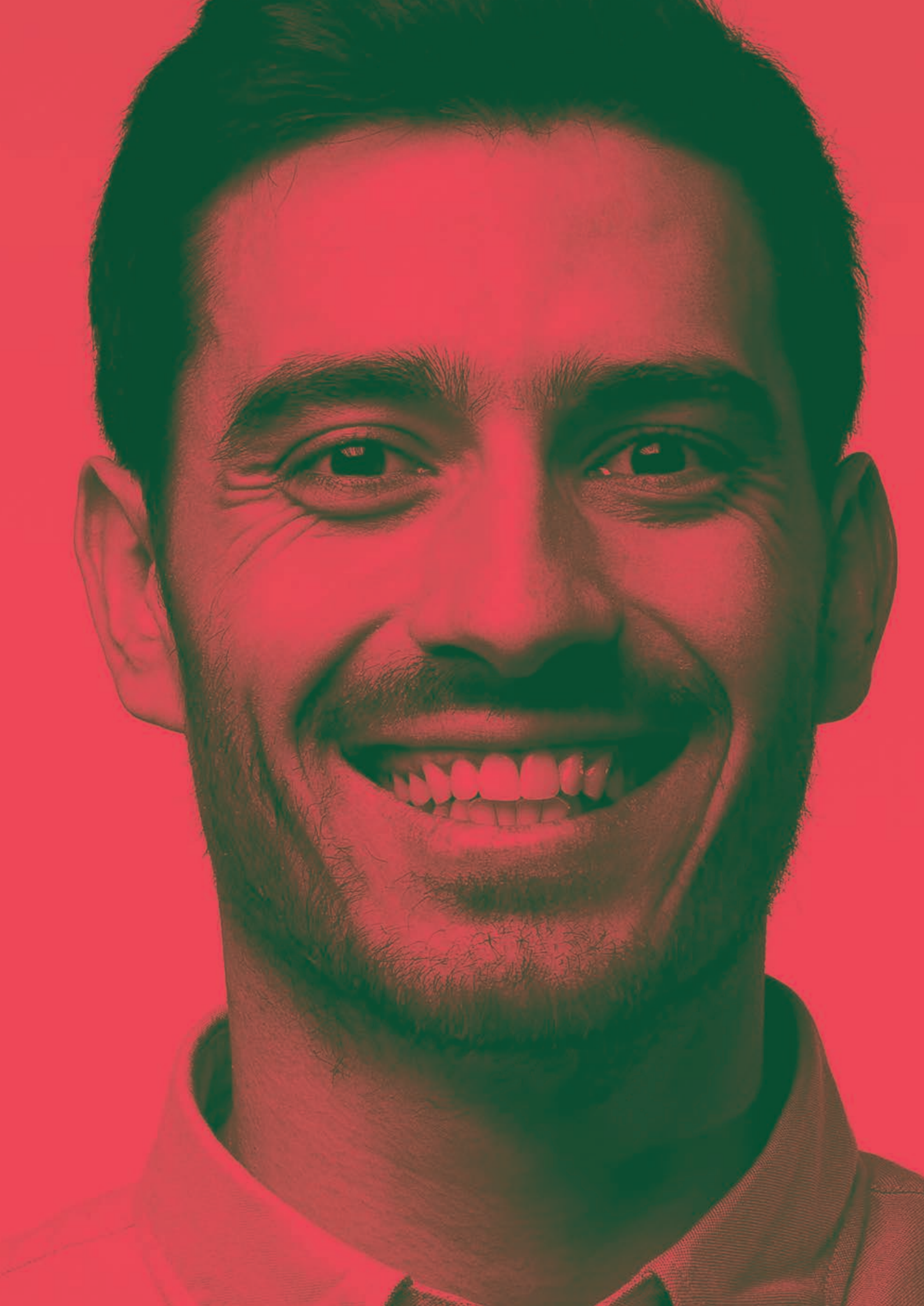
Cada etapa de todas as obras da DPE-BA é acompanhada semanalmente, através de reuniões virtuais, por um grupo, com a participação de representantes de todos os setores envolvidos. Durante os encontros, são feitas atualizações, sinalizações dos passos seguintes, além da troca de informações para soluções de entraves. Neles é sinalizado durante as obras o momento de viabilizar os serviços de telefonia e internet, de programar a sinalização da unidade, de providenciar mobiliários, equipamentos, e serviços de segurança e limpeza.

Ao final de 2022, o grupo acompanhava 21 obras envolvendo construções e reformas. Mesmo com os desafios orçamentários, a expectativa é que esse número cresça exponencialmente em 2023. Para o defensor-geral, Rafson Ximenes, é preciso ponderação e assertividade na utilização dos recursos, mas é indiscutível a necessidade de ampliar o alcance dos serviços da Defensoria Pública e a obrigatoriedade de fazê-los.



Um dos últimos ajustes feitos antes da inauguração da primeira sede da Defensoria construída com recursos próprios, em Vitória da Conquista, foi o curso de brigadistas, para habilitar servidores(as) para prestar primeiros socorros em incêndios até a chegada da equipe do Corpo de Bombeiros







3

INTEGRAÇÃO





Os conflitos e questões complexas, como as que são objeto da atuação de uma Defensoria Pública, requerem ações sistêmicas, práticas e aprendizados integrados para as suas resoluções. Sendo assim, a Defensoria Pública do Estado da Bahia anunciou, em março de 2021, a criação do Núcleo de Integração, oficializado por meio da Portaria nº 204/2021, **para ampliar a articulação entre as unidades da capital e interior junto às Defensorias de outros estados e aos órgãos e instituições externos.**

Estão entre os objetivos do núcleo: a elaboração de protocolos para uniformização dos procedimentos internos, o mapeamento de conhecimentos e práticas desenvolvidas, bem como a identificação dos formatos institucionais e estratégias de atuação utilizadas em outras unidades federativas, que podem ser adotadas pela Defensoria baiana.

Também está entre as missões do núcleo, a interlocução com entes dos poderes públicos, firmando convênios e parcerias para atender as demandas dos assistidos da Defensoria.

A ideia foi que, através da estrutura, os defensores e defensoras se sentissem mais seguros para realizar suas atuações, por meio da **criação de protocolos e políticas integradas de atuação**. Isso se reverteu em uma prestação de serviços de melhor qualidade para a população e contribuiu para que as conquistas obtidas em determinada cidade alcançassem as demais unidades da Defensoria.

## As missões e desafios do Núcleo de Integração

O Núcleo de Integração está vinculado à Subdefensoria Pública Geral e uma das suas atribuições é funcionar como uma ponte entre diversas áreas e graus de atuação, para possibilitar, de forma mais estruturada e articulada, a execução do Plano de Expansão da Defensoria, sobretudo nas comarcas em que a instituição ainda não está instalada. Outra atribuição é a **utilização estratégica da Unidade Móvel de Atendimento (UMA)** para minimizar os efeitos da **ausência de instalações fixas da DPE-BA** nessas comarcas.

Outra missão do Núcleo de Integração, alinhada ao seu propósito de padronização de procedimentos, é a expedição de notas recomendatórias que visam a unificação dos entendimentos para melhor atuação dos membros da instituição, em âmbito estadual, amparada no Princípio da Unicidade Institucional.

Desde a sua criação até o final do biênio 2021-2023, o núcleo expediu nove notas recomendatórias versando sobre temas como: colidência de defesa, declaração de autorização para acesso aos dados dos prontuários médicos, audiências de custódia por meio de videoconferência, dentre outros. O defensor Maurício Saporito, responsável pelas demandas da área criminal, destacou que o maior desafio foi criar uma base de dados de experiências e, para tanto, foram realizadas reuniões periódicas com os membros da classe para entender as demandas e uniformizar a atuação, sempre respeitando o limite da independência funcional.





O Núcleo de Integração atuou tanto na capital quanto no interior da Bahia fazendo a intersecção da DPE-BA com administradores dos municípios. À esquerda, a articulação que a instituição fez para celebrar convênio com a Prefeitura de Alagoinhas para melhorar a oferta de segurança no Distrito de Boa União. À direita, a integração da DPE com a Prefeitura de Salvador para levar os serviços da Defensoria à Feira Social promovida pelo município

De acordo com o defensor Gil Braga, também coordenador do núcleo, quem está na capital ou em uma grande comarca tem uma interação maior para trocar experiências, mas quem está no interior ou atuando sozinho pode ter dúvidas em determinados casos. Por isso, um dos papéis do Núcleo de Integração é proporcionar esse apoio. Já a defensora pública Cristina Ulm, responsável pelas demandas não ligadas à área criminal, comentou que as maiores dificuldades são a realização da itinerância virtual e a articulação entre as diversas estruturas da Defensoria. Para ela, são de vital importância a escuta e a participação dos colegas com sugestões e ideias para a construção de uma Defensoria cada vez mais integrada, forte e atuante.

### CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA E INSTITUTO PEDRO MELLO

Em mais uma ação de cidadania e interlocução com os poderes públicos, a Defensoria Pública da Bahia, por meio do Núcleo de Integração, firmou convênio com o Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM), responsável pela emissão das carteiras de identidade civis em todo o estado da Bahia, para que uma equipe do instituto fique dedicada nas instalações da DPE-BA para atender os assistidos que não possuem documento de identificação.

Uma triste realidade, que ainda atinge parte da população, que fica invisibilizada do ponto de vista social e do exercício de seus direitos. O documento de identidade é um instrumento indispensável para inserção no mercado de trabalho, em planos sociais e assistenciais governamentais. É uma garantia de inclusão social e direito à cidadania.

### OUTROS CONVÊNIOS VIABILIZADOS ATRAVÉS DO NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO

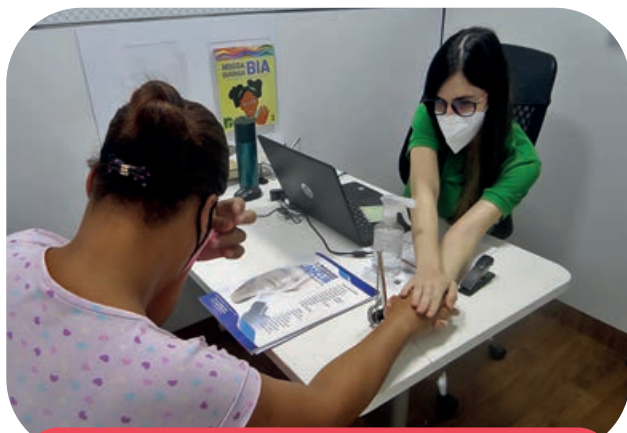
- Abertura de base comunitária com a Polícia Militar em Alagoinhas, para redução da violência local;
- Criação de Ofício da Cidadania no projeto Pop Rua, com o Instituto Pedro Mello;
- Fundação da Câmara de Conciliação em Saúde (CCS) de Vitória da Conquista, com a prefeitura da cidade;
- Negociação com a Prefeitura de Alagoinhas, para criação da CCS no município;
- Criação de fluxos e protocolos de atendimento para refugiados, com o NAMIR/UFBA;
- Apoio na formalização de termo de compromisso com a Prefeitura de Catu, para abertura de unidade da Defensoria na cidade;
- Oferta de serviço de regularização eleitoral com o TRE, nas itinerâncias da Unidade Móvel pelo interior do estado;
- Termo com a ARPEN, para ampliação do acesso ao CRC JUD fornecido aos(as) defensores(as).



## Unidade Móvel de Atendimento: a DPE-BA chegando aonde a população mais precisa

Passado o susto da pandemia, a Unidade Móvel de Atendimento (UMA) voltou às estradas em dezembro de 2021 para garantir o acesso à assistência jurídica gratuita aos baianos das cidades que não possuem a Defensoria instalada. A retomada das itinerâncias aconteceu em atuação conjunta com a Defensoria Pública da União (DPU) para atender as famílias afetadas pelas fortes chuvas que atingiram o estado. O roteiro das cidades atendidas foi definido a partir das informações sobre o número de pessoas atingidas e da localização geográfica dos municípios.

Além dos serviços habituais oferecidos pela Unidade Móvel, como exames de DNA, orientações jurídicas e realização de acordos (guarda, alimentos, divórcio, direito de convivência etc.), a DPE-BA direcionou também o atendimento às demandas provenientes dos impactos das chuvas, como encaminhamentos para segunda via de documentos e casos de risco à saúde. A DPU, por sua vez, atendeu as demandas de saque de FGTS por situação de calamidade pública, benefícios assistenciais e benefícios previdenciários.



Defensora acolhe assistida que buscou atendimento durante passagem da UMA em Firmino Alves, por causa das fortes chuvas

A coordenadora do Núcleo de Integração da DPE-BA, defensora pública Cristina Ulm, salientou que a atuação através da UMA demonstra a relevância da instituição e a **necessidade de que haja capilaridade no interior do estado para assegurar os direitos das pessoas hipossuficientes e vulneráveis**. Os atendimentos da UMA acontecem por demanda espontânea, não sendo necessário realizar qualquer tipo de agendamento prévio.

## Itinerância da DPE-BA: um portal de realizações



Passagem da unidade móvel pela cidade de Lamarão

Em 2022, durante suas andanças pela Bahia, a Unidade Móvel de Atendimento, além de garantir direitos, resgatou histórias, realizou sonhos e devolveu dignidade e autoestima a centenas de pessoas. Confira alguns depoimentos:

**“É meu direito de filho saber quem é meu pai. Se não for um, é o outro. Cresci esperando essa resposta e, agora, a Defensoria chegou, chegou a hora.”**

Tiago Rodrigues dos Santos, pintor, Santa Inês-BA.

**“A gente chega em hospital e posto de saúde, por exemplo, e ouve um nome que não é nosso. Lutamos para resistir e existir. Sou Tatty Kelly e tenho o direito de ser chamada assim.”**

Tatty Kelly, mulher trans, Santa Inês-BA.

**“São mais de dois anos nesta luta, neste vai e vem... Ele nunca foi registrado e eu, como pai, estou correndo atrás desse direito dele de existir.”**

Nilton Silva Sousa, lavrador, Mascote-BA.

**“Soube pelo WhatsApp que o caminhão da Defensoria estaria aqui, e agora que sou maior de idade, resolvi aproveitar a oportunidade e chamar ela, pra saber se é mesmo minha avó.”**

Clebson de Jesus, indígena da etnia Kiriri Sapwiá, em investigação de paternidade, Pau Brasil-BA.

**“Com o título na mão, vamos ser os donos da terra e ninguém mais vai poder chegar, ameaçar e tentar tirar a gente... Muitas vidas dependem daquela terra. É muito mais que um pedaço de chão, é a nossa sobrevivência.”**

‘Seu’ Simplicio, da comunidade quilombola Lagoa do Peixe, durante mutirão de regularização fundiária na Romaria de Bom Jesus da Lapa-BA.

## CURIOSIDADES SOBRE A UMA

Muitas viagens, histórias, reconhecimento e gratidão do povo.

- Iniciou suas atividades em 2016;
- Sua viagem mais longa durou 15 horas e foi para a cidade de Formosa do Rio Preto, no extremo oeste baiano;
- Coisa de cinema! Em sessão especial no Cinema Sala de Arte, em 2023, foi lançado o documentário "Onde é que a gente estava? UMA: A chegada da esperança". O filme traz histórias emocionantes contadas por pessoas atendidas nas itinerâncias e por defensores(as). Já disponível no YouTube!
- Ao longo dos seus seis anos de existência, atendeu 49.212 pessoas, percorreu 62.859 km e visitou 110 cidades da Bahia;
- Esteve presente em eventos históricos nos momentos que o povo mais precisou: Romaria de Bom Jesus da Lapa, Carnaval de Salvador, Micareta de Feira de Santana, tragédia em Mar Grande, cidades atingidas pelas fortes chuvas de dezembro de 2021, dentre outras;
- Foi reformada e reinaugurada em março de 2022, numa ação em homenagem ao Dia da Mulher, no Conjunto Penal Feminino, em Salvador;
- Em 2022, cortou as estradas para chegar em Ruy Barbosa, Santa Inês, Mascote, Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Camacã, Itacaré, Itajuípe, Floresta Azul, Muritiba, Capim Grosso, Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Bom Jesus da Lapa, Pau Brasil, Canudos, Milagres, Lauro de Freitas, Juazeiro, Uauá, Canudos, Lamarão e Elísio Medrado.

**“Estou grata à Defensoria pelo ótimo atendimento e muito contente que, depois de tanta espera, novamente tenho minha liberdade, meu nome de solteira.”**

Jociene Silva, após quatro anos de espera para regularização do divórcio, em Uauá-BA.



## MOMENTO DE INTEGRAÇÃO

Um dos projetos do Núcleo de Integração é o “Momento de Integração”, lançado em julho de 2021. A proposta do projeto é promover encontros para articular a atuação defensorial na capital e no interior de forma integrada e padronizada. É um espaço dedicado à troca de experiências, discussão de casos visando pacificação de entendimentos, construção das linhas de defesa e fixação de teses sobre temas diversos, bem como o mapeamento de casos estratégicos.

Durante o biênio 2021-2023, foram realizadas sete edições do projeto com diferentes temáticas. Os encontros aconteceram de forma online através de plataformas virtuais de reunião.

### Conheça as temáticas do projeto “Momento de Integração”:

1ª edição: Questões fundiárias

2ª edição: Câmaras de Conciliação de Saúde

3ª edição: Formas de comunicação entre as Instâncias da DPE-BA

4ª edição: Atuação da DPE-BA na defesa de pessoas com deficiência

5ª edição: Protocolos e atribuições da Defensoria Especializada em Defesa de Crianças e Adolescentes

6ª edição: Parâmetros de abusividade nos contratos bancários e em reajustes de planos de saúde por faixa etária

7ª edição: Honorários destinados à Defensoria Pública





Assinatura do convênio que possibilitou a cooperação da DPE-BA com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista para a criação da CCS. Foto: Secom PMVC

## Primeira Câmara de Conciliação de Saúde no interior da Bahia

Em março de 2022, foi inaugurada a Câmara de Conciliação de Saúde de Vitória da Conquista, fruto de uma articulação conjunta entre o Núcleo de Integração, a 2ª Regional da DPE-BA e a Prefeitura de Vitória da Conquista. Foi a primeira instalada no interior do estado: mais um feito pioneiro da gestão do defensor público geral, Rafson Ximenes, no biênio 2021-2023.

A Câmara de Conciliação de Saúde (CCS) atua de forma extrajudicial para promover soluções administrativas para as demandas de saúde, dando assistência aos cidadãos que encontram dificuldades para obter medicações, agendamentos ou procedimentos médicos, reduzindo a judicialização de demandas no sistema de saúde municipal. Funciona de forma cooperada entre a DPE-BA e o município. A prefeitura disponibiliza equipe com médicos, farmacêuticos, nutricionistas e enfermeiros para recepção das demandas e elaboração de notas técnicas que serão encaminhadas aos órgãos municipais de saúde. Por sua vez, a DPE-BA acompanha o atendimento das demandas e media os conflitos que porventura surjam, buscando conciliar e resolver extrajudicialmente.

A experiência em Vitória da Conquista foi tão exitosa que os resultados levaram à **articulação para a instalação de uma nova Câmara de Conciliação de Saúde em Feira de Santana e também na cidade de Alagoinhas, onde já há termo de cooperação firmado**. Já as tratativas para a implantação da CCS na Princesa do Sertão ainda estão avançando. Em novembro de 2022, foi encaminhada a minuta do termo de cooperação para ser aprovado pela administração municipal feirense.

Na primeira avaliação de resultados da CCS de Vitória da Conquista, referente ao período de março a agosto de 2022, constatou-se que, das 86 demandas da DPE-BA, 80 foram respondidas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e pelo menos 50% foram atendidas. Uma nova forma de diálogo entre as instituições, com a resolução de demandas pela via da conciliação, que é mais eficaz, efetiva, econômica e célere para todas as partes envolvidas.

## Migrantes e refugiados

Alinhada à sua missão de articulação intersetorial e de ponte entre a DPE-BA e as demandas sociais, o Núcleo de Integração, a Coordenadoria Especializada de Direitos Humanos da DPE-BA e o Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA) dialogaram sobre as formas de prestação de assistência jurídica aos migrantes e refugiados em território baiano. A partir dos diálogos, a UFBA apresentou à DPE-BA um projeto para o mapeamento das pessoas migrantes e refugiadas na Bahia e a criação de um Balcão Solidário e de um protocolo de atendimento.

Foi realizado também o curso “Migração e Refúgio”, parceria entre o NAMIR/UFBA e a Escola Superior da Defensoria da Bahia (Esdep). As 16 aulas foram realizadas na Esdep, nos meses de março e abril de 2022, com profissionais das áreas do Direito, Serviço Social, Educação e também de instituições estaduais, a fim de capacitar os profissionais da Defensoria para o atendimento a este público. O defensor público geral encaminhou ao Conselho Superior, dentre as propostas do Plano de Gestão 2021-2023, uma que busca o incremento da atuação defensorial em relação aos migrantes e refugiados, através da ampliação da parceria com o NAMIR/UFBA (Núcleo de Apoio aos Migrantes e Refugiados da UFBA).







.....

4

FORMAÇÃO

.....

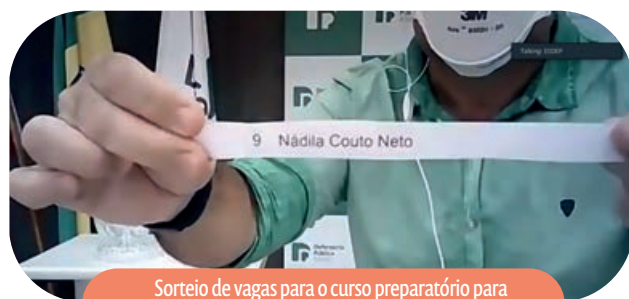
## Atividades de formação da Esdep são marcadas pela originalidade e ineditismo

O biênio 2021-2023 foi marcado por uma série de iniciativas inéditas desenvolvidas pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep). Foram diversos cursos, palestras e outros momentos de formação, realizados com o propósito de qualificar defensores(as), servidores(as) e estagiários(as) para melhor atender ao público assistido e para a promoção da educação em direitos entre a sociedade civil.

Dentre as novidades, destacou-se o programa de estágio em Residência Jurídica na Defensoria. Por via de concurso, **foram convocados 47 bacharéis em Direito que estão cursando pós-graduação na área**, a fim de proporcionar apoio técnico às atividades de defensores e defensoras. Esses residentes têm atuado na Instância Superior Cível e Criminal, área extrajudicial da Especializada de Família, no Núcleo de Honorários e no Núcleo de Fazenda Pública com atuação nas turmas recursais.



Em outra ação pioneira, sempre atenta ao seu papel de redução das desigualdades sociais, a Esdep, em parceria com o Centro de Estudos Aras, disponibilizou, através de sorteio, 30 vagas em curso preparatório gratuito para o VIII Concurso da Defensoria Pública da Bahia, voltadas para candidatos(as) de baixa renda, negros(as), travestis e transexuais, pessoas com deficiência e militantes em organizações de defesa dos Direitos Humanos.



Sorteio de vagas para o curso preparatório para o VIII Concurso da Defensoria Pública da Bahia

Mesmo com os desafios da pandemia foram realizadas, nos anos de 2021 e 2022, 336 atividades, entre cursos, palestras e workshops, presenciais e online, que qualificaram mais de 13 mil pessoas – integrantes da instituição, parceiros e sociedade civil. Os temas foram os mais diversos, sempre antenados com as pautas sociais e com foco na qualificação técnica e humanitária dos(as) defensores(as) e servidores(as).

## Defensoras e defensores populares em ação



Seguindo na vanguarda, a Esdep e a Ouvidoria da DPE-BA promoveram a terceira edição do Curso de Formação de Defensoras e Defensores Populares, que teve a missão de preparar cidadãos para atuarem como multiplicadores comunitários de conhecimento em direitos. A ideia é que orientem as pessoas menos instruídas, que não têm conhecimento sobre direitos, nas comunidades mais carentes e que precisam de direcionamento para resolver seus problemas.

**“Hoje mesmo, na rua, já me senti um defensor popular. Se eu não tivesse a instrução proporcionada pelo curso, não ia saber o que fazer. Nem sei como agradecer à Defensoria Pública do Estado da Bahia pela oportunidade e por todo o conhecimento adquirido.”**

Paulo França de Jesus, estudante de História e militante do movimento negro, logo após intervenção para a parada de um ônibus, a fim de que um idoso tivesse o seu direito ao transporte garantido.

**Pedagogia da Esperança** **28 ABR 2021** **19h**

**TEMA** **A urgência da vacinação para a população vulnerável**

Transmissão via YouTube, Facebook e Twitter - Defensoria Bahia





Gustavo Cabral: Imunologista PhD (USP), pós-doutor (Oxford), pesquisador de vacinas contra coronavírus, Chikungunya e Zika

Julia Baransky: Defensora Pública da Bahia, integrante da Comissão Estadual de Direitos Humanos da DPE/BA

Clériston Cavalcante: Defensor público e diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

ESDEP Defensoria Pública BAHIA

**Pedagogia da Esperança** **07 ABR 2021** **19h**

**TEMA** **Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o acesso à Justiça**

Transmissão via YouTube, Facebook e Twitter - Defensoria Bahia






Deborah Duprat, Roberta Cunha, Vilma Reis, Clériston Cavalcante

**Pedagogia da Esperança** **28 JUL 2021** **17h**

**Concurso DPE/BA: conhecendo a bibliografia: Olhares sobre a história da Bahia**

Transmissão via YouTube, Facebook e Twitter - Defensoria Bahia




Rafael Batista, Clériston Cavalcante

**Pedagogia da Esperança** **07 JUL 2021** **17h**

**Concurso DPE/BA: conhecendo a bibliografia: Estado Pós-Democrático**

Transmissão via YouTube, Facebook e Twitter - Defensoria Bahia




Rafael Batista, Clériston Cavalcante

ESDEP Defensoria Pública BAHIA

## Programa da Esdep aborda questões que interferem na ampla defesa de pessoas vulneráveis

De forma corajosa e independente, a Esdep realizou uma conferência para o lançamento do programa Pedagogia da Esperança, que foi ao ar ao vivo pelas redes sociais da DPE-BA, abordando temas que afetam pessoas assistidas pela instituição. A abertura discutiu como o aparato processual utilizado pela Operação Lava Jato influenciou a cultura punitivista e como pode afetar o sistema acusatório e de defesa de pessoas carentes.

O debate de abertura do programa trouxe o conselheiro federal da OAB e advogado em alguns casos da Lava Jato, Julianio Breda; o defensor público com atuação nos Tribunais Superiores (DPE-RJ), Pedro Carriello; e a defensora pública com atuação no Júri da Comarca de Salvador (DPE-BA), Diana Caldas. Durante os nove programas veiculados, a instituição trouxe diversos especialistas de todo o Brasil para refletir e levar conhecimento sociojurídico às lives.

Com o tema “O lavajatismo processual só afeta os ricos?”, apesar de recordar acontecimentos da política brasileira, o debate de abertura buscou ampliar e aprofundar princípios jurídicos e sociais que foram violados. “Este é um debate de princípios muito mais amplos. Por exemplo, do princípio da inocência até que se dê o trânsito em julgado. A Defensoria sempre se posicionou contrária às mudanças

legislativas que passaram a permitir a prisão em segunda instância, além de ser contrária às flexibilizações de direitos fundamentais”, pontuou o diretor da Esdep, Clériston Macêdo.

O Pedagogia da Esperança teve nove edições, veiculadas entre 17 de março de 2021 e 18 de outubro do mesmo ano, incluindo a série de lives “Conhecendo a bibliografia”, que orientou concorrentes do VIII Concurso para Defensores e Defensoras Públicas, ao trazer vários(as) professores(as) para explicar livros e parte do conteúdo complementar do certame. **Todas as edições do programa somaram mais de 11 mil visualizações no YouTube e no Facebook.** A playlist de todos os programas está disponível no perfil da Defensoria da Bahia no YouTube.

## Oficinas, palestras e concurso de frases celebraram os 15 anos da Esdep

Um momento cultural, uma programação criativa com palestras, oficinas e concurso de frases celebrou os 15 anos da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A arte e a cultura estiveram presentes através de apresentações musicais. O cuidado com a saúde mental dos estagiários e estagiárias foi pauta através do diálogo com psicólogos da Defensoria. Oficinas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre empreendedorismo e gestão do tempo também fizeram parte da programação.

No evento foi lançado o Concurso Cultural de Frases, voltado para estagiários(as), que visou estimular a criatividade e entender a percepção dos jovens sobre a DPE-BA. Por meio de edital, estagiários(as) de nível médio, técnico e superior puderam participar



com a elaboração de uma frase de até 15 palavras com o tema “Com a Defensoria, ninguém está só”.

A comissão avaliadora do concurso foi composta pelo conselho editorial da Esdep e pela Associação de Defensoras e Defensores

Públicos do Estado da Bahia (Adep-Bahia). O resultado foi divulgado no dia 4 de novembro de 2022 e os três vencedores de cada categoria receberam premiação oferecida pela Adep Bahia: kits home office e bolsa fit com copo térmico.



## CONHEÇA OS VENCEDORES E SUAS FRASES



Estagiários lançam mão da criatividade no concurso de frases

### ESTAGIÁRIOS NÍVEL MÉDIO

**1º lugar:** LEONARDO SACRAMENTO GONÇALVES (Salvador/CAJ I) “Acolhimento, responsabilidade, dedicação, estamos juntos nessa missão. Com a Defensoria, ninguém está só.”

**2º lugar:** VICTOR CUNHA RIBEIRO FORMAÇÃO (Lauro de Freitas) “37 anos protegendo, 15 anos ensinando. Com a Defensoria, ninguém está só.”

**3º lugar:** MARCELA CONCEIÇÃO GOMES DOS SANTOS (Salvador/Esdep) “Ei, se liga, com a Defensoria, ninguém está só, vamos nessa!”

### ESTAGIÁRIOS NÍVEL TÉCNICO

**1º lugar:** ISAAC JESUS DA SILVA (Salvador/CAP) “Após 1985, tornou-se real um sonho de futuro melhor, com a Defensoria ninguém está só.”

**2º lugar:** GILVAN CAVALCANTE SILVA FILHO (Salvador/Dedica) “Nosso dom é estar junto nos momentos mais difíceis. Com a Defensoria, ninguém está só.”

**3º lugar:** CAINAN CELES BARROS (Ipiaú) “A justiça e acessibilidade é um direito de todos, com a Defensoria, ninguém está só.”

**3º lugar:** FERNANDO DE JESUS VASCONCELOS (CMO/Salvador) “Ninguém na Bahia está sozinho, desamparado, pois com a Defensoria, ninguém está só.”

### ESTAGIÁRIOS NÍVEL SUPERIOR

**1º lugar:** RUY CARLOS ALMEIDA SANTOS JUNIOR (Itapetinga/Direito) “De Barreiras a Ilhéus, de Teixeira a Juazeiro, com a Defensoria, ninguém está só.”

**2º lugar:** LUAN PEDRO OLIVEIRA NASCIMENTO (Cruz das Almas/Direito) “Um pilar da sociedade, garantindo direitos dos mais necessitados, com a Defensoria, ninguém está só.”

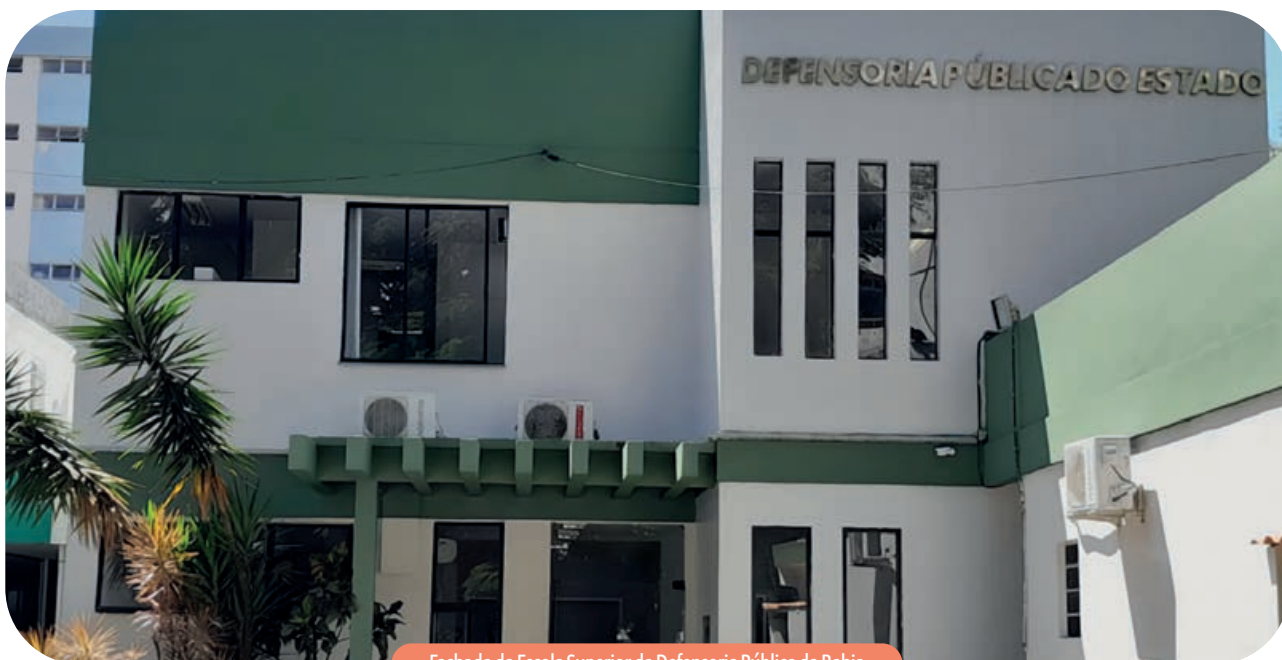
**3º lugar:** GLEIDSON LUCAS ALMEIDA SANTOS (Itabuna/Direito) “Em momentos de fragilidade, não se sinta desamparado, com a Defensoria, ninguém está só.”

### ESTAGIÁRIOS RESIDÊNCIA JURÍDICA

**1º lugar:** RENATA VIANA (Salvador/Família) “Apesar das adversidades, permaneça confiante sabendo que com a Defensoria ninguém está só”

**2º lugar:** NINA MIGUEZ E MARINHO (Salvador/Família) “A Defensoria efetiva acesso à justiça e dignidade aos vulnerabilizados. Com a Defensoria, ninguém está só”

**3º lugar:** LARISSA NOBRE DE SANTANA SANTOS (Salvador/Cível) “Defensoria Pública, sinônimo de amor, amparo, acolhimento e proteção. Com a Defensoria, ninguém está só”



Fachada da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

As comemorações pelo aniversário de 15 anos da Esdep simbolizaram a maturidade da instituição, fruto do antigo Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), órgão auxiliar, que evoluiu para se tornar Escola Superior, graças à Lei Orgânica da Defensoria, que fortaleceu as funções de formação atribuídas à DPE-BA.

Durante as celebrações, o defensor público geral, Rafson Ximenes, ressaltou que a Esdep deixou de ser um espaço apenas de discussões

processuais e dogmáticas do Direito para se tornar um ambiente de debates sociais sobre os temas que afetam a vida do povo baiano, tornando-se uma ferramenta fundamental para a expansão da Defensoria, pois, com o advento da tecnologia, os eventos online não têm mais fronteiras e permitem alcançar um público interno e externo muito maior.

## A ESDEP E SEUS 15 ANOS EM NÚMEROS\* E REALIZAÇÕES

- Editou 48 publicações com seu selo editorial;
- Capacitou mais de 44 mil pessoas entre público interno e externo (dados de 2015 a 2022);
- Ofereceu mais de 900 cursos para o público interno e externo (dados de 2015 a 2022);
- Apesar da pandemia, graças à tecnologia, em 2022 houve recorde de pessoas capacitadas (6.739);
- O ano de 2021 foi destaque pela quantidade de cursos ofertados (198);
- Passaram pelo curso de formação inicial, que marca o ingresso na carreira defensorial, 192 defensores(as) públicos(as) (dados de 2015 a 2022);
- Em 2016, foram ofertados, por meio de parceria com a Universidade Católica do Salvador (UCSal), o mestrado e o doutorado em Políticas Sociais e Cidadania, além do mestrado em Família na Sociedade Contemporânea;
- Em 2017, foi a vez da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se tornar parceira, oferecendo o doutorado em Jurisdição Constitucional e Novos Direitos;
- Em 2020, nasceu o mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, também em parceria com a UFBA;
- Realizou programas de estágio inovadores, a exemplo da Residência Jurídica, que registrou, em 2022, 47 estagiários de Direito residentes;
- Ao longo da sua história, registrou mais de 2,6 mil estagiários de nível médio e técnico, além de 4,6 mil estagiários de nível superior;
- Desde 2018, em mais uma inovação, oferece estágio para jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e desde 2009 oferece estágio para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

\*Dados até dezembro/2022.

Dentre as publicações com o selo ESDEP, destacam-se a Revista Jurídica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que tem como objetivo difundir a cultura jurídica, e a Revista Temática da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que versa sobre temas de relevância social e que afetam grupos vulnerabilizados.

Outro marco foi a retomada do lançamento da publicação no auditório da Esdep, em evento presencial, que também teve transmissão

## Revista Temática



Reunindo oito artigos e impressa inteiramente em papel reciclável, a publicação aconteceu poucos dias após a DPE-BA ser consagrada vencedora do Prêmio Innovare, a mais importante premiação do Judiciário brasileiro, com o projeto Mãos que Reciclam. Já em 2021, a Revista trouxe o tema “Infância e Juventude” e o lançamento foi transmitido ao vivo pelo canal da Defensoria no YouTube.



## CURSOS DE FORMAÇÃO

### As atividades de formação em números no biênio 2021-2023

- 03 turmas do Curso de Formação de Novas Defensoras e Defensores. No ano de 2022 foram 2 turmas do Curso de Formação de Novas Defensoras e Defensores, compreendendo a 27ª e a 28ª Turma. No ano de 2023, curso em andamento, temos 01 turma, compreendendo a 29ª Turma;
- 20 turmas do Curso de Formação de Estagiários(as) nível superior em Direito e Residentes entre agosto/2021 e o final de 2022;
- 41 defensoras e defensores públicos formados no biênio. No curso em andamento, temos a participação de 07 (sete) defensores(as), totalizando 48 defensoras e defensores;
- 100 atividades entre aulas, palestras, treinamentos e workshops;
- 180 horas de aprendizado prático com atendimento dos(as) futuros(as) defensores(as) nas ruas;
- 50 docentes e lideranças lecionando em atividades de formação;
- 80 ativistas e líderes de movimentos sociais participantes das atividades de formação.



O defensor público geral, Rafson Ximenes, em sua fala durante a aula inaugural do Curso de Formação de Novas Defensoras e Novos Defensores

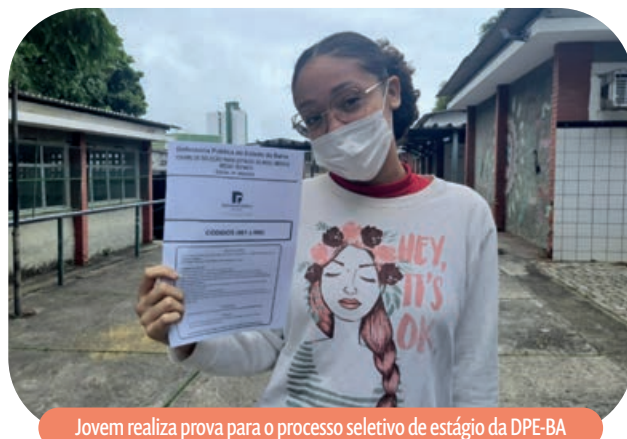
## PROGRAMAS DE ESTÁGIO

### Sonhos mobilizam jovens para a seleção de estágio da DPE-BA

O sonho de fazer parte da Defensoria e fazer a diferença na vida das pessoas mobilizou jovens para seleção de estágio da DPE-BA em 2022, que foi conduzida pela Fundação Cefet-BA, sob supervisão da

Esdep e teve 1.002 candidatos(as), concorrendo a 74 vagas de nível médio e 40 de nível superior.

Foram esses desejos que motivaram a jovem Isis Landim, estudante do 8º semestre do curso de Direito, a acordar bem cedinho, em pleno domingo, para participar da seleção. “Eu já usei os serviços da Defensoria, busquei a instituição para requerer alimentos e fui bem atendida. Quero muito passar nessa seleção de estágio, contribuir com a comunidade e, ao mesmo tempo, adquirir conhecimento e prática na área de meu interesse: Direito Penal”, contou Isis.



Jovem realiza prova para o processo seletivo de estágio da DPE-BA

## CURSOS

### Curso de combate à LGBTfobia destacou a comunidade trans e travesti

Realizado pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, o curso Combate à LGBTfobia teve como facilitadoras pessoas que compartilharam suas vivências e experiências: Paulete Furacão, mulher trans e educadora no projeto de inserção no mercado de trabalho de pessoas trans (Oportunizar); Caio Guimarães, homem trans atuante nas Obras Sociais Irmã Dulce com diversidade sexual e de gênero; e Lana Larrá, travesti, transfeminista e 1ª coordenadora-adjunta da Aliança Nacional LGBTQIA+.



Bandeira do arco-íris, símbolo do movimento LGBTQIA+

No curso, o acesso à saúde e à empregabilidade foi citado como um dos principais desafios enfrentados pela população LGBTQIA+. O diretor da Escola Superior, Clériston Macêdo, enfatizou as práticas da Esdep voltadas para o público LGBTQIA+, como, por exemplo, as vagas gratuitas oferecidas durante curso preparatório para o concurso da Defensoria Pública destinadas para travestis e transexuais. O combate à LGBTfobia e a todo e qualquer tipo de discriminação é um dos pilares da Defensoria, e assim a instituição demonstra a importância de se viver numa sociedade plural, com diferenças e respeito às diferenças.

## Quebra de paradigmas sobre o envelhecimento foi tema de evento

A necessidade de romper estereótipos sobre a velhice foi a temática do evento “Envelhecimento En(cena): desconstruindo rótulos e construindo novos olhares”, realizado pela Esdep. As atividades aconteceram de forma remota e foram mediadas pela defensora pública Laise de Carvalho Leite, coordenadora da Especializada do Idoso.

O evento não teve como objetivo alcançar apenas os idosos, mas sim sensibilizar toda a sociedade acerca dos direitos e necessidades deles. Para tanto, a ação contou com trocas de experiências de idosos atuantes em diferentes segmentos, como, por exemplo, a criadora de conteúdo digital Neide Souza, que quebrou paradigmas ao se tornar um sucesso nas redes sociais na terceira idade. Para ela, ser idoso(a) não deve ser uma limitação.

Quem também contribuiu foi o gerontologista Dr. Alexandre Kalache, 76 anos, que ressaltou a necessidade de romper com o etarismo – preconceito em função da idade – e de ressignificar o modo como encaramos o envelhecimento. “Você é na velhice a soma das experiências que acumulou durante a vida”, afirma o médico. O evento contou com a exibição de esquetes teatrais produzidos pelo Centro de Convivência da Terceira Idade do Sesc Salvador.

## Realização de workshop sobre ferramentas e técnicas de “advocacy”

Para debater e aprofundar conhecimentos sobre a aplicação do “advocacy” – prática de reivindicação de direitos para influenciar a formulação de políticas públicas – a Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia (Esdep) promoveu workshop com o tema: “Advocacy como estratégia de articulação comunitária e litigância internacional”.

Voltado para defensores(as) públicos(as), foi realizado em cinco encontros virtuais e teve como objetivo apresentar os conceitos, as ferramentas e as principais estratégias de “advocacy”, oferecendo novos elementos que possam ser utilizados para alcançar as mudanças sociais e jurídicas de interesse da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

## Intercâmbio de práticas exitosas entre a DPE-BA e a DPE-RJ promoveu curso para assistência a consumidores superendividados

O superendividamento de consumidores foi tema de curso da Escola Superior, ministrado por defensores(as) públicos(as) fluminenses do Núcleo de Defesa dos Consumidores da DPE-RJ, em parceria com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. O evento apontou aspectos práticos para lidar com as situações de dívidas e destacou a atuação extrajudicial como meio preferencial para solução dos casos.

O curso foi instrumento de aproximação dos(as) defensores(as) baianos(as) das práticas exitosas realizadas por outras Defensorias e que se revertem em um atendimento de melhor qualidade para os(as) assistidos(as). **No Brasil, onde 74,6% das famílias estão endividadas**, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio – o maior nível de endividamento desde 2010 –, discutir e capacitar defensores e defensoras neste tema demonstra o quanto a Esdep esteve sensível às demandas sociais.

### TREINAMENTOS

## Capacitação em Direitos Humanos prepara a Defensoria para atuação em contexto internacional

Em mais uma iniciativa de democratização do conhecimento, a Esdep desenvolveu o curso sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Segundo o relatório sobre a situação do Brasil, publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o país enfrenta desafios estruturais para superar a discriminação histórica que impacta grupos como afrodescendentes, mulheres, quilombolas, indígenas, pessoas em situação de rua, dentre outros. A capacitação durou cerca de dois meses e meio e foi idealizada pelas defensoras Valéria Teixeira e Roberta Cunha, com o objetivo de fortalecer a atuação da DPE-BA no sistema internacional.

## Treinamento abordou cotas raciais em concursos públicos e processos seletivos



Pioneira em relação ao Sistema de Justiça do estado, a DPE-BA instituiu a política de cotas em concursos públicos para membros da carreira, em 2016. Em 2022, organizou o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias. E, para instrumentalizar toda a equipe, realizou treinamento sobre a validação de cotas raciais em concursos públicos e processos seletivos, através das bancas de apuração da autodeclaração de pessoa negra.

O treinamento foi ministrado pela socióloga Marilene Garcia de Souza, que, juntamente com a pesquisa de doutorado, sistematizou o método “Oju Oxé: Olhos da e para a Justiça”, que integra as pessoas envolvidas na etapa de heteroidentificação: membros da banca, fiscais, fotógrafos, técnicos de filmagens, entre outros profissionais, o que também deve incluir o(a) candidato(a). Humanizar o processo é necessário, conforme pontuou a socióloga.

### MESTRADO

## Palestra marcou o início das aulas do mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania

As aulas do mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, firmado por meio de parceria entre a Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), tiveram início em setembro de 2021, com aula magna sobre “Justiça e Cidadania”, ministrada pela professora Dra. Maria Tereza Aina Sadek, da USP.

A aula foi aberta ao público e transmitida pelo YouTube. O diretor da Escola Superior, Clériston Macêdo, ressaltou que esse mestrado está diretamente conectado à atuação da Defensoria Pública. E o defensor-geral, Rafson Ximenes, destacou o pioneirismo da iniciativa. “Uma das formas que temos de mostrar o nosso potencial de

trabalho é nos capacitar para os discursos e as práticas sejam mais eficazes e profundas”, destacou.

### QUALI DPE

## Projeto Quali DPE: articulação entre a Esdep e o Núcleo de Integração garantiu ações de capacitação



O projeto Quali DPE é resultado da atuação conjunta entre a Escola Superior e o Núcleo de Integração da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que tem como objetivos aprimorar e humanizar o atendimento, além de promover a formação continuada dos integrantes da instituição. Por meio dele, a Escola Superior promoveu o curso de introdução ao Sistema Integrado de Gestão de Atendimento da Defensoria (Sigad), direcionado ao público interno.

Os treinamentos do Quali, que têm carga horária de 8 horas, procuram aliar teoria e prática e dispõem de conteúdo programático com textos, vídeos, testes, dinâmicas de grupo e de atendimento com a finalidade de sensibilizar para a prestação de um serviço público de excelência.

Os servidores de Salvador e de cinco Regionais da Defensoria da Bahia participaram de ações de capacitação do Quali DPE, em sua primeira edição virtual. As aulas online foram divididas em módulos, que envolvem temas como: bem-estar e a saúde mental do servidor, combate ao preconceito religioso, acessibilidade e preservação do meio ambiente, este último em parceria com o Núcleo de Gestão Ambiental. O sucesso da versão virtual do Quali DPE foi tão expressivo que o diretor da Esdep, Clériston Macêdo, assegurou a realização em outras Regionais em 2023.



FAJ

## Recursos do FAJ asseguraram formação continuada e aquisição e renovação literária

O FAJDPE-BA é o Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública do Estado da Bahia que tem por finalidade a capacitação e aperfeiçoamento dos(as) defensores(as) públicos(as) e servidores(as) da instituição, contribuindo para a formação intelectual, técnica e social dos integrantes da DPE-BA, através de cursos de formação continuada e aquisição de livros e publicações impressos e/ou digitais.

### REALIZAÇÕES ATRAVÉS DE RECURSOS DO FAJ

- Oferta do número de vagas (27) para o Programa de Fomento à Titulação no ano de 2022 e 31 vagas no ano de 2021, para 10 cursos distintos de pós-graduação lato e stricto sensu;
- 22 defensores inscritos nos cursos de Mestrado em parceria com a UFBA;
- 70 defensores(as) inscritos no programa de aquisição de produtos e/ou serviços informacionais digitais em 2021 (R\$ 35 mil investidos em recursos do FAJ); 95 inscritos em 2022 (R\$ 64 mil investidos);
- R\$ 263.077,25 do Fundo foram investidos em ações nos programas de Aquisição e Renovação Literária (livros físicos) e de Aquisição de Serviços e/ou Produtos Informacionais Digitais, sendo que no primeiro programa o valor ainda pode ser aumentado, pois os(as) defensores(as) ainda podem se habilitar;
- Aumento do valor disponibilizado para o Programa de Aquisição de Livros e Serviços e Produtos Informacionais e para o Programa de Aquisição e Renovação Literária (livros físicos) de R\$ 500,00 para R\$ 675,00;
- 1.329 acessos à Biblioteca Digital Proview (acesso a e-books);
- 41 títulos catalogados na Biblioteca da Esdep;

- 1.446 consultas ao Portal Magister NET (buscador de jurisprudência e doutrinas);
- Concurso de frases da Defensoria Pública da Bahia. Quantidade de inscritos: 52, que foram divididos em 04 categorias, sendo premiados o 1º, 2º e 3º de cada uma delas: Estagiários(as) Nível Médio, Estagiários(as) Nível Técnico, Estagiários(as) Nível Superior e Residentes;
- Publicação da Revista Jurídica – Vol. 7, ano 2022;
- Publicação da Revista Temática – Vol. 3, ano 2022.

Fonte: Relatório Geral de Atividades Esdep.

### ENCONTROS DO NAP

## Parceria Esdep e NAP potencializou a formação de psicólogos(as), assistentes sociais e demais integrantes da DPE-BA

Os Encontros do NAP (Núcleo de Atendimento Psicossocial), que já aconteciam para a atualização profissional e troca de experiências entre psicólogos(as) e assistentes sociais da capital e interior, avançaram após a parceria com a Esdep. “É um encontro em que a integração abre espaços para capacitar a equipe do NAP e, assim, fortalecer o trabalho de todos e todas na Defensoria”, explicou o diretor da Esdep, Clériston Macêdo, durante um dos encontros.

Já a doutora em Saúde Coletiva e assistente social da equipe de Saúde Mental da DPE-BA, Patrícia Von Flach, ressaltou a importância dessa iniciativa para a construção de espaços de diálogo sobre saúde mental e social entre as diversas equipes da Defensoria, já que são temas transversais à atuação das Especializadas da DPE-BA. Durante os encontros, foram abordadas pautas como: práticas jurídicas em família, população em situação de rua, o idoso, o uso das substâncias psicoativas e o debate sobre política de redução de danos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a adoção, a Lei Maria da Penha e suas aplicações na Defensoria.







.....

# 5

## PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

.....



Prêmio internacional concedido pela ONU à Defensoria da Bahia

## Biênio 2021-2023 foi marcado por reconhecimento local, nacional e internacional aos projetos da Defensoria

O biênio 2021-2023 foi marcado por premiações concedidas à Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), que coroaram o trabalho desenvolvido pela instituição. Ao todo, foram ao menos 23 reconhecimentos, entre troféus, medalhas, selos e homenagens. O destaque foi o Prêmio Global Princesa Sabeeka Bint Ibrahim Al Khalifa para o Empoderamento Feminino, em 2022. Promovida pela ONU Mulheres, a premiação seleciona iniciativas de sucesso na implementação da igualdade de gênero pelo mundo. Foi a primeira vez que a honraria foi concedida a uma instituição da América Latina e o prêmio garantiu à DPE-BA, 100 mil dólares (mais de 500 mil reais) para seguir com o bom trabalho na defesa dos direitos femininos.

Outro destaque relevante foi o Prêmio Inovare – considerado o maior prêmio do Judiciário brasileiro –, concedido ao projeto Mãos que Reciclam. Além disso, a DPE-BA foi 1º lugar na categoria Publicação Especial do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021, com o livro de minicontos “Nossa Querida Bia”; venceu em duas categorias do Prêmio Inovação Judiciário Exponencial (Expojud) 2021, conquistando os troféus de Inovação Tecnológica; foi contemplada na categoria Ouro do prêmio antirracista Selo

Esperança Garcia, distribuído pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas; e ficou em 1º lugar no Prêmio Prioridade Absoluta, do CNJ, com o projeto Lugar de Fala, entre outros.

Confira um pouco sobre as premiações:

### PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

## Defensoria premiada na ONU Mulheres



Vencedoras(es) do prêmio ONU Mulheres. A DPE-BA foi representada pela subdefensora-geral, Firmiane Venâncio, que destacou a projeção internacional que a Defensoria ganhou e a importância da captação de recursos fora dos limites orçamentários

Em 2022, A Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA) tornou o Brasil o **primeiro país da América Latina a vencer o Prêmio Global Princesa Sabeeka Bint Ibrahim Al Khalifa** para o Empoderamento Feminino, promovido pela ONU Mulheres, em parceria com o Conselho Supremo para Mulheres do Reino do Bahrein.

A instituição venceu na categoria Setor Público, destacando-se mundialmente pela defesa da igualdade de gênero. A cerimônia de anúncio dos vencedores aconteceu em Manama, Bahrein, e, além de um troféu, a DPE-BA recebeu 100 mil dólares para potencializar as iniciativas de empoderamento feminino.



O projeto destacou-se entre as 40 inscrições realizadas na categoria e as coordenadoras do Núcleo de Gestão Ambiental, Kality Gonzaga e Aline Brito, receberam o troféu das mãos do ministro do STF Alexandre de Moraes

## PREMIAÇÕES NACIONAIS

### Projeto voltado para reciclagem ganha para a DPE-BA o Innovare, maior prêmio do Sistema de Justiça

O vencedor do Prêmio Innovare 2022 na categoria Defensoria Pública foi o projeto Mãos que Reciclam, que busca o reconhecimento de catadores e catadoras como agentes ambientais e incentiva a comunidade à reciclagem e à coleta seletiva. O prêmio tem como objetivo reconhecer e disseminar práticas que aprimoram a Justiça no Brasil.

O projeto obteve diversas conquistas para a categoria de catadores(as), como a regularização documental; fornecimento de infraestrutura para coleta seletiva: galpão, maquinário, veículo e equipamentos de proteção individual; contratação de associações para prestação do serviço público de coleta seletiva municipal e de educação ambiental; elaboração de política pública municipal; distribuição de cestas básicas e aluguel social, e acordos com o poder público para pagamento de auxílio financeiro à categoria.

### “Nossa Querida Bia”: livro de minicontos recebeu prêmio de comunicação no Sistema de Justiça

O livro de minicontos “Nossa Querida Bia” foi eleito a melhor Publicação Especial do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021. O livro faz parte da Ação Cidadã Infância Sem Racismo, da DPE-BA, e tem a proposta de influenciar crianças a serem antirracistas e questionarem atitudes que reforcem um ideal de padrão branco.



O livro apresenta a beleza da estética negra, estimula a tolerância às religiões de matriz africana e mostra que pessoas pretas têm o mesmo direito de ocupar espaços de poder que as brancas, dentre outras coisas

A publicação teve tiragem de 20 mil exemplares e foi idealizada pela Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio das defensoras Laissa Rocha e Gisele Aguiar; e pela Especializada de Direitos Humanos, por meio da defensora Eva Rodrigues. A autoria foi compartilhada ainda com Karina Menezes e Nanci Helena Franco, que fazem parte do Núcleo de Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFBA.



### CURIOSIDADES SOBRE O LIVRO “NOSSA QUERIDA BIA”



Bia do mundo real vs. Bia do livrinho

Mulher negra, a defensora pública Laissa Rocha é mãe de duas crianças negras: João Gabriel, de 3 anos, e Ana Beatriz, de 6, que foi a inspiração para a Bia dos minicontos. Ana Beatriz participou de campanhas para divulgar o livro em livrarias, shoppings e estabelecimentos comerciais de Salvador-BA. O livrinho foi distribuído em escolas públicas e privadas e nas ações itinerantes da Defensoria pelo interior do estado.

## Defensoria ganhou prêmio nacional por inovações tecnológicas para acesso à Justiça



O coordenador de Modernização e Informática, Thales Almeida, recebeu o prêmio em Brasília. A presença da DPE-BA entre os finalistas nos dois anos da premiação refletiu o investimento institucional em inovação e tecnologia

A DPE-BA foi uma das instituições vencedoras do Prêmio Inovação Judiciário Exponencial (Expojud) de 2021. O coordenador de Modernização e Informática (CMO), Thales Almeida, ficou em primeiro

lugar na categoria Executivo de TI Inovador; e a Ferramenta de Agendamento Online da DPE-BA foi eleita como a melhor na categoria Inovação Tecnológica do 5º Expojud.

O Agendamento Online foi criado em 2017, mas durante a pandemia de covid-19 registrou crescimento de 800%, mostrando-se fundamental para o acesso da população à Justiça. Já em 2022, pelo segundo ano consecutivo, o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Modernização e Informática (CMO) foi reconhecido: novamente, o coordenador Thales Almeida esteve entre os três finalistas na categoria Executivo de TI Inovador.

## Projetos da DPE-BA com jovens que cumprem medidas socioeducativas conquistam prêmios do CNJ



Especializada da Criança e do Adolescente da DPE-BA recebeu premiação do CNJ

O projeto Lugar de Fala, da DPE-BA, que promove diálogos com jovens dentro das Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Cases), foi um dos vencedores da segunda edição do Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Criado para valorizar ações e programas voltados para os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, o prêmio foi entregue em cerimônia na sede do CNJ, em Brasília.

Além de dar protagonismo aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, a iniciativa leva defensores(as), professores(as), artistas e pessoas bem-sucedidas que já estiveram na mesma situação que aqueles jovens para um bate-papo horizontal com eles, debatendo as variáveis que os levaram à institucionalização e as possibilidades para retomada da vida dentro da legalidade. Também fomenta a produção artística (texto, música, poesia, pintura, entre outros). O projeto foi idealizado pela Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente e pelo defensor Bruno Moura.

Outro projeto da DPE-BA que mereceu destaque, por ter alcançado a 2ª colocação, foi o Jovens na Medida, que possibilita que jovens cumpram a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) dentro da própria Defensoria, trabalhando e aprendendo com os membros da instituição. A ação é uma parceria entre a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) e a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza.

dendo com os membros da instituição. A ação é uma parceria entre a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) e a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza.



## Defensoria Pública da Bahia se destacou ao receber três prêmios no XV Conadep

Pode pedir música! A Defensoria da Bahia foi triplamente premiada na 15ª edição do Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep), que em 2022 trouxe o tema “Defensoria Pública, Futuro e Democracia: Superação de Retrocessos e Novos Desafios”.

Recebeu o ouro do Selo Esperança Garcia; ficou em 2º lugar no Concurso de Práticas Exitosas, com o Fórum Aborto Legal; e em 3º com a tese “Defensoria Pública, Democracia e Equidade Racial”, escrita pela defensora Clarissa Verena Lima.

### Selo Esperança Garcia

Em 2022, no marco dos 10 anos da política de cotas, a segunda edição do Selo Esperança Garcia teve como objetivo reconhecer e promover a importância das políticas afirmativas nas Defensorias Públicas de todo o país. Mais uma vez, a DPE-BA ganhou a premiação mais alta, repetindo o feito de 2021, quando recebeu o ouro na premiação que visava honrar Defensorias Públicas que contam com ouvidorias externas e adotam políticas de equidade racial. Entregue no mês de novembro, o Selo Esperança Garcia é uma honraria oferecida pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas, que a partir de uma série de critérios avalia as iniciativas antirracistas implementadas e distribui os selos, que vão do bronze ao ouro.

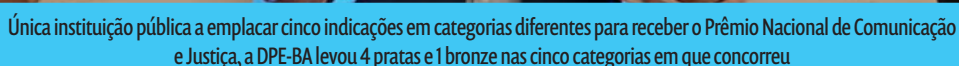
### Fórum Aborto Legal

O 2º lugar do Concurso de Práticas Exitosas foi para o Fórum Aborto Legal, fruto do esforço da Especializada de Direitos Humanos da DPE-BA em articular uma rede fortalecida para garantir os direitos das mulheres baianas. Ainda é difícil encontrar na Bahia informações sobre redes de saúde que realizam interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Então, além de debater com sobriedade um tema tão polêmico, o Fórum está estimulando o cuidado com a saúde da mulher e já conseguiu a inclusão da relação dos hospitais habilitados para realização do serviço no site da Secretaria de Saúde do Estado - Sesab. A iniciativa do Fórum surgiu a partir de rodas de conversa realizadas em 2021 sobre temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Para a coordenadora de Direitos Humanos, Livia Almeida, quando a Defensoria se une à sociedade civil e ao movimento de mulheres feministas gera uma força “poderosíssima”.

### Visões de futuro a partir da filosofia africana Ubuntu

A tese “Defensoria Pública, Democracia e Equidade Racial: visões de futuro a partir da filosofia africana Ubuntu”, escrita pela defensora da Bahia Clarissa Verena Lima, ficou em 3º lugar no Concurso de Teses do Conadep. O texto acadêmico propõe uma forma de se pensar a humanidade em parceria, em cooperação para que a referência seja a coletividade, assim como indica o conceito africano Ubuntu. Para Clarissa, é um chamado para validar novos saberes e referências, além dos eurocêntricos, que poderão fortalecer os ideais de justiça e se refletir nas petições, ações civis públicas e atuações institucionais.





Os projetos indicados foram Dicionário de expressões (anti) racistas; Podcast Levante 129; Campanha Ação Cidadã Sou Pai Responsável; Cartilha em Braille: Direitos das Pessoas com Deficiência; e a série de reportagens Dossiê do assassinato do ativista social Pedro Henrique. Mesmo sem o troféu de primeiro lugar, o recorde de indicações demonstrou comprometimento e solidez na comunicação da instituição.

## PREMIAÇÕES LOCAIS

## Selo Escola Antirracista recebeu prêmio de Visibilidade Feminina da Assembleia Legislativa da Bahia

A Defensoria da Bahia (DPE-BA) foi a única instituição homenageada pelo Prêmio Amábilia Almeida de Visibilidade Feminina, entregue em cerimônia realizada na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) em 2022. A honraria foi concedida por causa da criação do “Selo Escola Antirracista”, que integrou a campanha Ação Cidadã Infância Sem Racismo, em que a DPE-BA premiou instituições de ensino por suas práticas de combate ao racismo e fortalecimento da autoestima de crianças negras e indígenas.

A primeira edição do Prêmio Amábilha Almeida de Visibilidade Feminina, promovida pela deputada estadual Fabíola Mansur, homenageou mulheres e iniciativas de segmentos da sociedade que contribuíram para a defesa dos direitos das mulheres. O selo foi uma criação conjunta de quatro mulheres – as defensoras públicas Gisele Aguiar, Eva Rodrigues e Laissa Rocha e a assistente social Eduarda Conceição, que receberam o prêmio representando a instituição.





## Defensoria institui Prêmio Raul Palmeira: 5ª Regional e unidade de Santo Estêvão são as primeiras ganhadoras



A 5ª Regional, sediada em Juazeiro, e a comarca de Santo Estêvão foram as vencedoras do Prêmio Raul Palmeira, instituído pela Defensoria da Bahia em dezembro de 2022 para incentivar membros à produção de dados estatísticos e à melhoria da qualidade dos atendimentos.

A Regional e a comarca registraram os maiores desempenhos institucionais contabilizados pelo Observatório de Dados do Sistema Integrado de Atendimento da Defensoria (Sigad), no segundo semestre de 2022, período contabilizado pela primeira edição da premiação.

Completaram o pódio a 2ª Regional, sediada em Vitória da Conquista (2º lugar); e a 9ª Regional, sediada em Porto Seguro (3º lugar). Já na categoria de comarcas ficaram no pódio também as unidades de Senhor do Bonfim e Jacobina.

## Campanha de Dia dos Pais do Shopping Boulevard em parceria com a DPE-BA foi premiada por Associação de Shopping Centers

A Ação Cidadã Sou Pai Responsável, da DPE-BA, realizada todos os anos em agosto, deu reforço à campanha de paternidade do Shopping Boulevard de Feira de Santana em 2022, levando orientações jurídicas direto para o shopping em pleno mês dos pais. Com esta parceria, a campanha “Dia dos Pais Boulevard – pela responsabilidade de ser pai” foi premiada pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) e recebeu o troféu de prata do Prêmio Abrasce 2022, em cerimônia realizada em São Paulo.

### HOMENAGENS

## Comenda 2 de Julho aprovada pela Alba para ser concedida ao defensor-geral, Rafson Ximenes



Em 2022, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou a concessão da Comenda 2 de Julho, a mais alta honraria da Casa Legislativa, para o defensor público geral da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes. A proposta teve como justificativa o compromisso que teve o chefe da instituição com a interiorização da Defensoria – um dos maiores responsáveis pelo Plano de Expansão da DPE-BA e pelo sistema que seleciona comarcas para a instalação de unidades defensoriais. Conforme aponta o documento que propõe a comenda, foi graças a sua gestão que a instituição aumentou significativamente a sua presença nos municípios baianos.

## Defensor público geral foi condecorado com a Medalha Thomé de Souza



No dia 11 de agosto de 2022, data que marcou as mobilizações em defesa da democracia em todo o país, o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, recebeu a mais alta honraria da Câmara Municipal de Salvador: a Medalha Thomé de Souza. Durante a Sessão Solene, estiveram em destaque o papel da Defensoria como expressão do regime democrático de direito e a luta incansável pela defesa das pessoas mais vulneráveis. No seu discurso, muito emocionado, Rafson destacou que a medalha é um reconhecimento pelo trabalho coletivo desenvolvido por todos(as) na Defensoria.

## Subdefensora-geral recebeu título de Cidadã Soteropolitana



O título de Cidadã Soteropolitana foi concedido pela Câmara Municipal de Salvador em reconhecimento à atuação da subdefensora-geral, Firmiane Venâncio, na defesa da população e na luta pela igualdade de gênero. A defensora foi homenageada devido ao seu ativismo e trabalho na DPE-BA, junto à rede de proteção, para a garantia dos direitos das mulheres e da população mais carente. A entrega do título foi feita no plenário Cosme de Farias.

## Defensoria presta homenagem póstuma aos tribunos Raul Palmeira e Pedro Machado



O reconhecimento pelas contribuições dos defensores Raul Palmeira e Pedro Machado para a história da Defensoria no Tribunal do Júri foi registrado sob forma de placa de homenagem, instalada na unidade que atende demandas de Direito Penal em Salvador. Ambos os homenageados ajudaram a construir a história da DPE-BA no Júri.

Raul Palmeira dedicou mais de 30 anos de vida à prestação de assistência jurídica, deixando sua marca na DPE-BA pelas mais de mil atuações no Júri, que lhe renderam o título de “Maior Tribuno do Júri”. O defensor Pedro Joaquim Machado também deixou gravada sua importância: dedicou 25 anos de sua vida à carreira e fez história no Júri de Salvador, onde ficou conhecido por sua coragem e retidão.

## Auditório Bartolomeu Oliveira é inaugurado em Itabuna em memória do defensor



A trajetória de Bartolomeu na DPE-BA teve início em 1997 e perpassou as comarcas de Camacã, Pau Brasil, Una e Canavieiras, até chegar em Itabuna

Os 23 anos de carreira e dedicação do defensor Bartolomeu Oliveira (*in memoriam*) à Defensoria da Bahia estão eternizados na estrutura da 4ª Regional da DPE-BA, com sede em Itabuna. Em homenagem ao profissionalismo dele, a Defensoria instalou um auditório na unidade de Itabuna que leva o seu nome.

“Todas as vezes que entrarmos na unidade da Defensoria de Itabuna saberemos que houve um grande pilar construído por ele para o fortalecimento da nossa instituição”, destacou a defensora-geral em exercício Firmiane Venâncio, que inaugurou o auditório junto com membros da administração e colegas da comarca. Durante a cerimônia de entrega, também foi concedida a Medalha de Honra do Mérito Defensorial à viúva Carmelita Cerqueira da Silva e à filha Leilane Nily Cerqueira, já que Bartolomeu havia sido escolhido pelo Conselho Superior para receber a honraria em 2020, mas a entrega não foi possível devido à pandemia, quando veio a falecer.

## Valdemir Pina eternizado na sede em Conquista



O nome do defensor público Valdemir Pina também está eternizado na nova sede da Defensoria Pública em Vitória da Conquista. Ele dedicou 28 anos de vida à defesa da população mais vulnerável da Bahia, grande parte dessa trajetória na comarca de Conquista, e deixou um legado de decisões favoráveis aos assistidos para os conquistenses, de forma judicial e extrajudicial.



## Ministro do STF foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito da DPE-BA por sua defesa da democracia

O dia 05 de agosto de 2022 foi um marco histórico para a Defensoria da Bahia, pois pela primeira vez a instituição recebeu a visita institucional de um ministro das mais altas instâncias do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral. Relator da ADI nº 6.852 e o primeiro a se posicionar a favor das prerrogativas de requisição das Defensorias Públicas, o ministro Edson Fachin esteve na sede da DPE-BA, no CAB, quando também foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito Defensorial, que homenageia quem contribuiu para o fortalecimento da instituição. Fachin reforçou o papel da instituição na defesa do regime democrático de Direito, no cumprimento de programas e ações para a defesa de populações vulneráveis, e destacou a importância do fortalecimento orçamentário das Defensorias Públicas.

## Defensor-geral da Bahia recebeu homenagem da Polícia Civil com Medalha Cruz da Ordem

Em reconhecimento pela sua atuação à frente da DPE-BA, o defensor-geral, Rafson Ximenes, foi agraciado com a Medalha do Mérito Cruz da Ordem, concedida pela Polícia Civil. A condecoração homenageia aqueles(as) que se destacaram no exercício de suas funções e são considerados(as) exemplos na construção de uma sociedade mais justa e digna. Foi a segunda vez que a Polícia Civil concedeu a honraria à Defensoria Pública.

Para Rafson, a entrega da medalha simbolizou o reconhecimento da Defensoria como instituição fundamental para a construção de uma política de segurança pública democrática, que respeita os Direitos

Humanos e a paz social. Para seguir contribuindo com isso, a DPE-BA elaborou e entregou ao então secretário de Segurança Pública da Bahia, Ricardo Mandarino, um documento com 13 Medidas para a Redução das Intervenções Policiais com Resultado Morte no Estado da Bahia, que foi encaminhado ao governador.

## Câmara de Vereadores promove sessão solene em homenagem à atuação da Defensoria em Barreiras

A Câmara de Vereadores de Barreiras, em sessão especial, homenageou as ações desenvolvidas pela DPE-BA no município. A ocasião também foi marcada pela entrega da Comenda 26 de Maio, maior honraria da cidade, ao defensor público Paulo Malagutti, que atua na cidade desde 2019, que estendeu a homenagem aos demais integrantes da Defensoria na localidade.

## Defensores públicos de Ipiaú recebem Comenda Altino Cerqueira em reconhecimento aos serviços prestados

O trabalho de destaque desempenhado pela unidade da DPE-BA em Ipiaú foi reconhecido pela Câmara de Vereadores da cidade, que indicou a Comenda Altino Cosme de Cerqueira para a defensora Rebeca Lima e Silva e o defensor Raphael Varga Scorpião. Durante a sessão solene, emocionada, a defensora pública Rebeca Lima e Silva declarou: “Eu cheguei em Ipiaú querendo ser um instrumento de promoção de mudanças estruturais e foi Ipiaú que provocou mudanças estruturais na minha vida”. Ela também dedicou a comenda à equipe da Defensoria de Ipiaú.



## Visita técnica de defensores do Pará

A Defensoria da Bahia recebeu defensores públicos coordenadores da Defensoria do Pará, que vieram conhecer a estrutura e a dinâmica da Central de Cobrança e Execução de Honorários da DPE-BA, instituída em 30 de janeiro de 2020, por meio da Portaria nº 166/2020. Por ser referência entre as Defensorias Públicas do país, o DPG destacou a importância da visita técnica realizada pela DPE-PA, uma vez que ambas as instituições – e estados – apresentam semelhanças: dimensões extensas, pessoas em situação de vulnerabilidade e violação de direitos. “É uma satisfação quando somos procurados por outras instituições que querem aprender com as nossas experiências”, afirmou Rafson Ximenes.

## Estudante de Direito conhece a sede da Defensoria em Salvador



O defensor-geral, Rafson Ximenes, que a recebeu e presenteou com um kit de publicações editoriais da DPE-BA, afirmou estar muito feliz com o sonho de Eduarda, pois na época da faculdade de Direito apenas ele queria ser defensor. “As pessoas não sabiam o que era, nem como funcionava uma Defensoria, o que mostra o quanto a instituição cresceu”, lembrou.







.....

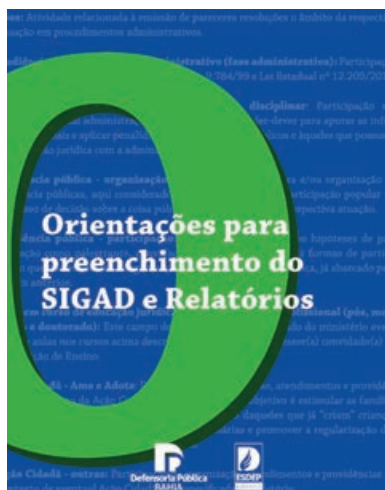
# 6

## FORTALECIMIENTO INSTITUCIONAL

.....

## CORREGEDORIA

## DPE-BA integrou relatórios do Sigad aos relatórios da Corregedoria



Atualização do Sistema Integrado de Atendimento (Sigad) garante otimização e modernização dos processos

Buscando otimizar processos, garantir a confiabilidade e segurança de dados e informações, além de atender a um pleito histórico dos defensores e defensoras, a Defensoria Pública do Estado da Bahia atualizou o Sistema Integrado de Atendimento (Sigad) para gerar relatórios automatizados do trabalho realizado em todo o estado.

**Anteriormente, o processo de geração de relatórios era feito manualmente** pelos defensores e defensoras e enviado para a Corregedoria, que compilava todos os dados. No entanto, um dos problemas desse modelo era o retrabalho, uma vez que havia a necessidade de alimentar o sistema e depois preencher os relatórios correicionais. Perdia-se tempo e, muitas vezes, dados.

A integração do Sigad à Corregedoria-Geral possibilita que cada defensor(a) ou servidor(a) gere relatórios específicos sobre os seus atendimentos e trabalhos que desenvolveu diretamente pelo sistema, entendendo melhor as particularidades, demandas e realidade de cada comarca. A iniciativa é fruto da parceria entre a Corregedoria e a Coordenação de Modernização em Informática, com acompanhamento do Gabinete do Defensor Público Geral e sua assessoria.

Para nortear as equipes da Defensoria com a alimentação de dados, o Gabinete do defensor-geral elaborou um glossário que detalha sobre como cadastrar os atendimentos. Basta acessar o site institucional na área “Comunicação/livros”, e procurar por “Orientações para preenchimento do Sigad e Relatórios”.

### GANHOS COM A ATUALIZAÇÃO DO SIGAD:

- Estímulo ao cadastro dos dados de atendimentos;
- Inteligência de dados, para viabilizar adequação de orçamento e políticas de atuação;
- Gestão mais precisa do desempenho e desenvolvimento de defensores(as) e servidores(as);
- Mais produtividade para os processos da Corregedoria.

## ACESSIBILIDADE

## Defensoria garante inclusão e acessibilidade ao promover atendimento em Libras para pessoas surdas



Criação da Central de Libras garante mais acessibilidade nos atendimentos a pessoas surdas em todas as unidades da Defensoria Foto: José Cruz/Agência Brasil

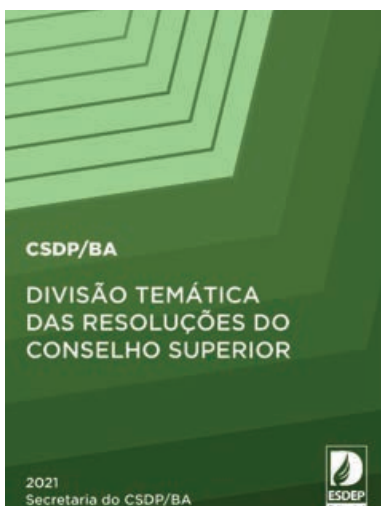
Em 2021, no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro, a Defensoria da Bahia reafirmou seu compromisso com a garantia de acesso à Justiça para todos(as), divulgando o edital para contratação de empresa especializada em serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Assim, **criou a Central de Libras, que disponibiliza intérpretes/tradutores(as)** para dar suporte à equipe da Defensoria nos atendimentos feitos a pessoas com deficiência auditiva.

A criação da Central está alinhada ao Plano Estratégico 2016-2026, que estabelece a adequação dos processos internos da Defensoria às políticas de inclusão. O grande diferencial da Central da DPE-BA em relação às existentes em outras Defensorias do país é que a empresa presta o serviço tanto de forma presencial quanto remota, para abranger as comarcas do interior. É possível solicitar a presença de intérprete através dos canais de atendimento virtual da DPE-BA.

Além dos serviços prestados no atendimento aos assistidos, a Central de Libras também disponibiliza intérpretes nos eventos promovidos pela instituição, como inaugurações, solenidades, exposições, audiências públicas, conferências e reuniões, dentre outros.

## POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

### Melhoria de processos: resoluções do Conselho Superior foram classificadas por temas



A organização das resoluções em “Grupos Temáticos” trouxe melhoria na acessibilidade dos processos

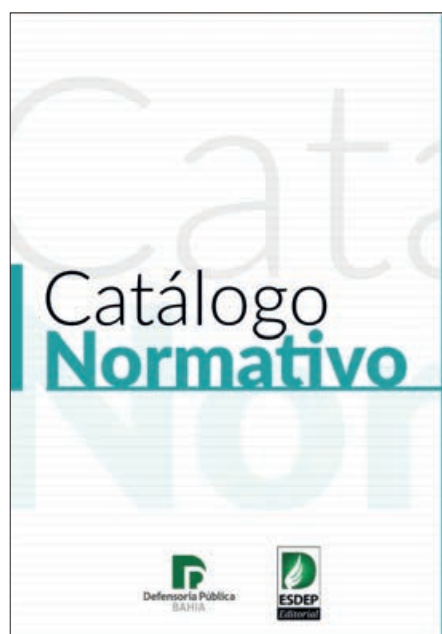
No biênio 2021-2023, a DPE-BA trabalhou para facilitar os procedimentos internos do seu Conselho Superior (CSDP) e otimizou o acesso e as consultas às resoluções do órgão colegiado. Com o apoio do servidor Diogo Costa – que teve o trabalho dedicado à Defensoria reconhecido com a Medalha de Honra ao Mérito Defensorial –, **todas as resoluções do colegiado foram reunidas e classificadas em grupos temáticos.**

A ideia foi do defensor-geral, Rafson Ximenes, e consta, expressamente, como uma das propostas do eixo de organização interna de seu Plano de Gestão 2021-2023. Foram desenvolvidos 15 grupos temáticos para catalogar as quase 150 resoluções produzidas pelo CSDP, com destaque na vigência, deixando claro para defensores(as), servidores(as) e estagiários(as) as normas que deixaram de vigorar.

As resoluções estão divididas em temas como: atribuições das unidades defensoriais; organização das Regionais; Núcleos de Atuação; movimentações na carreira – promoção, remoção e remoção por permuta, substituição cumulativa, licenças, afastamentos e compensações; concurso público e política de cotas; estágio probatório e curso de preparação, dentre outros.

Qualquer pessoa pode acessar o arquivo, inclusive por celular, por meio de um link no site institucional. Basta ir na seção “Comunicação/livros” e buscar por “Divisão temática das Resoluções do Conselho Superiores da DPE-BA”.

### Catálogo normativo: iniciativa organizou portarias e notas recomendatórias expedidas desde 2007



Na esteira da boa prática realizada com a divisão temática das resoluções do Conselho Superior da Defensoria da Bahia (CSDP), o Gabinete do Defensor Público Geral tomou a iniciativa de reunir e organizar, sob a forma de catálogo, todas as portarias e notas recomendatórias expedidas pelos defensores e defensoras-gerais desde 2007.

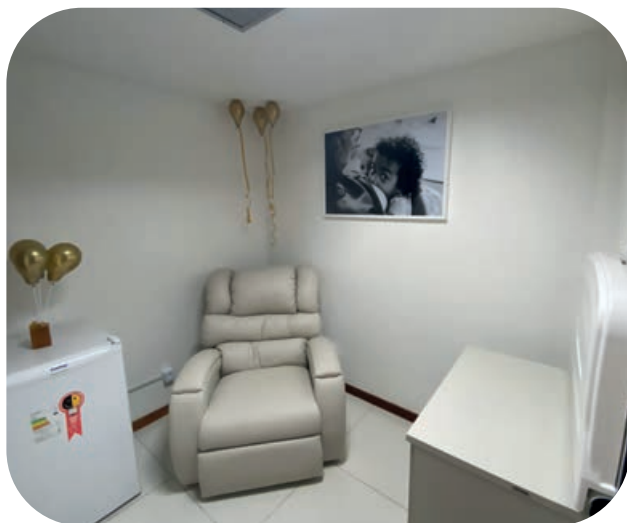
A proposta foi pensada pelo defensor-geral, Rafson Ximenes, e pela defensora pública e assessora do Gabinete, Juliane Andrade. A versão virtual do catálogo, que foi organizado em sumário cronológico e sumário temático, possui 610 páginas com links que levam direto aos documentos e está disponível no site institucional da DPE-BA.

Para acessar o arquivo, basta ir ao site da Defensoria da Bahia, na seção “Comunicação/livros” e buscar por “Catálogo Normativo”.





Como uma das iniciativas de efetivação da Política de Promoção da Equidade de Gênero, foi inaugurada, em março de 2022, a primeira sala de amamentação da DPE-BA. Equipado para amamentação, ordenha e armazenamento de leite materno, o espaço fica na sede da Defensoria, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, e visa atender mulheres e homens trans lactantes que precisem amamentar seus filhos.



Homens cis com filhos e que disponham de mamadeira também podem utilizar o espaço. A primeira a utilizar a sala foi a defensora pública Isis Vasconcellos, que amamentou a pequena Heloísa, com um mês de idade à época, e afirmou que a existência de um lugar seguro, com privacidade, faz a diferença para as lactantes e para os bebês. Além da inauguração, eventos e cursos sobre o tema fizeram parte da ação. A Política de Gênero prevê a implantação de salas de amamentação em todas as sedes próprias da Defensoria.

Em mais uma prática das políticas de promoção de equidade de gênero, visando proteger o aleitamento materno, a DPE-BA editou a Portaria nº 308/2020 e incluiu nos grupos de risco as lactantes, garantindo a estas o direito de continuarem em trabalho remoto, no retorno das atividades pós-pandemia, independentemente da idade da criança amamentada.

Para a defensora pública, mãe de duas meninas que estão mamando e idealizadora do projeto “Mamaço Virtual”, Luanna Ramalho, a decisão foi um ato de sensibilidade da Defensoria. O projeto tem como objetivo dar visibilidade às mulheres em período de amamentação, para que possam exercer o direito sobre seus corpos, através de discussões ligadas ao tema.

## Humanização no atendimento a gestantes e parturientes que desejam encaminhar seus bebês para adoção

Com o intuito de humanizar o atendimento psicossocial e jurídico dirigido às grávidas e parturientes que desejam encaminhar seus bebês para adoção, a DPE-BA instituiu portaria administrativa que aprimora a recepção e acolhimento desses casos. A entrega para adoção é um procedimento legal no Brasil e está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Embora o abandono seja crime, a entrega voluntária de bebês é um direito da mulher, que precisa ser acolhida e não julgada em virtude de sua decisão.

O processo de assistência prestado pela Defensoria prevê escuta qualificada da gestante ou parturiente, entrevista psicossocial e sigilo quanto às informações recebidas. A instituição também pode acompanhar as mulheres nas audiências, caso não haja advogado constituído ou nomeado, e conscientizá-las sobre o caráter irrevogável da entrega para adoção após a decisão judicial.

## Inédito: Defensoria apresenta política de equidade racial e combate ao racismo em coletiva de imprensa



Inédita no Sistema de Justiça baiano, a política de enfrentamento ao racismo e de igualdade racial da Defensoria foi lançada e divulgada em 2021, em coletiva de imprensa virtual, no simbólico 13 de maio (data de assinatura da Lei Áurea). Ela foi proposta pelo Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial e instituída pelo Gabinete do Defensor-Geral por meio da Portaria nº 458/2021.

A política institucional tem como objetivos enfrentar o racismo em todas as suas dimensões e tornar o quadro funcional da Defensoria mais plural, com maior presença de negros e indígenas. Para a realização das ações previstas na política foram adotadas algumas medidas durante a gestão, como: execução de proposta orçamen-

tária para a promoção da equidade racial; e a criação de um núcleo específico, composto por defensores e defensoras negros e negras para dar mais efetividade à execução das ações.

A política antirracista também foi fruto de um trabalho histórico da Ouvidoria Cidadã da Defensoria da Bahia, que atua de forma participativa com a sociedade civil e representantes de movimentos sociais. Em pouco mais de 10 anos de Ouvidoria, quatro mulheres negras assumiram o comando do órgão, Anhamona Brito, Tânia Palma, Vilma Reis e Sirlene Assis, que foram peças fundamentais para a concretização da política institucional de equidade racial e combate ao racismo.

## Implantação de cotas para contratação de presos e egressos do sistema prisional em empresas vencedoras de licitações



Em mais uma ação marcada pelo pioneirismo, a DPE-BA publicou portaria regulamentando que as empresas vencedoras de licitações da instituição **disponibilizem cota de vagas para presos(as) e egressos(as)** do sistema prisional. De acordo com a Portaria nº 970/2021, de 18 de outubro de 2021, deve haver a disponibilização de ao menos uma vaga quando o número de trabalhadores(as) necessários(as) para a execução do contrato for entre 6 e 19 pessoas. Se o contrato implicar o emprego de mais de 20, pelo menos 5% das vagas deverão ser preenchidas por pessoas nessas condições.

A Defensoria tem a missão de impedir a estigmatização de pessoas que passam pelo sistema prisional e fazer a sociedade compreender que elas não deixam de ser cidadãs e titulares de direitos. Com isso, busca minimizar a dificuldade de reinserção de pessoas presas ou egressas no mercado de trabalho e no convívio coletivo. Os(as) egressos(as) do sistema prisional são aqueles(as) que tenham sido liberados(as) há no máximo um ano ou gozem de liberdade condicional.

## Alteração em regulamentação passou a contemplar contratação de pessoas trans e em situação de rua nas empresas vencedoras de licitações



Depois de regulamentar as cotas de contratação para pessoas presas e egressas do sistema prisional, a **Defensoria ampliou o leque para englobar pessoas trans e em situação de rua em todos os contratos de obras e serviços da instituição**. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho está entre os principais problemas enfrentados pelas pessoas trans em todo o país e que também afeta intimamente a população de rua.



A adoção de políticas para assegurar a empregabilidade de quem está sem moradia é prevista no artigo 142 da Resolução nº 40 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que diz que os entes federados podem assegurar cotas de emprego para pessoas em situação de rua nas empresas vencedoras de licitações públicas. Contudo, no que diz respeito à população trans, não existe normativa. A Defensoria implementou essa iniciativa pioneira por entender que não há impedimentos e por reconhecer os benefícios em favor da melhoria da qualidade de vida desta população.





Além de adotar a política de empregabilidade, a Defensoria promoveu capacitações para aumentar as chances de obtenção de emprego de pessoas trans e em situação de rua, por meio de sua Escola Superior.



## Transportes: nova frota e modelo de gestão

O Setor de Transportes é um dos mais dinâmicos da DPE-BA e atende a demandas de mais de 70 unidades que integram a estrutura institucional: cerca de 30 na capital e 40 no interior do estado. Além de fazer o transporte de materiais, presta suporte aos membros e servidores(as) que se movimentam diariamente, seja para audiências, operações de urgência, eventos e reuniões, seja para atividades externas, como assistência jurídica a comunidades indígenas e quilombolas situadas em zonas rurais desprovidas de pavimentação asfáltica, o que exige veículos de diferentes portes e características.

Por isso, a Defensoria inovou e mudou o modelo de gestão de transportes, que em parte deixa de utilizar carros próprios para usar veículos por meio de locação. Já dentro deste modelo, nove carros

foram entregues pelo defensor-geral para uso nas Regionais e para substituir os carros que atendem à Corregedoria e à Subdefensoria. De acordo com o coordenador de transportes, Wiliam Rocha, a ideia é que a longo prazo seja mudada toda a frota própria para alugada e que cada veículo novo solicitado seja direcionado para esse modelo.

**A gestão por locação visa otimizar recursos e investimentos**, tais como: eliminação de custos iniciais com a aquisição de novos veículos e com a sua obsolescência; gestão centralizada do serviço de transportes, possibilitando maior desempenho e produtividade; redução do risco operacional de paralisação de atividades, por falta de um ou mais veículos.

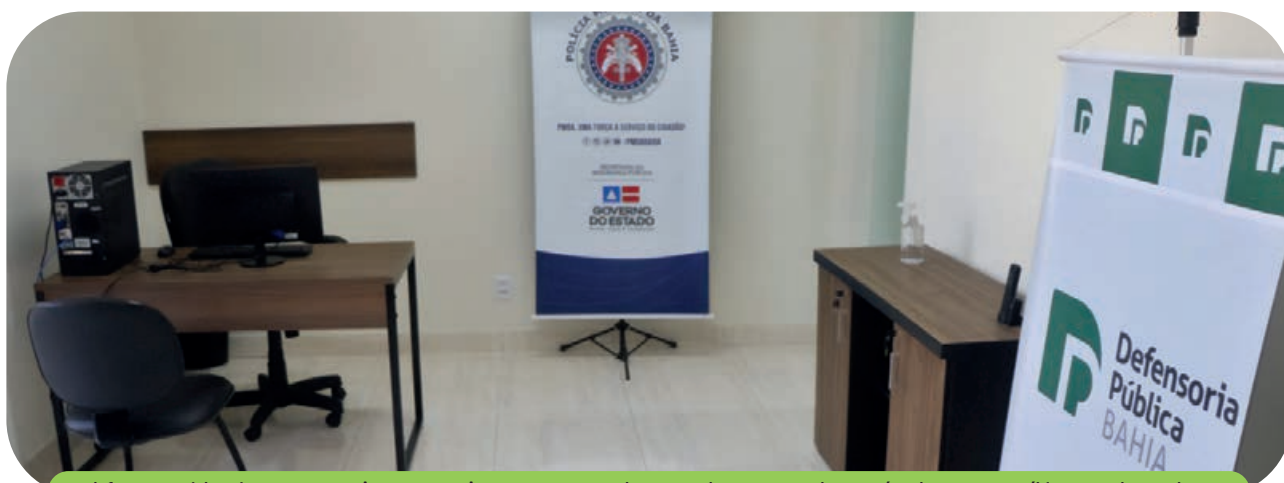
O processo de licitação, em curso, prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação não eventual de 24 veículos novos, zero quilômetro, sem motorista, visando atender as necessidades da DPE-BA, conforme descritivo:



Nove veículos foram entregues em janeiro de 2023, já neste novo modelo de locação







O defensor-geral da Bahia assinou convênio em cerimônia com a presença do governador Rui Costa e do secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino

## Núcleo de Assistência Jurídica ao Policial Militar, Policial Civil e Bombeiro Militar atuando dentro das corporações

Um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Segurança Pública do Estado assegurou espaço no Quartel dos Aflitos e na sede da Polícia Civil para que o Núcleo de Assistência Jurídica ao Policial Militar, Policial Civil e Bombeiro Militar da DPE-BA atendessem dignamente profissionais de segurança envolvidos em situações e processos ocorridos em serviço.

A centralização da unidade nos espaços das forças de segurança serviu para eliminar o possível constrangimento de um encontro entre agente policial e assistido nas instalações da Defensoria e desmistificar a crença de que há conflito de interesses entre policiais e defensores(as), uma vez que estes prestam assistência a pessoas investigadas ou presas por policiais. Contudo, os Direitos Humanos valem para todos(as), e a missão da Defensoria é garantir o amplo acesso à Justiça.

### ATUAÇÃO DE NÚCLEO ESPECIALIZADO DA DPE-BA SE TORNOU REFERÊNCIA PARA OUTRAS DEFENSORIAS

O Núcleo de Assistência Jurídica ao Policial Militar, Policial Civil e Bombeiro Militar se tornou referência para outras Defensorias Públicas no Brasil. Em outubro de 2021, o defensor-geral do Amazonas, Ricardo Queiroz, visitou a DPE-BA para conhecer a experiência baiana e ampliar projeto existente em seu estado.

Em apenas um mês de funcionamento das unidades, o núcleo que assiste às forças de segurança registrou 55 atendimentos (54 na unidade da Polícia Militar, 1 na unidade da Polícia Civil). Os espaços também foram utilizados para realização de capacitações em Direitos Humanos para os agentes.





Assinatura do termo de cooperação em Lauro de Freitas para a defesa (jurídica) de quem também faz a defesa: a Guarda Municipal

## Parceria entre Guarda Municipal de Lauro de Freitas e Defensoria para atendimentos jurídicos

Boas práticas devem ser difundidas e replicadas e foi isso que a Prefeitura de Lauro de Freitas fez ao se firmar como a primeira a celebrar parceria com a DPE-BA para assistência jurídica aos guardas municipais, nos mesmos termos do acordo fechado com o Governo do Estado para assistência jurídica aos policiais e bombeiros militares e policiais civis.

Os atendimentos acontecem na sede da Guarda Municipal de Lauro de Freitas e a **parceria também contribuirá para a formação continuada dos agentes da Guarda Municipal** através de cursos e oficinas nas áreas de Direitos Humanos, Direito Penal e Militar, Direito Administrativo e Direito Civil.

Na ocasião da solenidade de assinatura do termo, que ocorreu durante a cerimônia de comemoração dos 14 anos da Guarda Municipal, o defensor público geral, Rafson Ximenes, e o coordenador da 7ª Regional, defensor Daniel Soeiro, receberam a homenagem “Amigos da Guarda Civil Municipal”.

## Requisição para uso de câmeras nas fardas de policiais

Desde 2021, a DPE-BA vem colaborando com o Grupo de Trabalho (GT) criado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) para avaliar a aquisição, regulação e operacionalização da tecnologia de câmeras nas fardas de policiais. Uma das contribuições foi o envio ao GT de nota técnica recomendando que a implementação ocorra através de projeto-piloto com a participação de representantes de

instituições públicas e da sociedade civil e que seja iniciada em batalhões com alto índice de letalidade ou de reclamações perante as Ouvidorias e Corregedorias da SSP-BA e da Polícia Militar.



Além da nota técnica, a DPE-BA encaminhou uma minuta de projeto de lei para implementação da tecnologia com um parecer sobre a constitucionalidade da proposta. De acordo com o defensor público e coordenador da área criminal do Núcleo de Integração da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Maurício Saporito, a função do equipamento não é apenas fiscalizar o trabalho policial, é ser também um elemento que garanta a lisura das provas coletadas durante as operações policiais.

Após as mortes de três jovens em operação policial na comunidade da Gamboa, em Salvador, a Defensoria fez solicitação – através de prerrogativa de requisição – dos dados atualizados sobre o andamento do processo licitatório para a implantação das câmeras.

O caso teve grande repercussão midiática, pois moradores do bairro declararam que os jovens estavam desarmados e foram executados,

ao contrário do que afirmou a Polícia Militar. Tanto a Ouvidoria e a Corregedoria da SSP-BA quanto a Defensoria Pública estão acompanhando as investigações e o inquérito. A DPE-BA também prestou acolhimento psicossocial e atendimento jurídico às famílias, através do Núcleo Amparo, que integra a Especializada de Direitos Humanos.

## UMA COMUNIDADE, MUITAS CARÊNCIAS

Durante o acompanhamento psicossocial às famílias dos jovens mortos durante a ação da Polícia Militar na comunidade da Gamboa, o Núcleo Amparo detectou carências estruturais que afetam toda a comunidade: pessoas sem documentos, crianças sem certidão de nascimento e fora da escola, insegurança alimentar. Foram expedidas notificações para que entes públicos, como a Secretaria Municipal da Reparação, a Secretaria Municipal de Combate à Pobreza e a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, prestassem assistência às famílias dos jovens, bem como atuassem nas graves violações de direitos básicos que ocorrem na comunidade.

## Plano de proteção contra vazamento de dados pessoais



Plano prevê todos os passos para prevenir e combater os efeitos de possíveis vazamentos de dados

A Defensoria da Bahia implementou regras para proteção dos dados pessoais dos(as) usuários(as) dos serviços da instituição, elaborando o Plano de Resposta a Incidentes e Gestão de Risco, que cria protocolos de reação em casos de vazamentos nos bancos de dados da instituição. O plano descreve de forma objetiva como agir se houver um incidente de segurança e se aplica a toda a base de dados da

DPE-BA e operadores contratados, como sistemas, equipamentos, instalações e informações. Conforme destacou o defensor público Gil Braga, encarregado de dados da instituição, foi mais um passo dado para manter seguro quem lida com a Defensoria e para adequar-se à Lei Geral de Proteção de Dados.

## SEGURANÇA NUNCA É DEMAIS

Segundo levantamento da Surfshark, empresa de tecnologia especializada em privacidade e segurança online, em 2021, o Brasil assumiu o 6º lugar no ranking de países com mais vazamentos de dados no mundo.

## Mais proteção ao consumidor: Defensoria implantou o Núcleo de Defesa do Consumidor



Com a população cada vez mais consciente de seus direitos, tem crescido a procura pela Defensoria para tratar da defesa de consumidores contra juros e contratos abusivos, demandas contra bancos, planos de saúde e grandes empresas. Por isso, a DPE-BA estruturou o Núcleo de Defesa do Consumidor, para fortalecer e ampliar a sua atuação na tutela destes direitos, de maneira mais uniforme e articulada.

O núcleo funciona de forma estratégica em todo o território baiano, para demandas individuais ou coletivas, e dá suporte aos defensores e defensoras que atuam com a matéria. Entre as funções do núcleo estão o atendimento inicial de defesa do consumidor, por meio de atuação extrajudicial e judicial; a elaboração de ações civis públicas nesta área; a composição e proposição de políticas públicas que promovam a proteção e a defesa do consumidor e a realização de atividades de educação em direitos junto aos consumidores.

## Assessoria de Captação de Recursos

A Assessoria de Captação de Recursos iniciou suas atividades em março de 2021 e está vinculada à Diretoria de Planejamento e Orçamento, com o objetivo de identificar editais públicos e privados, nacionais e internacionais que possibilitem o financiamento de projetos da instituição que dispõem de orçamento limitado.

Dentre as ações realizadas pela assessoria, estão a geração de um portfólio com todos os projetos realizados pela DPE-BA, com análise de metas, objetivos, indicadores e resultados obtidos; e a viabilização de recursos para fortalecer a institucionalização de projetos, para que possam ser reproduzidos em todas as comarcas onde a Defensoria está presente. **A DPE-BA conta com 43 projetos e 5 ações cidadãs em desenvolvimento contínuo no estado e tem mais outras 29 propostas em análise.**

Em 2022, a assessoria inscreveu dois projetos da DPE-BA em editais e premiações, que obtiveram êxito e renderam recursos de aproximadamente R\$ 2 milhões. Os projetos foram:

- O Prêmio Global Princesa Sabeeka para o Empoderamento das Mulheres, organizado pelo Conselho Supremo para as Mulheres

do Reino do Bahrein, em parceria com a ONU Mulheres, o qual a DPE-BA venceu na categoria Setor Público e recebeu premiação de US\$ 100 mil.

- O projeto Liberdade na Estrada, da Coordenação Criminal e de Execução Penal, foi inscrito em edital do Ministério da Justiça/Depen, tendo como objetivo fortalecer o atendimento jurídico e psicossocial das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares por meio de mutirões com a Unidade Móvel de Atendimento. Contemplado pelo edital, o projeto se tornou objeto do Convênio Depen-MJSP – Plataforma +Brasil, que foi formalizado entre a DPE-BA e o Ministério da Justiça, em dezembro, envolvendo R\$ 1.444.975,44 de recursos da União, e com contrapartida de R\$ 160.552,83 da DPE-BA. Os recursos são destinados à aquisição de uma Unidade Móvel para mutirões em unidades prisionais e contratação de sete estagiários residentes.

Com a atuação do novo grupo especializado em júri, até o fim de fevereiro de 2023, foram realizados 37 júris, totalizando uma economia de R\$ 1.258.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta e oito mil reais) aos cofres públicos estaduais.

### ALGUNS DOS PROJETOS E AÇÕES CIDADÃS:

**AÇÃO REFLEXIVA  
PARA HOMENS**

ACOLHER

ACOLHIMENTO JURÍDICO  
ÀS CRIANÇAS COM  
MICROCEFALIA

**Advocacy  
Pop Rua**

**AMPARO**

*Articulando Redes*

*Casamento  
Coletivo*

*Casamento Coletivo  
em unidades prisionais*

CENTRO DE ANÁLISE DE  
EXECUÇÃO PENAL

**CIDADANIA  
AMPLIADA**

**Cidadão  
Aprendiz**

**cinedebate**

**CMC Virtual**  
Centro de Mediação e Conciliação

**ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVO**  
CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

**Cuidando de  
quem cuida**

**DEFENSORIA EM  
GRANDES EVENTOS**





Conselho do FAJ aprovou a regulamentação da arrecadação de honorários em 2018. Atualmente, a Defensoria goza de um saldo positivo de quase 7 milhões de reais para investir no aperfeiçoamento das equipes de trabalho

## Central de Honorários

Desde que a Central de Cobrança e Execução de Honorários foi criada, em 2020, a Defensoria vem tendo, literalmente, saldo positivo com a iniciativa. Através da atuação dela – que envolve a cobrança, acompanhamento e fiscalização da execução de honorários sucumbenciais – foram estimados, até dezembro de 2022, **R\$ 6.950.034,34 de verbas sucumbenciais decorrentes da atuação da DPE-BA em mais de 12 mil processos analisados.**

Os valores arrecadados são destinados ao FAJ (Fundo de Assistência Judiciária), gerido pela instituição, e investidos na capacitação e aperfeiçoamento profissional dos(as) defensores(as) e também dos(as) servidores(as). De acordo com a defensora pública Andreza Priscila Pereira, à frente da Central desde o seu início, é um desafio identificar esta receita diante da imensa quantidade de intimações recebidas. Para ela, é importante o apoio dos(as) defensores(as), que lidam com os processos no dia a dia para auxiliar na identificação e evitar a formação de novos passivos.

### PARCERIAS

## Parceria entre Defensoria e professores fortaleceu ações da campanha Infância Sem Racismo

Ação conjunta entre a Defensoria e instituições de ensino reforçou as ações da campanha Infância Sem Racismo para construção de uma cultura antirracista nos ambientes educacionais. A união de esforços nasceu a partir da procura do Sindicato dos Professores (Sinpro-BA), que entendeu ser importante a parceria para tratar do preconceito dentro do ambiente em que crianças e jovens estão inseridos diariamente, conforme pontuou o presidente do Sinpro-BA, Allyson Mustafa. O propósito da parceria é construir ações e estratégias conjuntas para tratar situações de racismo e fomentar práticas para a sua prevenção.

A campanha Infância Sem Racismo foi lançada em março de 2022, com veiculação na TV, rádio, outdoor, busdoor e cards educativos nas redes sociais, e com o slogan: “Se ninguém nasce racista, me ensina a fazer um futuro diferente?”. Dentre as ações da campanha está o Selo Escola Antirracista, oferecido para escolas reconhecidas pelas suas práticas de combate ao racismo e fortalecimento da autoestima de crianças negras e indígenas.

### EM COOPERAÇÃO INÉDITA COM O TRE-BA, REGULARIZAÇÃO E ALISTAMENTO ELEITORAL PODEM SER FEITOS ATRAVÉS DA DEFENSORIA



Defensor-geral assina o convênio com o presidente do TRE-BA, Roberto Maynard Frank

Um termo de cooperação inédito firmado entre a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) e o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) facilitou o exercício da cidadania pelos baianos, tornando possível fazer o alistamento eleitoral e regularizar o título de eleitor na Casa de Acesso à Justiça I (CAJ I), instalação da DPE-BA, em Salvador, e durante as itinerâncias da Unidade Móvel de Atendimento (UMA) pelo interior do estado.





## DEFENSORIA PARTICIPA DE REUNIÃO INTERINSTITUCIONAL PARA DISCUTIR LDO 2023

Em mais um encontro na Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan-BA), foram recebidos pelo secretário do Planejamento, Cláudio Peixoto, a DPE-BA, representada pelo defensor-geral, Rafson Ximenes; a Assembleia Legislativa da Bahia, representada pelo deputado estadual Adolfo Menezes; o Tribunal de Justiça da Bahia, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, o Tribunal de Contas dos Municípios, representados, respectivamente, pelo desembargador Nilson Castelo Branco e pelos presidentes Marcus Presídio e Plínio Carneiro Filho; além da procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti. As autoridades foram convidadas para participar da reunião interinstitucional que discutiu a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023.

## REUNIÃO COM A SEPLAN-BA

A Defensoria se reuniu com a Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan-BA) para apresentar proposta de suplementação orçamentária. No encontro foram apresentadas as despesas, investimentos e folha de pessoal previstos para 2022. O vice-governador da Bahia, João Leão, parabenizou a instituição e se colocou à disposição para atuar em favor de melhorias na sua estruturação. “A Defensoria é uma instituição essencial à Justiça. Se tem uma coisa boa, que funciona e que a gente tem na Bahia, chama-se Defensoria”, disse.



## REUNIÕES COM A CASA CIVIL E COM A SEFAZ-BA

A Defensoria realizou reuniões com a Casa Civil e com a Sefaz-BA, para tratar de assuntos sobre o fortalecimento da instituição e assuntos de interesse comum. As pautas incluíram a valorização da carreira defensorial, orçamento, plano de expansão da Defensoria no estado, fomento aos projetos e iniciativas da DPE-BA.

Foi também apresentado o estudo “II Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil”, que descreve a situação nacional das Defensorias com dados de todos os estados e do Distrito Federal e discutidos problemas específicos da instituição baiana que, apesar dos avanços registrados nos últimos anos, ainda sofre com déficit de serviços defensoriais e limitação de recursos financeiros.

## VISITA INSTITUCIONAL

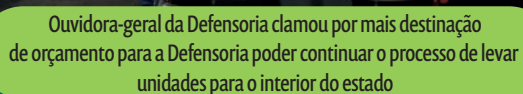
A DPE-BA recebeu visita institucional do deputado Alex Santana e assessores. Durante o encontro com o defensor-geral, Rafson Ximenes e o assessor de Relações Institucionais da Defensoria, Álvaro Gomes, o principal assunto foi a Reforma Administrativa. O defensor-geral expôs as suas preocupações com o enfraquecimento da Defensoria em caso de aprovação do texto da Reforma e os impactos para o atendimento prestado à população vulnerável. Sensibilizado, o deputado se comprometeu a fazer o que fosse possível pela Defensoria e reconheceu o trabalho realizado. “Das instituições que compõem o Sistema de Justiça, a Defensoria é a que precisamos ter um olhar mais atento, pois, pela sua natureza, é a que mais faz justiça social”, declarou.





SESSÃO ESPECIAL DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
REFORÇA A NECESSIDADE DE  
AMPLIAÇÃO DE ORÇAMENTO  
DA DEFENSORIA

Já o presidente da Adep-BA, defensor público Igor Raphael, destacou que há ao menos três projetos de lei de interesse da DPE-BA em tramitação na Alba. São eles: o PLC nº 142/2021, que atualiza a Lei Orgânica da Defensoria (LC nº 26/2006); o PL nº 23.727/2020, que institui o Programa de Assistência à Saúde Suplementar para defensores e servidores; e o PL nº 20.903/2014, que institui o Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico Administrativo, formado por servidores públicos estatutários.



## DOCUMENTO 13 MEDIDAS

Em 2020, a Bahia bateu um triste recorde: foi o estado do Nordeste onde mais houve mortes por ações policiais. Cumprindo sua missão institucional diante deste cenário, uma comitiva da Defensoria Pública do Estado da Bahia entregou em mãos ao secretário de Segurança Pública da Bahia, na ocasião, Ricardo Mandarinho, o documento 13 Medidas para a Redução das Intervenções Policiais com Resultado Morte no Estado da Bahia.

Dentre as medidas sugeridas estão:

- Adoção da utilização de câmeras no fardamento de policiais militares;

- Política de controle de armamento;
- Alteração da lei estadual que estabelece as regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial (PDP), para incluir a redução do número de autos de resistência e intervenções policiais com resultado morte, como um indicador de desempenho;
- Cursos de formação continuada para integrantes da Polícia Militar, com a participação de instituições do Sistema de Justiça, universidades, representações da sociedade civil e integrantes de movimentos sociais que representam grupos vulnerabilizados.

## ORÇAMENTO

### Orçamento biênio 2021-2023

Durante o biênio 2021-2023, a Defensoria Pública do Estado da Bahia contou com R\$ 615 milhões para despesas e investimentos, em sua maior parte recursos do Tesouro. Um aumento de cerca de 20% em relação ao biênio anterior.

A equipe da Diretoria de Planejamento e Orçamento apresentou ao Conselho Superior da Defensoria demonstrativos de despesas, investimentos e folha de pessoal em busca de alternativas para aumentar os recursos. Os conselheiros debateram meios para expandir o orçamento, visto que a receita líquida do estado voltou a crescer no período e se comprometeram a empenhar esforços para obter ainda mais recursos junto ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa da Bahia para seguir ampliando a dotação orçamentária.

| ORÇAMENTO FINAL                        |                 |                 |                 |
|----------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| ANO 2019                               | ANO 2020        | ANO 2021        | ANO 2022        |
| R\$ 262.710.077                        | R\$ 251.046.860 | R\$ 290.507.000 | R\$ 324.659.000 |
| TOTAL BIÊNIO                           |                 | TOTAL BIÊNIO    |                 |
| R\$ 513.756.937                        |                 | R\$ 615.166.000 |                 |
| INCREMENTO PERCENTUAL ENTRE OS BIÊNIOS |                 |                 | 19,74%          |

## VI Conferência do Orçamento Participativo

Em 2022, aconteceu a sexta edição da Conferência do Orçamento Participativo, projeto pioneiro e exclusivo no âmbito dos órgãos do

Sistema de Justiça do estado, que reúne integrantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil com a Defensoria Pública da Bahia para discutir as **prioridades para alocação do orçamento da instituição**.



Conferências pensadas nos moldes da democracia participativa voltaram a acontecer após dois anos de suspensão em virtude da pandemia de covid-19

A participação popular foi amplificada através da coleta de dados por meio de formulário eletrônico, disponível no site da DPE-BA e também entregue de forma impressa durante o atendimento dos



assistidos e assistidas da Defensoria nas unidades da capital e do interior do estado. Para o orçamento de 2023, foram apontadas pela sociedade civil as seguintes prioridades: ações dirigidas à população em situação de rua, atuações voltadas para garantia de direitos sociais em bairros periféricos e iniciativas de enfrentamento à violência estrutural contra a juventude negra.

O Orçamento Participativo é uma ferramenta para orientar a administração da Defensoria. Desde o princípio do projeto, em 2015, as conferências sinalizaram a necessidade de levar a instituição para o interior da Bahia, que hoje é um dos aspectos fundamentais do plano de expansão. Após as conferências, a Diretoria de Planejamento e Orçamento da DPE-BA inicia a tabulação dos dados e elabora a proposta orçamentária do ano, com base nos pleitos populares.

## RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

### Coleta seletiva solidária é instituída em todas as unidades da DPE-BA



A ação coordenada pelo Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam) adequou o descarte de materiais recicláveis feito pela DPE-BA à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em todas as unidades da instituição na capital e no interior. As etapas de implementação da iniciativa Coleta Seletiva Solidária incluíram a operacionalização e monitoramento da destinação adequada dos resíduos recicláveis

descartados, definição das modalidades de segregação de resíduos, seleção de associações ou cooperativas responsáveis pela coleta dos resíduos recicláveis, além da realização de cursos de capacitação para a equipe interna da Defensoria. A iniciativa traz, dentre os pontos positivos, o aumento da qualidade do material pré-selecionado para a coleta, a promoção da cidadania e a geração de trabalho e renda, contribuindo diretamente para a melhoria socioeconômica de catadoras e catadores.

### Visita da UMA a Campo Formoso promove diálogo com a gestão municipal sobre apoio a catadoras e catadores



O coordenador do Núcleo de Integração, Gil Braga, e o secretário de Meio Ambiente de Campo Formoso, Juscélio Curaçá, dialogaram sobre gestão de resíduos sólidos e trabalho de catadores e catadoras

Na Terra das Esmeraldas, como é conhecida a cidade de Campo Formoso, a Unidade Móvel de Atendimento (UMA) da DPE-BA viabilizou o início de uma parceria entre a gestão municipal e a Defensoria, por meio do Núcleo de Integração e do Núcleo de Gestão Ambiental, para dar apoio à criação de uma associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis.

O coordenador do Núcleo de Integração, Gil Braga, recebeu o secretário de Meio Ambiente de Campo Formoso, Juscélio Curaçá, que autorizou a DPE-BA a iniciar a organização do estatuto da cooperativa e das questões jurídicas ligadas à criação da mesma. O secretário afirmou que há cerca de 60 catadores e catadoras cadastrados junto ao município, informou que a gestão municipal iniciou os processos para implantar coleta seletiva nas escolas municipais e que a parceria com a Defensoria estava chegando para dinamizar a concretização da implantação.





Prensa construída com o apoio da Defensoria facilita o trabalho da categoria de catadores(as)

## Experiência exitosa em Oliveira dos Brejinhos vai subsidiar protocolos do Nugam

Em novembro de 2022, o Nugam encerrou um projeto-piloto com catadores(as) da Associação de Catadores do município de Oliveira dos Brejinhos, a 612 km da capital baiana. Os processos da associação vinham sendo acompanhados pela Defensoria desde fevereiro, que promoveu oficinas para a capacitação com a categoria profissional. A experiência deu tão certo, que a intenção do Nugam é construir um protocolo de atuação com base no modelo vigente na cidade, que conseguiu implementar a coleta seletiva com inclusão socioproductiva e prioritária de catadores(as).

Em Oliveira dos Brejinhos, com a assistência jurídica prestada pela Defensoria, foi criada a Associação de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis, implementada a coleta seletiva dos grandes geradores de resíduos e coleta seletiva na zona urbana e rural do município, além da construção da prensa manual que potencializou os ganhos dos(as) trabalhadores(as).

## Acordo de cooperação entre a DPE-BA e empresas de Vitória da Conquista garante descarte adequado de resíduos

A Defensoria firmou termo de cooperação com a empresa de alimentos Tia Sônia e com o supermercado Atacadão, ambos em Vitória da Conquista, para que seja feita a doação dos materiais recicláveis descartados, que serão encaminhados para as associações locais de catadores. Por meio do acordo celebrado pelo Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam), os catadores e catadoras de Vitória

da Conquista passaram a ter um ambiente seguro e salubre onde podem realizar a triagem dos materiais descartados pelos grandes geradores de resíduos do município.



A cooperação vai garantir a inclusão socioeconômica da categoria e a adequação das empresas à lei municipal de gestão de resíduos e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Desde que foi instituído o Sistema Municipal de Coleta, Remoção e Destinação Final de Resíduos Sólidos Ordinários e Extraordinários em Vitória da Conquista, a Defensoria passou a ser mais requisitada pelas grandes empresas para promover a adequação da sua geração de resíduos à legislação municipal. Ainda graças ao acordo, os impactos ambientais causados pelo incêndio ocorrido no Atacadão em maio de 2022 foram minimizados, pois as organizações de catadores(as) locais coletaram mais de mil toneladas de materiais provenientes do incêndio, seguindo todos os requisitos de segurança estrutural e ambiental.

### AS MÃOS QUE RECICLAM SÃO PRETAS E POBRES

Pesquisa realizada pela Defensoria da Bahia, por meio do Núcleo de Gestão Ambiental, coletou informações sobre 347 catadores(as) cadastrados(as) na Associação de Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis de Vitória da Conquista. O estudo revelou que 57% do total têm renda mensal familiar de R\$ 500; que 83% são negros e pardos; 47,6% são mulheres; 39% têm mais de 50 anos; 29,4% são analfabetos e 40% têm algum problema de saúde ou deficiência.

Em Salvador, os números são ainda mais preocupantes. Em conjunto com o Fórum de Catadoras e Catadores de Rua e em Situação de Rua, foram apurados dados referentes a 174 catadores(as) cadastrados(as), que indicam que cerca de 75% deles não arrecadavam mais que R\$ 100 por mês com a reciclagem; 97,1% são negros; 29,3% têm alguma deficiência ou problema de saúde; e 25,3% são analfabetos. As pesquisas fazem parte do Programa Mãos que Reciclam.

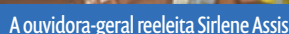




7

**DIÁLOGO COM A SOCIEDADE**





conflitos fundiários em quilombos do Tabuleiro da Vitória e Guaíba, no município de Cachoeira.

A ouvidora-geral Sirlene Assis ressaltou como um dos grandes feitos a aproximação que proporcionou que a Defensoria chegasse a comunidades quilombolas no interior do estado, onde a instituição ainda não havia se instalado. Um exemplo foi a visita ocorrida no povoado de Garapuá, na Ilha de Tinharé, município de Cairu, onde foi realizada a escuta da comunidade quilombola local, a fim de frear um processo de violação de direitos, após denúncias de moradores que estavam sendo hostilizados na região – local turístico na Bahia que vem sendo cobiçado para a construção de empreendimentos imobiliários.

Sobre a questão do direito à moradia, a Ouvidoria também promoveu o seminário “Direito à Cidade a partir de uma Política Antirracista”, inserido nas programações do Fórum Social Mundial.

## Um biênio de debates sobre políticas de inclusão para minorias defendidas pela DPE-BA

Seguindo projeto idealizado pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP), a Ouvidoria da DPE-BA realizou cinco seminários no biênio. Além disso, sediou o **Seminário 20 anos de Durban: Lutas e Desafios por um Sistema de Justiça com Igualdade Racial**, que celebrou a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, promovida pela ONU.

A Ouvidoria promoveu eventos presenciais e online para debater políticas públicas de inclusão social e de prevenção e combate à violência contra a população LGBT+. Também realizou roda de conversa sobre o enfrentamento da obesidade, que discutiu o atendimento de pessoas obesas na rede de saúde pública.

### ATIVIDADES QUE BENEFICIARAM O COLETIVO

No biênio 2021-2023, as atividades individuais e coletivas da Ouvidoria Cidadã da Defensoria beneficiaram cerca de 55 mil cidadãos baianos. No total, foram realizadas 16 audiências públicas; sete seminários; 30 rodas de conversa e oficinas; além de diversas visitas técnicas realizadas em comunidades quilombolas, indígenas e de fundo de fecho e pasto nas cidades de Cachoeira, Santa Maria da Vitória, Santo Antônio de Jesus, Correntina, São Desidério, Lauro de Freitas, Santo Amaro, entre outras.

## Selo Esperança Garcia



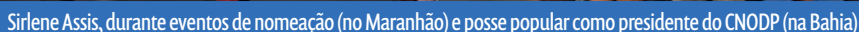
Primeira edição do selo Esperança Garcia, em Salvador. Foram premiados com o selo ouro as Defensorias da Bahia, São Paulo, Rondônia, Maranhão, Ceará, Paraná, Piauí e Rio de Janeiro

Um dos destaques da gestão da Ouvidoria Cidadã foi a articulação para criação do prêmio “Selo Esperança Garcia – Por uma Defensoria Antirracista”, criado pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP).

A primeira edição do selo (2021) premiou 14 Defensorias Públicas que possuem ouvidorias externas (comandadas por membros da sociedade civil) e que implantaram políticas raciais, e foi realizada pela Ouvidoria da DPE-BA no Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador.

Já na segunda edição (2022), em que Sirlene já havia assumido a presidência do CNODP, a entrega do selo aconteceu no Congresso de Defensores Públicos, em Goiânia. A DPE-BA levou o selo ouro (maior premiação) em ambas as edições.





## Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã da DPE-BA tomou posse para o biênio 2022-2024

Os membros do GO não podem ocupar cargos públicos, devem ter voz nos movimentos populares nas cidades que representam e exercem as atividades de modo voluntário, sem remuneração

Os membros eleitos do Grupo Operativo (GO) da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) tomaram posse para o exercício do biênio 2022-2024, em sessão solene realizada na Escola Superior da instituição, em março de 2022. Foram empossados,



pelo defensor público geral e pela ouvidora-geral, 34 representantes da sociedade civil, entre titulares e suplentes, que atuarão como um conselho consultivo na capital e no interior em apoio à Ouvidoria.

Entre as atribuições do GO estão o auxílio na elaboração de prioridades, estratégias, diretrizes e metas da Ouvidoria; a formulação de críticas e sugestões para o aprimoramento dos serviços prestados pela instituição; e a fiscalização das ações desempenhadas pelo ouvidor no exercício de sua atribuição. **A Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia é a única no país que conta com um GO nos moldes da democracia participativa**, sendo composto por representantes de organizações da sociedade civil, conforme a Resolução nº 01/2017 da Ouvidoria Cidadã.

## Debates e discussões marcaram os 10 anos da Lei de Cotas

O ano de 2022 foi decisivo para a Lei nº 12.711/12, a chamada Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes negros(as), indígenas, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência. A lei precisava passar por revisão ao completar 10 anos, então, para auxiliar os órgãos públicos com uma avaliação sobre a temática, o CNDP organizou o seminário “10 anos da Política de Cotas e as Mudanças e Desafios nas Defensorias Públicas”.

O evento foi organizado pelo CNDP, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, e com a Ouvidoria-Geral e Escola da Defensoria Pública de São Paulo (EDEPE). Na ocasião, a presidente do Conselho, Sirlene Assis, assinalou a importância de renovar e discutir a política de cotas no Sistema de Justiça do Brasil. Na Defensoria da Bahia, em feito pioneiro, foi alterada a Lei Orgânica para assegurar as cotas nos concursos da instituição.

## Defensoria realizou Feira de Arte, Cultura, Justiça e Cidadania em Lauro de Freitas



Lauro de Freitas foi o cenário da 2ª Feira de Arte, Cultura, Justiça e Cidadania, que aconteceu em setembro de 2022, na Escola Municipal Dois de Julho. A programação contou com apresentações de capoeira, orquestra filarmônica e coral. Ao longo das atividades, foram oferecidos para a população, gratuitamente, serviços jurídicos, de saúde e empregabilidade, além de palestras, encontro de lideranças, contação de histórias, show de talentos, oficinas, entre outros.

A Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria Pública da Bahia ofereceu atendimento jurídico e, em parceria com o Sinebahia, da Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, serviços como: emissão de carta de emprego e Carteiras Nacionais de Artesãos(ões). O evento teve o apoio do Governo do Estado e foi promovido pela Defensoria da Bahia e sua Ouvidoria Cidadã, em parceria com as associações de defensores(as) Adep-BA e Anadep; o Terreiro Ilê Asé Iyá Omifáláyò; a Associação Beneficente Cultural e Religiosa Ilê Axé Oyá; a Prefeitura de Lauro de Freitas e a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb).

### CARTILHAS

## Cartilha Mãos que Reciclam



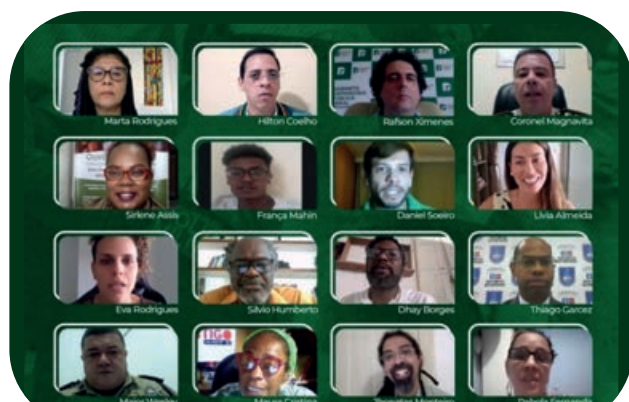
Para comemorar o Dia Mundial dos(as) Catadores(as), a DPE-BA lançou as cartilhas “Conhecendo as catadoras e catadores de material reciclável” e “Mãos que reciclam, contribuir para transformar”, através do Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam) e da Ouvidoria. A ideia foi dialogar com a sociedade a fim de sensibilizá-la sobre a importância do trabalho dos(as) catadores(as), além de engajar a população para contribuir mais com a coleta seletiva.

A cartilha “Mãos que reciclam, contribuir para transformar” faz parte do projeto Mãos que Reciclam, que foi vencedor do Prêmio Inovare, maior premiação do Judiciário brasileiro. As cartilhas compartilham informações sobre as condições de vida de catadoras e catadores, além de trazer questões do dia a dia para incentivar as escolhas sustentáveis e a reciclagem.

As publicações trouxeram reflexões e perguntas como: Qual a diferença entre resíduos sólidos e rejeitos e como devem ser descartados? Quanto tempo dura na natureza a decomposição de uma sacola plástica de supermercado? Quantas pessoas trabalham como catadoras de materiais recicláveis no Brasil? O que você pode fazer para contribuir com o processo de coleta seletiva na sua cidade?

**A catação é responsável por aproximadamente 90% dos resíduos que retornam à indústria.** Em sua maior parte, essa coleta é realizada por trabalhadores sem qualquer formalização, que atuam como agentes ambientais, prestando uma espécie de serviço público que tem impactos sociais, econômicos e ambientais. De acordo com a defensora e coordenadora do Nugam, Kaliany Gonzaga, as cartilhas buscaram compartilhar o que o núcleo aprendeu com os(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

## Audiência sobre nova cartilha de abordagem policial



Audiência virtual contou com ampla participação da sociedade civil e representantes dos Poderes do Estado e das corporações policiais

A DPE-BA lançou, em audiência pública, a nova edição da cartilha “O que você precisa saber sobre abordagem policial”, cuja tônica foram depoimentos sobre a humanização do trabalho de segurança pública. Promovida pela Câmara Municipal de Salvador, em parceria com a Assembleia Legislativa (Alba), a audiência virtual contou com grande participação de parlamentares, sociedade civil, movimentos sociais e órgãos vinculados à segurança pública.

Coordenada pela Especializada de Direitos Humanos e construída por muitas mãos, a cartilha contou com a colaboração de diversas instâncias da Defensoria e Ouvidoria da DPE-BA, e das polícias Civil e Militar, com o objetivo de oferecer mais clareza das informações sobre quais procedimentos são permitidos e quais são considerados abusivos. De modo acessível e simples, a nova edição da cartilha, revisada e ampliada, difunde os direitos e deveres da população durante as abordagens, mostrando variadas formas de atuação da polícia diante do cidadão.

## Cartilha em braile sobre os direitos das pessoas com deficiência é indicada a prêmio nacional



Para celebrar mais um compromisso com a inclusão e acessibilidade, a DPE-BA lançou a versão em braile da cartilha “Direitos das pessoas com deficiência”, em 21 de setembro de 2021, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Em linguagem simples, a cartilha resumiu temas como saúde, mobilidade, educação, trabalho, previdência, lazer, entre outros direitos desse público, e foi distribuída para institutos de formação de leitores em braile e bibliotecas na capital e no interior do estado.

Por essa iniciativa, a cartilha ganhou o 2º lugar na categoria Publicação Impressa Especial, do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2022. Apesar de já contar com edição com audiodescrição e tradução em Libras, o lançamento da versão em braile contemplou de maneira integral pessoas com limitação visual. De autoria da DPE-BA, sob a coordenação da defensora pública Cláudia Ferraz, a publicação contou com o apoio e aprovação da Rede Intersetorial de Apoio à Pessoa com Deficiência e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além da coordenação editorial e produção da Assessoria de Comunicação da Defensoria.

## Cartilha sobre os direitos das pessoas LGBT+





Com a cartilha “Direitos LGBTQ+: nenhum direito a menos”, a DPE-BA cumpriu sua missão institucional de promover educação em direitos, ao mesmo tempo em que forneceu ao público um documento que explicita as **14 garantias legais conquistadas nos últimos 17 anos**. Direitos como o uso do nome social, adequação de nome e gênero nos registros públicos, casamento, direitos previdenciários, adoção, entre outros.

Coordenadora da Especializada de Direitos Humanos, Eva Rodrigues explicou que a cartilha atualiza um documento que existe desde quando a Defensoria começou a atuar na garantia dos direitos da população LGBTQ+. Ao longo dos últimos anos, com o surgimento de novos direitos por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, fizeram-se necessárias a revisão e ampliação da publicação.

## Dicionário antirracista ganha 2º lugar em prêmio nacional



O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, marcou o lançamento do Dicionário de Expressões (Anti)racistas, produzido e publicado pela Defensoria da Bahia em 2021. Disponibilizado no site e em suas redes sociais, o dicionário reuniu diversas expressões comumente ditas pela população e que deveriam ser abolidas do vocabulário, tais como: “inveja branca”, “criado-mudo”, “boçal” ou “pé na senzala”.

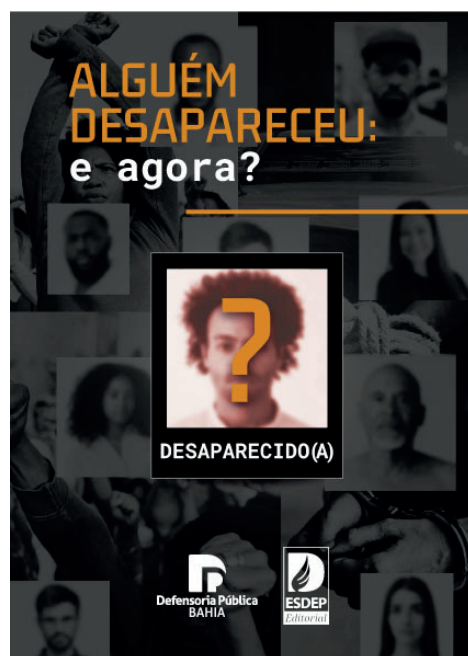
A publicação baseou-se na série Expressões Racistas do Cotidiano, que havia sido publicada pela DPE-BA exclusivamente nas redes sociais. O dicionário foi indicado na categoria Mídia Digital, do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2022, e ganhou o 2º lugar. Para a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos, defensora Eva Rodrigues, que participou da organização do material, essas expressões são frutos de uma construção racista, ancorada no passado escravista brasileiro. O dicionário contou também com a pesquisa de Jade Andrade e Davini Ramos, estagiárias de gênero da Defensoria.

## Cartilha sobre proteção de dados cumpre alinhamento à LGPD

Em maio de 2022, a DPE-BA lançou a cartilha “Proteção dos dados pela LGPD”, com o objetivo de proteger informações pessoais armazenadas em seus sistemas, conforme determina a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Através de uma linguagem fácil e acessível, que explica os conceitos e termos trazidos por esta legislação, a cartilha trouxe em suas 28 páginas detalhes sobre a LGPD e como a DPE-BA assegura que todos os dados, sejam eles pessoais ou sensíveis (como raça, religião, política, saúde, genética e vida sexual), **sejam protegidos contra vazamentos**.

Para os encarregados de proteção de dados da DPE-BA, defensores Gil Braga e Pedro Casali, ao instituir a política de proteção de dados, a DPE-BA assumiu um compromisso com quem usa seus serviços e também com quem trabalha na instituição. Segundo eles, foi realizada uma extensa pesquisa para analisar como a legislação poderia ser aplicada às atividades funcionais e administrativas da instituição.

## Cartilha sobre pessoas desaparecidas presta informações úteis à sociedade



A Defensoria da Bahia, por meio da Especializada de Direitos Humanos e da Ouvidoria Cidadã, editou a cartilha “Alguém desapareceu: e agora?”, com orientações e informações úteis aos familiares que tiveram um ente ou amigo querido desaparecido. O material traz conceitos sobre desaparecimento, pessoas desaparecidas, dados estatísticos, legislações que versam



sobre o tema e prazo correto para registrar desaparecimentos e quais os procedimentos corretos a serem adotados. Também relata quais órgãos públicos devem ser procurados, quais as responsabilidades de cada um (delegacias, Ministério Público, Conselho Tutelar, no caso de crianças e adolescentes) e quais os canais para acioná-los. Em um estado com números alarmantes – é registrado um desaparecimento a cada seis horas na Bahia, segundo a Polícia Civil –, a Defensoria fez o papel de entregar uma cartilha informativa e educativa à sociedade.

## AÇÕES CIDADÃS

### Campanha orienta sobre adoção de crianças e adolescentes



O mês de maio, mês da Defensoria, também é marcado pelo lançamento da campanha Ação Cidadã Ame e Adote, que em 2021 levou o slogan “Família é amor. Ame e Adote”, e focou nas diversas possibilidades de composições familiares através da adoção. Com uma série de peças de comunicação que dialogam com a sociedade (vídeos, folders, cards, outdoors e busdoors), a DPE-BA levou informações, inclusive as de teor jurídico, de forma leve, enfatizando seis histórias reais e comoventes que destacaram o **caráter humanizado da adoção**.

### Infância Sem Racismo 2022 – evento sensibilizou instituições de ensino e premiou o comprometimento com a educação antirracista



Oito unidades de ensino e uma professora foram premiadas pelo selo em Salvador

Com o objetivo de promover uma educação para as relações raciais na sociedade, não apenas junto aos adultos, mas também às crianças e adolescentes, a Defensoria Pública do Estado da Bahia lançou a Ação Cidadã Infância Sem Racismo. A 1ª edição, realizada em 2021, foi desenvolvida em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef e a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e culminou, entre outros produtos, no lançamento do livro de minicontos “Nossa Querida Bia: enfrentamento ao racismo desde a infância”, uma menina que tem orgulho da sua cor e da sua negritude.

Já na segunda edição, em 2022, a Ação Cidadã Infância Sem Racismo convocou as escolas – corpo diretivo, docentes e estudantes – para transformar a educação. Entre as iniciativas, foi lançado o Selo Escola Antirracista, direcionado para educadores e instituições de ensino, dos anos iniciais de formação, que desenvolveram iniciativas voltadas para a institucionalização da educação antirracista.

Lançada inicialmente em Salvador, a iniciativa premiou oito escolas públicas e privadas, além de uma educadora, com atuação de referência no município. Primeira unidade da DPE-BA a lançar a iniciativa no interior da Bahia, Itaberaba premiou 19 escolas em toda a

comarca – foram oito premiadas em Itaberaba e 11 em Boa Vista do Tupim. Ao destacar a iniciativa da DPE-BA, o defensor-geral, Rafson Ximenes, salientou a importância de que as instituições premiadas continuem fortalecendo a educação antirracista e estimulem outras unidades de ensino a fazer o mesmo.



Itaberaba foi a primeira unidade da Defensoria no interior da Bahia a premiar escolas que se comprometeram com o antirracismo na infância. A defensora Camila Andrejanini (à dir.) entregou os certificados  
Foto: Osvaldo das Virgens – Secom Itaberaba

## “Paternidade socioafetiva” e “Ser presente é decisão” foram os lemas da campanha Sou Pai Responsável no biênio

Em 2021, a Defensoria da Bahia convocou pais ausentes na vida dos filhos a recuperarem o tempo perdido, ao veicular uma campanha provocativa para intensificar a Ação Cidadã Sou Pai Responsável, que é desenvolvida pela instituição desde 2007. “Ausência: é só isso que você pode ser para o seu filho?”. Esse foi um dos motes da campanha, que, acompanhado do slogan “Reconhecer é obrigação, ser presente é decisão”, chamou os pais para exercerem a paternidade de forma afetiva.

Os clubes Bahia e Vitória até deixaram novamente a rivalidade de lado para fortalecer ainda mais a campanha, como fizeram em anos anteriores. Jogadores entraram em campo com a faixa: “Não seja só o pagador de pensão: participe da vida do seu filho”, a fim de reforçar



a Ação Cidadã e mostrar que ser pai de verdade é também participar da vida do filho e levar ao estádio.

Em 2022, a Ação Cidadã Sou Pai Responsável completou 15 anos de existência, quando somou **ao menos 21 mil exames de DNA e atendimentos garantidos a pais, filhos e filhas** que hoje têm a paternidade e filiação legalmente reconhecidas, com papel passado e todos os direitos e obrigações decorrentes delas. A edição comemorativa não conscientizou apenas sobre o abandono paterno, mas também deu protagonismo a pais que suprem essa lacuna e incentivou a filiação socioafetiva – vínculo jurídico que se estabelece quando pessoas sem laços sanguíneos desejam construir uma família.





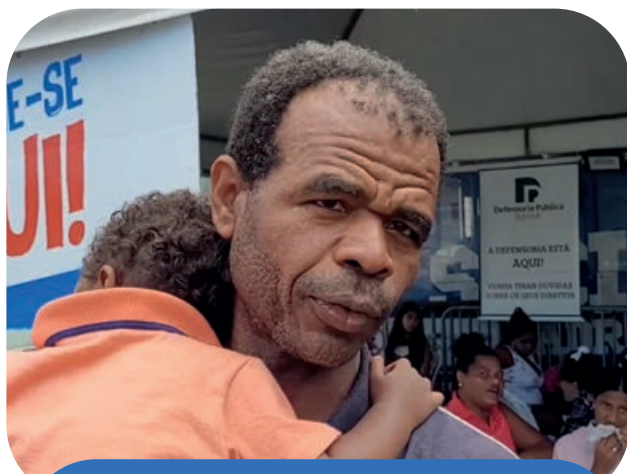
No lançamento da campanha 2022 em Salvador, cerca de 30 veículos diferentes noticiaram a ação. Antes e depois do Dia dos Pais, foram computadas ao menos 55 inserções em matérias e reportagens de TV, rádio e jornal impresso e digital

O lançamento foi feito com coletiva à imprensa na Casa de Acesso à Justiça I, em Salvador, o que deu visibilidade à ação na grande mídia baiana. Além disso, a Defensoria manteve um ponto de atendimento em frente à Arena Fonte Nova, em parceria com o Esporte Clube Bahia, durante toda a semana posterior ao Dia dos Pais. Ao todo, 104 pessoas foram atendidas no período.

**“Infância Sem Racismo”  
e “Sou Pai Responsável”  
conclamaram milhares de  
torcedores a uma sociedade  
antirracista e com pais presentes**

A campanha 2022 “Sou Pai Responsável” chamou a atenção durante o jogo Bahia x Vasco, pela Série B do Brasileirão, em que a Fonte Nova quebrou recorde, registrando 49 mil torcedores(as) no estádio para ver uma partida entre os clubes. Só houve mais público em jogos entre seleções na Copa do Mundo no Brasil. A faixa sobre paternidade afetiva enfatizou para os(as) presentes: “Pai é quem cria. Registre seu filho do coração”.

Nas escalafões do Bahia e do Vitória, nos últimos jogos pela Copa do Nordeste 2022, outra convidada especial entrou em campo também. A Ação Cidadã Infância Sem Racismo da DPE-BA levou a proposta “Vamos conversar, aprender e transformar”, através de uma faixa no início dos jogos, chamando a torcida para o diálogo.



Seu Gilmar dos Santos foi um dos pais que procuraram a Defensoria durante a Ação Sou Pai Responsável na Arena Fonte Nova, para fazer o exame de DNA e reconhecer o pequeno Marcos Vinícius, de dois anos, que ele cuida desde recém-nascido (mesmo que ele não fosse pai biológico)





A iniciativa é parte do programa Defensoria nas Torcidas, que angaria apoio de clubes de futebol para divulgação das campanhas, ações e mensagens institucionais da Defensoria Pública, em telões, faixas, redes sociais e em contrapartida atende torcedores e funcionários hipossuficientes nos estádios ou dependências dos clubes.

## RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

### Defensoria entra em fase final de contratação de Call Center para o Disque 129

Para melhorar os atendimentos, agendamentos e orientações realizados pela Central de Relacionamento com o Cidadão - CRC (Disque 129), a Defensoria Pública da Bahia deu início ao processo de contratação de uma empresa especializada para realizar o serviço de Call Center em 2022. Em dezembro do mesmo ano, o processo se encontrava em fase final, com início de atividades previsto para março de 2023, conforme a coordenação executiva das Especializadas da Defensoria. A expectativa é que a terceirizada responsável pelo serviço realize 20.000 atendimentos por mês e reduza o tempo de espera de 80% das chamadas para no máximo 30 segundos. Além de disponibilizar atendentes, a empresa deverá prestar serviços de teleatendimento eletrônico com respostas automáticas (URA) e envio de e-mail e SMS.

Durante a pandemia, quando os atendimentos começaram a ser exclusivamente remotos (exceto em urgências), houve grande aumento da procura pela Defensoria através do Disque 129, que começou também a abarcar as comarcas do interior. Em 2021, a CRC realizou 313.374 atendimentos, incluindo as chamadas pelo 129, as triagens através da Ferramenta de Agendamento Online e demandas agendadas pelas unidades no interior do estado. No ano anterior, foram registrados 159.046 atendimentos. O Chatbot registrou um **salto de 8.353 atendimentos, em 2020, quando foi criado, para 49.379, em 2021.** A Ferramenta de Agendamento Online contabilizou um aumento de 180% em um ano.

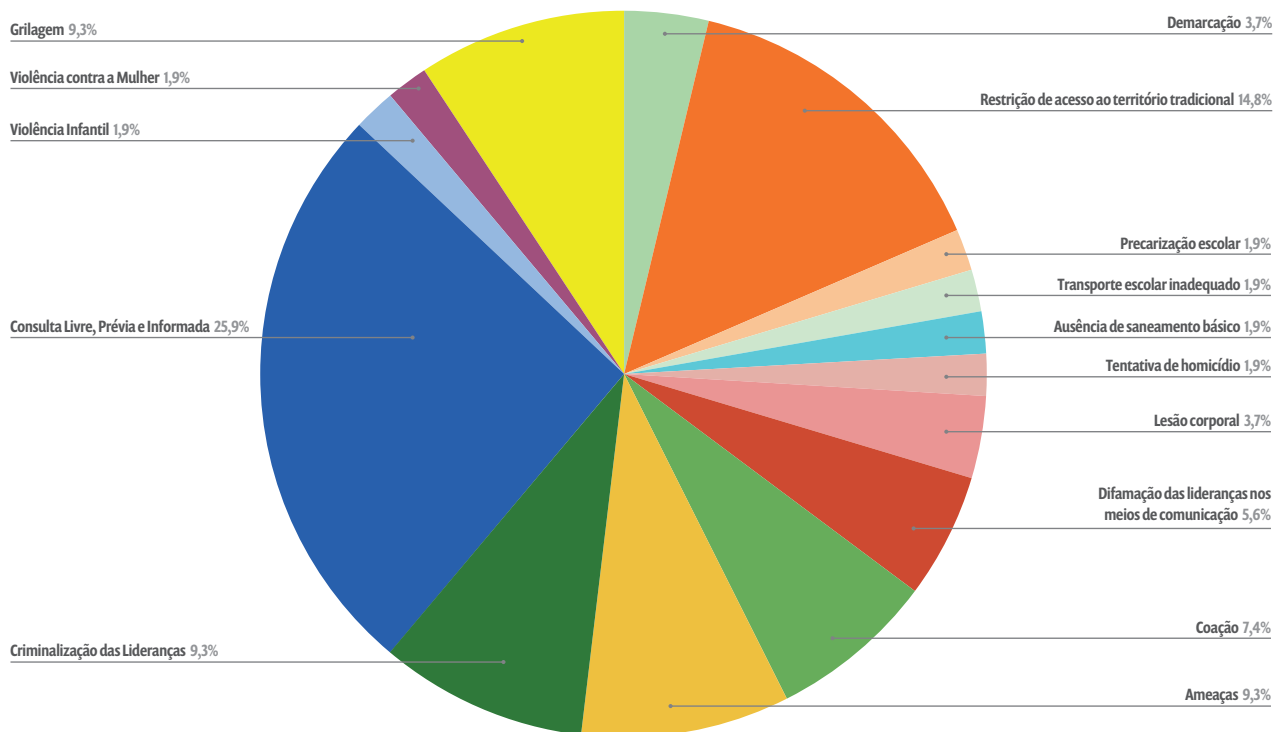
O defensor público geral, Rafson Ximenes, explicou que tanto o aumento da pobreza quanto o fortalecimento da imagem e da confiança da população na Defensoria da Bahia também contribuíram para aumentar a procura, o que acarreta certa dificuldade e demora de contato por telefone. Para ele, a contratação da terceirizada, assim como as demais iniciativas de inovação tomadas pela DPE-BA, buscam um atendimento mais eficiente e a diminuição do tempo de espera.

O Disque 129 da DPE-BA atendeu um fluxo de mais de meio milhão (517.556) de chamadas, solicitações de agendamentos online, por aplicativo e de atendimentos no biênio 2021-2023.

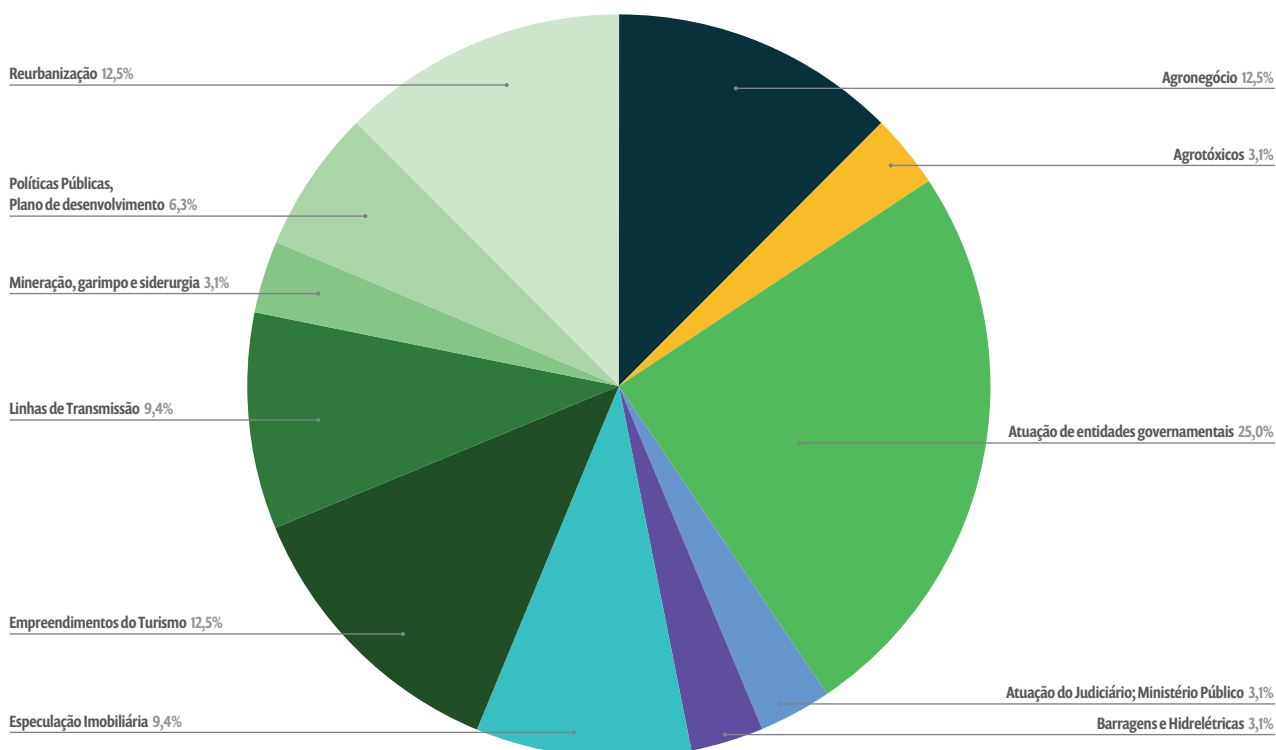
Veja algumas das comunidades tradicionais que a Ouvidoria da Defensoria visitou/escutou em 2022 e as maiores demandas relatadas pelos(as) nativos(as).

|                         | COMUNIDADES                                                                           | MUNICÍPIO            | TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------|
| INDÍGENAS               | Comunidade Indígena Tupinambá Serra do Padeiro                                        | Una                  | Litoral Sul               |
|                         | Pataxó - TI Comexatibá                                                                | Prado                | Extremo Sul               |
|                         | Pataxó - TI Barra Velha do Monte Pascoal                                              | Porto Seguro         | Extremo Sul               |
| QUILOMBOLAS E PESQUEIRA | Comunidade Quilombola Boipeba                                                         | Cairu                | Baixo Sul                 |
|                         | Comunidade Quilombola Batateira - Cairu/Valença                                       |                      |                           |
|                         | Cova da Onça                                                                          |                      |                           |
|                         | Tinharé                                                                               |                      |                           |
|                         | Moreré                                                                                |                      |                           |
|                         | Garapúa                                                                               |                      |                           |
| QUILOMBOLAS             | Comunidades Quilombolas (32 comunidades)                                              | Vitória da Conquista | Sudoeste Baiano           |
|                         | Comunidade Quilombola Cambuta                                                         | Santo Amaro          | Recôncavo                 |
|                         | Comunidade São Braz                                                                   |                      |                           |
|                         | Caonge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Kalembá                            | Cachoeira            | Recôncavo                 |
| QUILOMBOLAS E TERREIRO  | Kingoma                                                                               | Lauro de Freitas     | Metropolitana de Salvador |
| FUNDO E FECHO DE PASTO  | Fundo e Fecho de Pasto (Vereda da Felicidade)                                         | Correntina           | Bacia do Rio Corrente     |
|                         | Beira Rio, Sítio de Cima, Palmeiral, Manoel de Souza, Barreiro, Sítio Grande e Morrão | São Desidério        |                           |
| POVO DE TERREIRO        | Centro Cultural Alto de Xangô e da Floresta Alto de Xangô                             | Brumado              | Sertão Produtivo          |

## VIOLAÇÕES



## ATIVIDADE GERADORA DE CONFLITOS







.....

# 8

**DIVERSIDADE**

.....



O selo foi adotado em todas as unidades da DPE-BA, tanto na capital quanto no interior, o que reafirma o compromisso da instituição com o público trans em suas dependências

## Defensoria adotou selo “Aqui se respeita a identidade de gênero”

A Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), mais uma vez comprometida com o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos, adotou política inclusiva em seus sanitários, que agora podem ser utilizados pelas pessoas de acordo com o gênero que elas se reconheçam. A iniciativa foi um marco do mês de janeiro, em 2022, dedicado à visibilidade das pessoas transexuais e travestis. Os equipamentos foram identificados com um selo que traz o símbolo e as cores do movimento trans e a mensagem “Aqui se respeita a identidade de gênero”, apontando o livre uso dos banheiros por esta população.

Em um vídeo divulgado pelas redes sociais da DPE-BA, o defensor público geral, Rafson Ximenes, fixou simbolicamente o adesivo no banheiro do seu gabinete, comentou o esforço por parte da instituição em romper com todo tipo de discriminação e reforçou que as pessoas trans poderão usar o banheiro de acordo com sua identificação em qualquer ambiente da Defensoria.

A questão do uso dos banheiros públicos por pessoas trans chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2008, devido a uma ação indenizatória por danos morais contra um shopping de Florianópolis. Desde então, o caso foi admitido como de repercussão geral – todos os juízes do país devem julgar causas semelhantes com o mesmo direcionamento dado pelo STF, em favor das pessoas trans.

## Mutirão de Adequação de Nome e Gênero



A cantora baiana Majur, que fez a adequação do seu nome no IV Mutirão feito pela DPE-BA, em 2020, foi a madrinha da ação em 2021

Pessoas transexuais, que não se reconhecem com seu gênero e nome legal de nascimento, contaram com relevante programa de acesso à Justiça para adequação de seus registros de identidade. A DPE-BA realizou quatro edições do Mutirão de Adequação de Nome e Gênero no biênio 2021-2023: duas em Salvador, uma em Itaberaba e a outra em Ipiatú. Na capital, em 2021 e em 2022, o evento foi virtual, por conta das restrições impostas pela pandemia.

As duas edições somaram 730 pessoas trans atendidas para dar início ao processo de adequação da documentação pública. No entanto, em 2023, voltou a acontecer presencialmente e teve como palco a



Casa da Defensoria de Direitos Humanos, em fevereiro. Além disso, a Defensoria também prestou o serviço de retificação nas viagens da Unidade Móvel, como quando passou por Santa Inês e bateu o recorde de adequações feitas em uma comarca do interior em atividades do caminhão.

Para Tuka Perez, uma das participantes do VI Mutirão da Defensoria, foi devido à ação e ao fim de várias exigências que o procedimento ficou mais acessível. “Ainda há muita opressão, humilhação e dor, então é muito bom que os jovens tenham a quem procurar, saber que a Defensoria está conosco, abraça nossa causa. O próprio atendimento e a visão da Defensoria sobre a questão demonstram este acolhimento conosco”, disse Tuka.



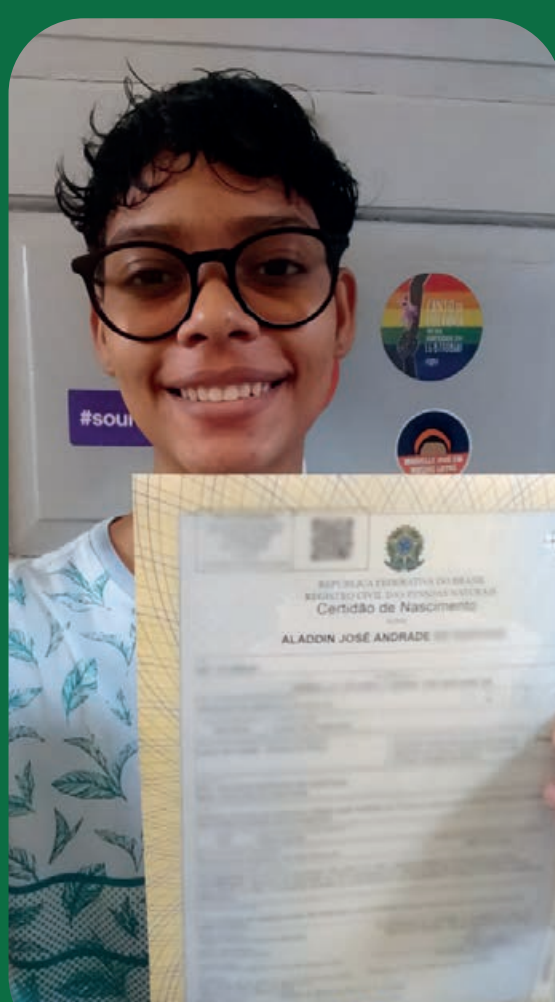
Militante das causas da comunidade trans há muitos anos, Tuka Perez teve sua identidade garantida pelo Mutirão de Adequação de Nome e Gênero e ressaltou que o papel na garantia de direitos, acolhimento, orientação e suporte à comunidade LGBT é fundamental

“NÃO FOI SÓ UMA MUDANÇA DE NOME, FOI UM RENASCIMENTO, UMA NOVA VIDA”

A emblemática frase da mulher trans Tuka Perez exprime o sentimento e a trajetória dela, mas perpassa também a história de outros homens e outras mulheres trans. Aos 14 anos, Tuka Perez percebeu que não se reconhecia como garoto. Sem maior compreensão sobre o que significava transexualidade, iniciou uma jornada de pesquisas e descobertas. “Não sabia como lidar com meus sentimentos, com meus hormônios”, relembra.

Foram muitas barreiras, opressão e lutas contra o preconceito na família e na sociedade, até que, em um dos mutirões da Defensoria, Tuka conseguiu a adequação de nome. Ativista da causa trans e assessora parlamentar da Câmara de Vereadores de Salvador, Tuka representa a comunidade trans, não apenas na Câmara, mas por todos os espaços por onde transita.

“A retificação do meu nome e dos meus documentos chegou como algo que legitimou a mim, meu corpo, minha existência. Antes disso, tinha que ficar justificando quem sou, qual meu gênero, era uma briga constante e diária. Agora tenho um documento oficial que comprova a minha identidade. Isso muda muito a minha perspectiva de saúde, de bem-estar e de tranquilidade, que é algo que geralmente não temos.” Inaê Leoni, mulher trans e professora da rede municipal de ensino de São Francisco do Conde.



Aladdin foi um dos atendidos pelo V Mutirão, em 2021, que registrou 293 assistidos(as) atendidos(as) em Salvador e 215 no interior do estado

“Fiz minha retificação pelo mutirão e foi melhor porque o processo é mais rápido e mais barato do que se fizesse apenas por minha conta. É importante para as pessoas trans que o mutirão ocorra e siga ocorrendo, pela facilidade e pelo alcance que ele tem.” Aladdin Andrade, homem trans e estudante de Letras.

## EDIÇÕES DO MUTIRÃO DE ADEQUAÇÃO DE NOME E GÊNERO NO INTERIOR DO ESTADO

### ABRIL 2021: Itaberaba

Pela primeira vez na história da cidade de Itaberaba, uma mulher trans realizou a adequação de nome e gênero em sua documentação. Segurando o novo registro civil, Dandara Sampaio de Oliveira, 34 anos, conseguiu efetivar seu direito e realizar o seu sonho, finalmente. A vigilante teve a sua identidade de gênero adequada no seu registro civil, após atuação extrajudicial da Defensoria Pública do Estado da Bahia durante a primeira edição do Mutirão de Nome e Gênero que a Defensoria realizou no município.

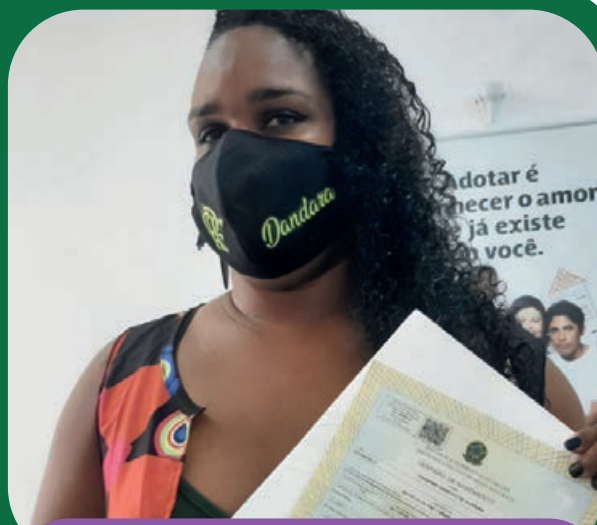
“Um papel faz toda a diferença. Agora, muito mais que usar o nome social, tenho meu nome impresso e reconhecido nesta certidão”, expressou Dandara, segurando o documento e tentando conter as lágrimas.

### AGOSTO 2022: Ipiaú

A cidade de Ipiaú recebeu pela primeira vez o Mutirão de Adequação de Nome e Gênero, que contou com a parceria da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB.

O mutirão foi provocado após visitas itinerantes, pelo interior do estado, do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+, órgão da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, e mobilizou instituições da cidade ligadas à causa LGBTQIA+. O defensor Raphael Varga ressaltou a necessidade de firmar parcerias entre as instituições para garantir o acesso à Justiça. “Para fortalecer a nossa ação, nos reunimos com a recém-criada Comissão de Diversidade da OAB de Ipiaú, que pauta a luta LGBTQIA+ e propõe políticas para esta população”, disse.

Durante o mutirão na sede da Defensoria Pública, em Ipiaú, foram atendidas sete pessoas que deixaram de usar o nome de batismo e passaram a ser legalmente identificadas com os nomes que escolheram para serem reconhecidas como cidadãos e cidadãs.



Dandara agora tem o seu nome não só estampado na máscara, mas também nos seus documentos e na história da cidade de Itaberaba como a primeira mulher trans a ter nome e gênero adequados

## INOVAÇÃO NO MUTIRÃO

A sexta edição do evento teve como inovação um padrinho, ao invés de uma madrinha, para batizar a campanha. O escolhido foi o estudante de Psicologia Dhan Tripodi, homem trans, 38 anos, que estampou as peças de divulgação do mutirão. Em um vídeo da campanha, Dhan comentou que, após ter passado por situações constrangedoras durante seu processo de transição, pôde enfim, graças à Defensoria, acessar sua cidadania após a adequação dos documentos.



O homem trans Dhan Tripodi posou para a campanha de 2022, mostrando orgulhoso seu novo documento de identificação

## O último mutirão do biênio

Aconteceu em fevereiro de 2023 o VII Mutirão de Adequação de Nome e Gênero, o último do biênio 2021-2023. O evento foi realizado na Casa de Direitos Humanos da DPE-BA, em Salvador, e contou com a parceria do Ministério Público do Estado da Bahia, da Arpen-BA, coletivo Mães pela Diversidade, Secretaria de Reparação de Salvador, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Infância e Juventude e do Centro Municipal de Referência LGBTQ+ Vida Bruno.

## Gratuidade nos custos

O processo de adequação de nome e gênero exige a emissão de novos documentos e certidões que incorrem em custos para as pessoas trans. No entanto, avanços significativos foram alcançados em relação à gratuidade dos custos, graças ao empenho na articulação interinstitucional da DPE-BA com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Associação dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais do Estado da Bahia (Arpen-BA), entidade de classe que representa os cartórios de registro civil.

Acordo celebrado entre a Defensoria, a Corregedoria do TJBA e a Arpen-BA garantiu a isenção nos custos para averbação e adequação nos cartórios de registro civil de pessoas naturais do estado. Visando, ainda, estender a conquista para todo o país, a DPE-BA ingressou com pedido no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para atuar como parte interessada no processo que poderá facilitar a adequação de nome e gênero por pessoas trans. Se a solicitação for acatada, pessoas trans hipossuficientes de todo o país poderão realizar o procedimento cartorial de forma gratuita.

Continuam a ser pagas as certidões de protesto nos cartórios das cidades onde as pessoas viveram nos últimos cinco anos. Esse procedimento é parte do processo de adequação de nome e gênero, e serve para verificação de registro de dívidas em nome da pessoa solicitante da adequação. Entretanto, a Defensoria segue envidando esforços para conquistar a gratuidade, também nessa etapa do processo. Com destaque para as seguintes ações:

1. Proposta encaminhada ao TJBA com sugestão de substituição do procedimento de emissão de certidões de protesto em cartórios pela consulta à Central Nacional de Protesto. A Central reúne todos os Tabelionatos de Protesto do país, e disponibiliza consulta gratuita sobre a existência ou inexistência de protestos. Desta forma, atende-se à exigência do Conselho Nacional de Justiça, que visa dar segurança jurídica ao processo, sem gerar custos para as pessoas trans.

2. Reunião da DPE-BA com representantes dos quatro Tabelionatos de Protesto de Títulos de Salvador, na qual ficou combinado que os tabelionatos trabalharão de maneira conjunta em busca de alternativas para oferecer a isenção de taxas nas emissões de certidões de protesto para pessoas trans, assim como já acontece nas emissões de certidões de registro civil.

### CASAMENTOS COLETIVOS

## Cerimônia coletiva oficializa união de 56 casais em Vitória da Conquista



Pela terceira vez, a Defensoria da Bahia atuou em parceria com a UESB para realização do casamento coletivo para casais de baixa renda. A cerimônia aconteceu em parceria com o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEJUSC/UESB) e com o Projeto Laço de Família.

O Projeto Laço de Família tem como objetivo a legalização de uniões de cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente residentes na zona rural do município de Vitória da Conquista. Para garantir os casamentos, a DPE-BA atua em favor dos casais com a organização dos documentos exigidos para o matrimônio juntamente com pedido de isenção das despesas cartorárias, além de efetivar parcerias para a cerimônia. Cerimônia esta que marca não apenas a celebração da união, a realização de um sonho, mas também é uma forma de garantir direitos, conforme pontuou o defensor público Walter Iannone Tarcha, que esteve entre os 800 convidados que participaram do evento.

“Já estava fora dos nossos planos, mas veio essa oportunidade, como uma ‘mão de Deus’ e tudo aconteceu muito rápido e prático.” Bianca do Carmo, que oficializou a união com Romário Ramos, após 15 anos de convivência.



## Pelo Direito de Amar



O projeto “Pelo direito de amar – Casamento Coletivo LGBT” tem o objetivo de promover a oficialização das uniões homoafetivas. A iniciativa procura destacar o respeito social à identidade de gênero e orientação sexual de cada indivíduo, assim como estimular o empoderamento do movimento de luta por direitos pelo público LGBTQIA+.

## Casamento coletivo LGBTQIA+ em Vitória da Conquista

Pela primeira vez em Vitória da Conquista, município do sudoeste baiano, foi realizado o Casamento Coletivo LGBTQIA+ com a oficialização da união de 12 casais. O evento foi organizado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia e realizado em parceria com a Clínica de Direitos Humanos e o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC), ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O defensor público que atua no Núcleo de Registro Civil de Vitória da Conquista Ewerton Freitas e auxiliou na organização do casamento coletivo destacou que o objetivo é levar a segurança jurídica para as relações afetivas dos casais LGBTQIA+, bem como garantir o reconhecimento de direitos, como: sucessões, direitos previdenciários, trabalhistas, entre outros, além de conscientizar a sociedade para a superação da visão de que apenas há uma forma de arranjo familiar possível.



A demanda pelo casamento coletivo em Conquista foi encaminhada à DPE-BA por Rosilene dos Santos Santana Sousa (Mãe Rosa d'Oxum), fundadora do Grupo Lésbico Safo e integrante do Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia.

#### INCLUSÃO DE GÊNERO NÃO BINÁRIO NOS REGISTROS CIVIS

### Defensoria e Ministério Público solicitaram inclusão de gênero não binário em casos de alteração de registro civil

A Defensoria e o Ministério Público do Estado enviaram ofício à Corregedoria do Tribunal de Justiça solicitando a inclusão administrativa do gênero não binário nos registros civis de pessoas que assim se identificam e que buscam a alteração de nome e gênero.

No documento, a Defensoria apontou que o provimento já definido pelo Conselho Nacional de Justiça para o caso de alteração de nome e gênero de pessoas trans também se aplica às pessoas que não se reconhecem como do gênero masculino ou feminino. O ofício também

destacava que diversos países, como Argentina, Holanda e Paquistão, já reconheceram um terceiro gênero na emissão de documentos.

Ademais, em outros estados do Brasil, a retificação já estava ocorrendo de forma administrativa e sem necessidade de judicialização. O pleito logo foi atendido pelo TJBA, que em maio de 2022 aprovou a inclusão do gênero não binário nos registros civis, de forma administrativa. O provimento foi aprovado pelo corregedor-geral, José Edivaldo Rocha Rotondano e pelo desembargador Jatahy Júnior.



Tamires Yuke não se identifica com as categorias binárias de gênero e teve seu pleito atendido pelo Judiciário com a ajuda da Defensoria

#### “NÃO BINARIE”

Em ação anterior à aprovação do provimento do TJBA, que aprovou a inclusão do gênero não binário nos registros civis, a Defensoria Pública do Estado da Bahia garantiu através de atuação judicial que Tamires Yuke dos Santos, 26 anos, de Bom Jesus da Lapa, tivesse registrado em seus documentos que não se identifica com as categorias binárias de gênero (masculino ou feminino). Ele\* teve seu direito garantido um dia após o Dia do Orgulho LGBTQIA+, quando o Judiciário acatou a petição feita pela DPE-BA, que também solicitou a inclusão do prenome Yuke ao registro civil de Tamires.

\*A escolha do pronome foi realizada mediante consulta a Tamires, que se sente confortável com o uso de masculino ou feminino.









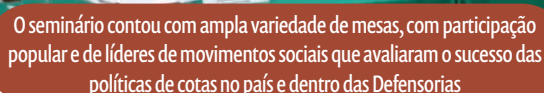
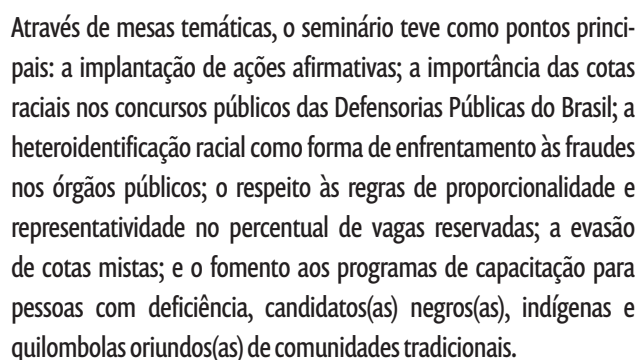
9

**ANTIRRACISMO**





No fim do Seminário, os representantes das Defensorias Públicas do Brasil selaram acordo por meio da assinatura de uma carta – batizada de Carta da Bahia – com 10 compromissos para o avanço da política afirmativa nas Defensorias. O defensor público geral da Bahia, Rafson Ximenes, avaliou que a oficialização da Carta como recomendação do Condege foi de suma importância para a implementação e melhoria das políticas de equidade racial promovidas pelas Defensorias. “Agora a instituição que congrega todas as Defensorias Públicas brasileiras está apontando que existe um parâmetro de regulamentação”, destacou.



## DEPOIMENTOS:

“Evento ímpar, que trouxe um ‘raio-x’ da política de cotas nas Defensorias do Brasil e permitiu um compartilhamento de práticas exitosas nesta questão. Principalmente reuniu defensores-gerais para assumir o compromisso com as cotas nas próprias Defensorias.” Rodrigo Pacheco, defensor público geral do Rio de Janeiro.

“No Sistema de Justiça, ainda há um grande avanço a ser realizado. Nós estamos falando, por exemplo, de um universo de cerca de 18 mil juízes com menos de 3% de negros e negras.” Vilma Reis, socióloga, ativista do movimento negro e ex-ouvidora-geral da DPE-BA.

“Construir uma instituição antirracista é muito mais do que ter cotas, é ter negros, indígenas, ciganos ocupando cargos de direção, coordenação, é mudar as concepções dentro da instituição em todos os seus níveis.” Sirlene Assis, assistente social, ouvidora-geral da DPE-BA.

## CONHEÇA OS 10 COMPROMISSOS DA CARTA DA BAHIA

O documento, na íntegra, está disponível no site da DPE-BA.

I - Implementar a política afirmativa de cotas em todos os concursos e processos seletivos institucionais, notadamente para a população negra, indígena e quilombola, através de regulamentação interna, com participação da sociedade civil na sua elaboração;

II - Garantir que a composição das Comissões Examinadoras dos referidos concursos observe critérios de equidade de gênero e raça em todas as etapas avaliativas;

III - Fomentar o desenvolvimento de programas que promovam bolsas de estudos para a qualificação de candidatos(as) cotistas, propiciando melhores oportunidades de concorrência;

IV - Estipular o percentual de vagas reservadas com base em regras de proporcionalidade e representatividade,

garantindo-se a vedação do retrocesso dos percentuais já estabelecidos e evitando-se adotar cotas mistas – que contemplem mais de um grupo vulnerabilizado simultaneamente;

V - Adotar todas as providências necessárias para implementar o critério de heteroidentificação, em acréscimo ao critério de autodeclaração, com vistas a evitar fraudes e tornar seguro o procedimento de verificação de pertencimento aos grupos socialmente vulnerabilizados;

VI - Instituir bancas de verificação para aferição do pertencimento através de regulamentação interna, garantindo-se a participação de representantes dos cotistas e da sociedade civil com notório conhecimento na área, além de defensores(as) públicos(as), tornando mais plural o procedimento;

VII - Assegurar o devido processo legal nos trâmites da heteroidentificação, garantindo-se aos candidatos o acesso a todos os meios de prova legalmente aceitos para que comprovem pertencimento aos grupos contemplados;

VIII - Adotar medidas para aumentar a possibilidade de que as políticas afirmativas aumentem o número de aprovados(as) dentro de cada grupo, a exemplo de aplicação de cotas desde a primeira etapa dos concursos, adoção de critérios diferenciados em fases eliminatórias, dentre outras;

IX - Destinar vagas remanescentes não preenchidas por candidatos pertencentes aos grupos sociais contemplados para os demais grupos, antes de destiná-las à ampla concorrência;

X - Instituir critérios especiais de proporcionalidade para as vagas reservadas no tocante à ordem de convocação e definição de ordem de escolha de locais de atuação, garantindo-se a observância de tais critérios não apenas durante o certame, como também no começo da vida institucional.





## Carta em defesa da igualdade étnica foi lançada em seminário sobre direitos dos povos indígenas

A exemplo do 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas – que gerou uma carta para firmar o avanço das cotas – também foi selado compromisso durante o Seminário sobre Direitos dos Povos Indígenas para fomentar a atuação institucional em favor da igualdade étnica. O evento foi realizado pela Defensoria da Bahia, em parceria com a Esdep.

A Carta de Salvador: Defensoria Pública da Bahia em Defesa da Igualdade Étnica prevê a criação de Grupo de Trabalho específico sobre o tema, com critérios de representatividade em sua composição, além de articulações junto aos órgãos públicos engajados na defesa dos direitos e interesses de grupos étnicos socialmente vulnerabilizados, a fim de viabilizar atuações conjuntas, bem como construir e manter rede protetiva.

A DPE-BA comprometeu-se ainda a fomentar a capacitação do corpo institucional acerca da identidade social e cultural – em especial sobre costumes e tradições; e a reforçar a política afirmativa de cotas para grupos étnicos socialmente vulnerabilizados em todos os concursos institucionais. A Carta foi uma construção conjunta entre a primeira defensora pública indígena da Bahia, Aléssia Bertuleza Tuxá, e a defensora pública e assessora de gabinete, Fernanda Moraes.

Uma das palestrantes do seminário, Patrícia Pakararé Krin Si, coordenadora do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da

Bahia, ouviu com emoção e esperança a leitura da Carta e destacou que se trata de um grande passo: “Agora nós temos certeza que não estamos mais sozinhos. O papel da Defensoria vai ser de somar forças junto aos povos indígenas, então acredito que é uma irmandade que se criou nesse momento”, afirmou.

### CONHEÇA OS COMPROMISSOS FIRMADOS NA CARTA EM DEFESA DA IGUALDADE ÉTNICA

O texto, na íntegra, está disponível no site da DPE-BA.

I - Adotar todas as providências necessárias para fomentar a atuação institucional em favor da Igualdade Étnica, inclusive com a criação de Grupo de Trabalho específico para tratamento da matéria;

II - Garantir que a composição do referido Grupo de Trabalho observe critérios de representatividade e proporcionalidade, salvaguardando o direito de livre determinação dos grupos socialmente vulnerabilizados;

III - Subsidiar a execução das atividades do Grupo de Trabalho, reservando-lhe os recursos humanos, tecnológicos e materiais necessários para a execução dos seus objetivos;

IV - Promover articulações entre o Grupo de Trabalho e os órgãos públicos engajados na defesa dos direitos e interesses de grupos étnicos vulnerabilizados, visando a construção e a manutenção de rede protetiva, além de possíveis atuações conjuntas;

V - Fomentar a permanente capacitação de todas as pessoas que compõem o seu corpo institucional acerca da identidade social e cultural dos grupos étnicos socialmente vulnerabilizados, em relação aos seus costumes, tradições e instituições;

VI - Estimular a adoção de práticas e hábitos respeitosos em âmbito institucional, adotando as providências necessárias para garantir plena existência e gozo de subjetividades e capacidades de integrantes oriundos de tais grupos étnicos;

VII - Reforçar a política afirmativa de cotas para grupos étnicos socialmente vulnerabilizados em todos os concursos e processos seletivos institucionais, envidando todos os esforços institucionais necessários para torná-la efetiva e segura, evitando retrocessos.



JÚRI SIMULADO 2022 - GREVE NEGRA DE 1857

## Júri Simulado resgatou história da primeira greve negra e ofereceu oportunidade de defesa simbólica aos primeiros grevistas da Bahia

Na edição 2022 da série Júri Simulado – Releitura do Direito na História, a Defensoria da Bahia garantiu defesa aos ganhadores: negros escravizados, libertos ou livres que faziam o transporte de cargas e pessoas na capital baiana. Pouco mencionada, a Greve Negra dos ganhadores na Bahia (1857) – considerada a primeira greve geral de um setor essencial da economia urbana na América Latina – foi a julgamento popular simbólico, durante o evento.

Os “negros de ganho” (termo que remete aos trocados que escravizados e livres ganhavam para transportar cartas, tonéis, pessoas em liteiras e todo tipo de carga) movimentavam o comércio soteropolitano no século XIX. Mas, em 1º de junho de 1857, essa classe trabalhadora decidiu parar. A greve foi motivada por uma lei municipal que determinou que os ganhadores do sexo masculino precisariam pagar um imposto de serviço e usar uma placa de metal em seus pescoços com a numeração de matrícula, semelhante à chapa usada em carros – interpretada como uma comparação dos negros a animais.

A greve afetou a mobilidade urbana dos soteropolitanos por 12 dias e rendeu vexações e castigos físicos aos ganhadores julgados simbolicamente pelo Júri Popular. Nesse evento da série, a defesa foi feita pelo defensor Henrique Alves; a acusação, pelo defensor Rodrigo Rocha Meire; e o papel de juíza, pela defensora Diana Furtado Caldas. **Os ganhadores foram absolvidos simbolicamente pela DPE.**



Após os júris, são realizadas palestras para contextualizar o fato ou a figura histórica julgada. Nessa edição, a palestra foi conduzida pela professora de História Mona Lisa Nunes de Souza, que destacou: “Estamos em um Novembro Negro, é muito forte o que a gente tá fazendo, é importante saber que a historiografia da história social da escravidão tem olhado por outro lado, que não existe uma história única. A história social tem se dedicado a essas pessoas, que eram tidas como perdedoras, mas a gente percebe que elas lutaram e fizeram de tudo para pensar um mundo possível melhor e isso nos estimula a pensar neste mundo.”

### SENTENÇA DA DÉCIMA EDIÇÃO DO JÚRI SIMULADO INOCENTOU OS ACUSADOS PELA PRIMEIRA GREVE NEGRA DA HISTÓRIA DA BAHIA

Realizado em pleno Novembro Negro, os jurados do Júri Simulado votaram pela absolvição dos “negros de ganho” grevistas. A sentença proferida pela defensora Diana Furtado, que interpretou o papel de juíza, deixou claro:

*“Após mais de 150 anos de apagamento histórico, há de se reconhecer que esse grupo de ganhadores resistiu e executou de maneira legítima e inédita a primeira greve realizada no Brasil, muito anterior à regulamentação do direito à greve no Brasil e a sua inserção na Constituição Federal de 1946. É necessário restituir a esses ganhadores, pelo reconhecimento da legalidade de seu movimento e de suas ações, o papel de agentes políticos responsáveis por terem iniciado a disputa em torno dos direitos trabalhistas no Brasil.”*





## Júri Simulado 2021 - Lei de Cotas

Na oitava edição do projeto, ocorrida em 2021, o julgamento simbólico não foi de um personagem, mas de uma lei, de um fato social. A chamada “Lei de Cotas” foi instituída no âmbito federal em 2012, mas ainda há desconfianças políticas, julgamentos e falta de consenso sobre a reparação que a política traz às camadas historicamente mais vulneráveis da sociedade.

**Houve mesmo reparação? Dez anos foram suficientes? Cresceu o número de negros nas universidades e serviços públicos? E as fraudes?** Muitas dessas perguntas, debates e julgamentos saíram das redes sociais e das discussões acaloradas no almoço de família e foram parar no Júri Simulado da DPE-BA. Com seriedade, técnica e aquela atmosfera teatral, o evento aconteceu ao ar livre, no Parque da Cidade, em Salvador, para evitar aglomerações, no retorno controlado das atividades durante a pandemia.

O júri foi proposto no momento exato em que o Governo Federal precisaria fazer a reavaliação da política de cotas, já que a lei determinou que em dez anos fosse reavaliada a sua efetividade. Após considerações da acusação, representada pela defensora pública Carina Góes; da defesa, desempenhada pela defensora Jamara Saldanha; e dos votos dos jurados, **o júri foi unânime em revalidar simbolicamente a Lei de Cotas, para que seja renovada pelo período de mais dez anos.**

O júri contou também com a participação especial da pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cássia Maciel, que atuou como testemunha no julgamento simulado.



### SENTENÇA DO JÚRI SIMULADO REVALIDOU SIMBOLICAMENTE A LEI DE COTAS

De forma unânime, os sete jurados votaram pela revalidação da Lei de Cotas por mais dez anos. Ao proferir a sentença, a juíza, interpretada pela defensora pública Roberta Cunha, salientou:

*“Cota não é esmola. Reconhecer os avanços das ações afirmativas é fazer justiça histórica, na exigência ética de justiça ao outro, que passou por diversas violações na sua dignidade. A Lei de Cotas não transforma a pirâmide social de forma isolada, mas é importante instrumento de política pública em prol do reconhecimento e igualdade material. O Júri absolve a Lei de Cotas para que se cumpra um país mais justo e solidário, interracial nos espaços de poder, para que se reconheça o princípio material da igualdade como pressuposto da dignidade humana.”*



## A SÉRIE JÚRI SIMULADO

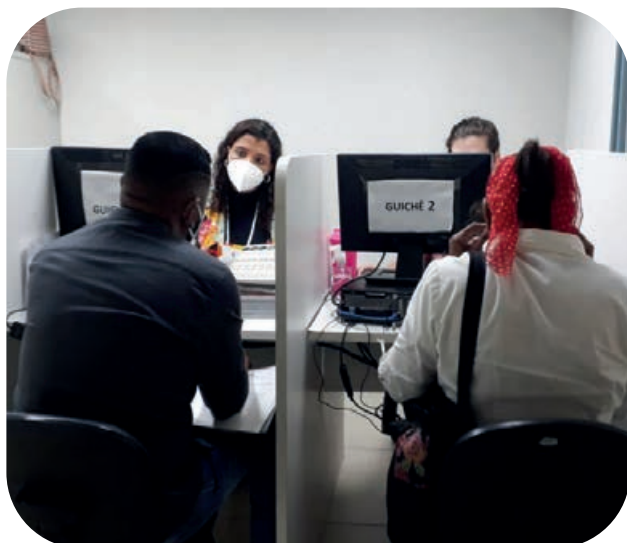
De autoria do atual defensor público geral, Rafson Ximenes, da defensora pública Eva Rodrigues e do defensor público Raul Palmeira (*in memoriam*), o projeto já levou para o júri nomes como Luiza Mahin (2016), Zumbi dos Palmares (2017), Índio Caboclo Marcelino (2018), Cuíca de Santo Amaro (2018), Carlos Marighella (2019), Lucas da Feira (2019) e Manuel Faustino – Revolta de Búzios (2019). Após o júri, é realizada uma palestra sobre a história do personagem e temas relacionados.

Os eventos mais recentes têm sido organizados pela Escola Superior da Defensoria da Bahia (Esdep) e transmitidos simultaneamente pelas redes sociais. O Júri Simulado é gratuito e tem como público-alvo estudantes do ensino Fundamental, Médio e Superior; estagiários(as) da Defensoria da Bahia; defensoras e defensores públicos, além de demais integrantes da carreira jurídica; movimentos sociais e de direitos das minorias; além de operadores do Direito em geral.

## OUTRAS REALIZAÇÕES ANTIRRACISTAS NO BIÊNIO 2021-2023

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. A reflexiva e provocativa frase da filósofa negra Angela Davis foi inspiração para as realizações em prol da efetivação das políticas de equidade e combate ao racismo implementadas pela Defensoria, durante o biênio 2021-2023, dentre as quais destacam-se:

## 1º Mutirão de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa



Em parceria com o Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela (CRNM), vinculado à Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), a Defensoria Pública do Estado da Bahia, por meio da Especializada de Direitos Humanos, realizou um mutirão para atender e encaminhar respostas a casos de violência racial e/ou religiosa registrados em Salvador.

O mutirão foi pautado em ocorrências de violência já recepcionadas pelo Centro Nelson Mandela. Os atendimentos ocorreram conforme agendamento prévio e o esforço conjunto assistiu cerca de 30 pessoas.

A atividade reanalisou, orientou e endereçou encaminhamentos jurídicos (judiciais e extrajudiciais) referentes às denúncias relatadas, além de oferecer acompanhamento social e psicológico.

Para a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos da DPE-BA, Eva Rodrigues, a atuação da instituição nas redes operativas de enfrentamento ao racismo e intolerância religiosa é fundamental para que os diferentes órgãos públicos operem em sinergia para efetivar direitos que não estão sendo observados e aperfeiçoem as políticas públicas.

O mutirão foi realizado na perspectiva de aproveitar o alcance do Centro Nelson Mandela na recepção de denúncias e as competências da DPE-BA e seus órgãos de execução para ajuizamento das medidas cíveis e penais cabíveis, visto que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Vale mencionar também o suporte psicossocial, para além do âmbito jurídico, com atenção e encaminhamento de aspectos socioassistenciais também conduzidos pela DPE-BA.

## Núcleo de Equidade Racial

Em mais uma ação que consolida e confirma o engajamento da Defensoria, no biênio 2021-2023, em avançar no enfrentamento ao racismo e às desigualdades, foi criado, em janeiro de 2023, o Núcleo de Equidade Racial, através da Portaria nº 039/2023.

Com estrutura própria (espaço físico e servidores) e coordenado pela defensora pública Vanessa Nunes Lopes, que ingressou na Defensoria por meio das cotas para pessoas negras, a composição do núcleo segue a política de cotas da DPE-BA e, conforme o artigo 5º, § 2º da Portaria, deve ter pelo menos 70% de membros pertencentes às populações negra e indígena.

“Gosto de me apresentar inclusive dessa forma, como uma defensora cotista. Trata-se de reconhecer a luta do movimento negro no Brasil para que pudéssemos ocupar esses espaços, o que faço, portanto, com muito orgulho”, reforçou a coordenadora do novo núcleo, Vanessa Lopes.

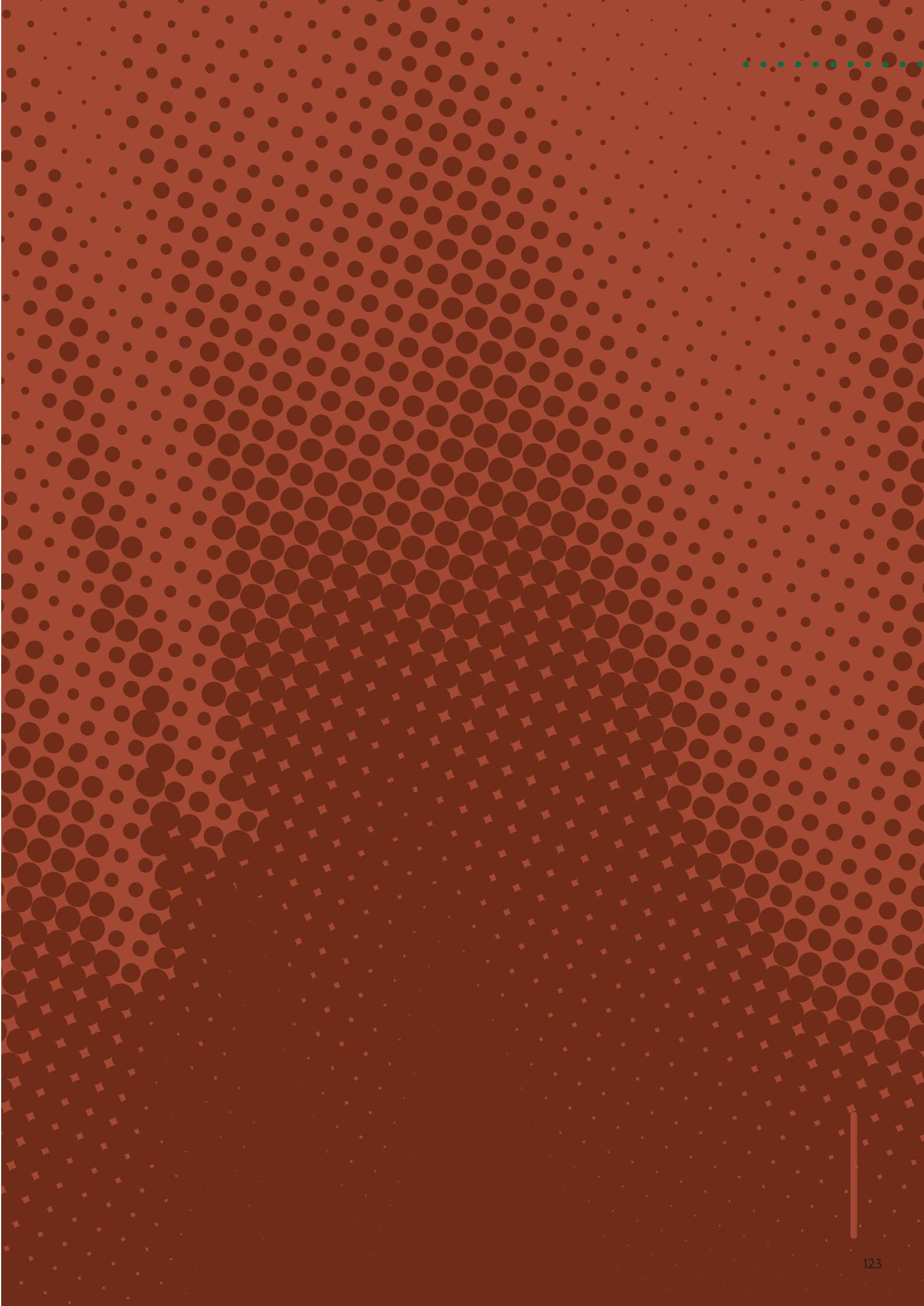
A Ação Cidadã Infância Sem Racismo está em constante movimento, através de atividades que dialogam com a sociedade nos diversos espaços, a exemplo da ação realizada em um estádio de futebol, em conjunto com outro projeto da DPE-BA: o “Defensoria na Torcida”.

“Nos estádios, a divulgação das campanhas toma uma proporção bem maior, a gente consegue entrar na casa de diversas pessoas, de diversos públicos. A campanha, por uma educação antirracista, é da sociedade e é de suma importância essa parceria com os clubes de futebol para conversar com milhares de baianos”, explicou, na ocasião, a defensora pública e coordenadora da Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Gisele Aguiar.

Outra atividade da Ação Infância Sem Racismo é o Selo Escola Antirracista, que certifica docentes e instituições de ensino públicas e privadas do ensino infantil ou fundamental que promovam práticas pedagógicas e conteúdos antirracistas. A iniciativa busca fomentar a educação étnico-racial no sistema de ensino brasileiro, conforme determinam as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

As regras e o edital para concorrer ao Selo Escola Antirracista, que é dividido em categorias e tem validade de dois anos, estão disponíveis no site da DPE-BA.

Lançamento da campanha Infância Sem Racismo foi feito em live pelas redes sociais da Defensoria da Bahia







.....

# 10

**ATUAÇÕES ESPECIAIS**

.....



Enchentes atingiram diversos municípios do estado. Foto: Camila Souza - GOVBA

## Atuações especiais

As atuações especiais da Defensoria Pública do Estado da Bahia marcaram o biênio 2021-2023, a exemplo do apoio prestado aos cidadãos e cidadãs afetados pelas intensas chuvas que atingiram o interior da Bahia, no fim de 2021, deixando mortos e milhares de pessoas desabrigadas; e a atuação conjunta para garantir frota regular e transporte coletivo gratuito para que as pessoas mais pobres fossem votar nas eleições de 2022.

Na ocasião das chuvas, o defensor-geral, Rafson Ximenes, explicou que há um momento certo para cada instituição atuar quando há uma tragédia. A Defensoria Pública entra em ação após os primeiros socorros às vítimas, buscando a efetivação dos programas de reconstrução social, para sanar a ausência de documentos e necessidade de comprovação de posses. **A DPE-BA organizou uma força-tarefa para ir às cidades mais atingidas e prestar esse apoio para que os cidadãos não ficassem desamparados.**

Entre as ações que foram implementadas para assegurar direitos às pessoas afetadas pelas chuvas, estiveram a inclusão das cidades no roteiro de itinerâncias da Unidade Móvel de Atendimento (UMA), a utilização das sedes da Defensoria no interior como pontos de coleta de doações, visitas aos abrigos disponibilizados pelas prefeituras e participação em reuniões com o Poder Executivo dos municípios.

Tanto a força-tarefa quanto a atuação para garantir transporte no pleito eleitoral exigiram articulação estratégica e envolvimento

integrado de Coordenadorias, Especializadas e Núcleos da DPE-BA. Conheça alguns dos destaques nas atuações especiais da Defensoria da Bahia no biênio:

- Atuação nas enchentes de 2021
- Vacinação contra a covid-19
- Eleições 2022
- Prerrogativas de requisição
- Grupo do Júri
- Pesquisas estratégicas

### ATUAÇÃO NAS ENCHENTES DE 2021

## Defensoria coordenou articulações com a DPU e o Governo Federal para auxílio às vítimas das chuvas na Bahia

Somando esforços, a DPE-BA, a Defensoria Pública da União (DPU) na Bahia e os ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos selaram **parceria interinstitucional que levou atendimento e orientação jurídica às pessoas das regiões afetadas pelas enchentes na Bahia.**



“Essas parcerias são importantes para resolvermos as demandas. Traçamos o nosso roteiro da Unidade Móvel para atender municípios sem a Defensoria Pública, e tanto a DPU quanto os Ministérios se colocaram à disposição para participar dessas itinerâncias”, pontuou o coordenador do Núcleo de Integração da DPE-BA, Gil Braga. **As iniciativas prioritárias foram a obtenção das segundas vias dos documentos eventualmente perdidos, além de outros benefícios sociais e previdenciários, a exemplo do aluguel social e do saque emergencial do FGTS.**

## Força-tarefa da DPE-BA e da DPU atendeu vítimas das chuvas em Ilhéus e Itabuna



Força-tarefa da DPE-BA e da DPU com atendimentos itinerantes

Uma força-tarefa da DPE-BA e da DPU auxiliou as populações de Ilhéus e Itabuna, cidades afetadas pelo grande volume de chuvas em dezembro de 2021. O objetivo foi atender as demandas jurídicas mais imediatas das vítimas, para que as famílias afetadas recebessem os auxílios governamentais rapidamente. Estima-se que **mais de 470 mil pessoas foram atingidas pelas enchentes na Bahia.**

A DPE-BA atendeu demandas referentes à 2ª via de documentos, certidões de casamento e de nascimento; gratuidade na 2ª via do RG; dificuldades de acesso à rede de saúde municipal/estadual etc. Já a DPU encaminhou questões relacionadas ao saque de FGTS por situação de calamidade pública, benefícios assistenciais (BPC/LOAS e auxílio emergencial), benefícios previdenciários, como auxílio-doença, pensão por morte, aposentadorias, dentre outras.

Uma das equipes da força-tarefa visitou a comunidade indígena da Aldeia Igalha, em Ilhéus, e além dos atendimentos relacionados às chuvas promoveu escutas na comunidade, que relatou pressões por parte de fazendeiros, por falta de demarcação de terras. Também em Ilhéus, foi realizada capacitação da rede de assistência social do município para que pudesse auxiliar a população no acesso à documentação e aos benefícios assistenciais.

Na primeira missão, a força-tarefa teve duração de 5 dias e **atendeu 235 pessoas, sendo 126 em Ilhéus e 109 em Itabuna.** Posteriormente, a equipe voltou à cidade de Itabuna para resolução de pendências e visitas aos abrigos e bairros afetados, e **realizou 114 atendimentos.** “As pessoas receberam atendimento próximo às suas casas, diminuindo o gasto com transporte, que é significativo para quem está em situação de vulnerabilidade”, destacou a defensora coordenadora da 4ª Regional, Luanna Lira.

Além da força-tarefa, outras cidades atingidas pelas chuvas foram atendidas pelas itinerâncias da UMA (Unidade Móvel de Atendimento da DPE-BA). Em 2023, nos meses de fevereiro e março, estão previstas novas visitas da UMA às cidades de Jequié e Ipiaú para a promoção de audiências públicas e acompanhamento das demandas geradas em 2022.

## Vacinação contra a covid-19

A vacinação contra a covid-19 despontou como uma medida sanitária fundamental para o controle da pandemia. Nesse cenário, para garantir que as populações vulnerabilizadas não fossem negligenciadas, a Defensoria entrou em atuação, por meio de recomendações, inspeções e diálogo com os órgãos responsáveis pela distribuição e aplicação das vacinas, para contribuir com a justa e necessária democratização do acesso aos imunizantes.

A DPE-BA mobilizou-se para o aumento no quantitativo de vacinas. Nesse sentido, atuou como *amicus curiae* (amiga da corte) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Governo da Bahia para viabilizar a compra de vacinas aprovadas por órgãos regulatórios do exterior. Solicitou, também, ingresso na Ação Cível Originária (ACO) nº 3477/DF, em que o estado pedia ao STF autorização para importar e distribuir diretamente vacinas, independente de aprovação da Anvisa. Foram habilitados para participar da ação judicial: a Defensoria da Bahia, o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets) e o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege).

A DPE-BA e demais órgãos habilitados passaram a ter representação processual, podendo, inclusive, fazer a defesa diante do Supremo, através da apresentação de memoriais escritos ou de sustentação oral. Ao justificar a atuação da instituição em prol da vacinação, o defensor público geral, Rafson Ximenes, ressaltou a vulnerabilidade de certos grupos frente à covid-19.

“A Defensoria se preocupa com a vacinação, porque a covid-19, assim como outros problemas de saúde pública, atinge com mais gravidade as pessoas pobres”, declarou o defensor-geral. Por isso, a instituição acompanhou de perto e contribuiu para garantir a vacinação de grupos específicos, como as pessoas privadas de liberdade, com Síndrome de Down, população em situação de rua, catadores(as) de materiais recicláveis, quilombolas, gestantes e lactantes.

Em Vitória da Conquista, por exemplo, a DPE-BA fez parceria com o Hospital Municipal Esaú Matos, em 2021, **que ofereceu às assistidas gestantes e parturientes da instituição atendimento/prescrição para que fossem vacinadas com prioridade contra a covid-19.** Apenas nos dois primeiros dias de parceria, 133 mulheres receberam prescrição e foram vacinadas.

## ACÇÕES RELEVANTES NA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

### GESTANTES E PARTURIENTES:



O Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado da Bahia, em conjunto com os núcleos especializados de outras 14 instituições, questionou o Ministério da Saúde sobre a exclusão de gestantes e parturientes do grupo de prioridades para vacinação contra a covid-19. O ofício interpelou sobre as razões e evidências científicas para a não inclusão delas no Plano Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde.

O ofício também apresentou dados publicados pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia que reportaram a ocorrência de 124 óbitos maternos no Brasil, entre janeiro e junho de 2020. De acordo com a entidade, o número representa crescimento de 7% em relação ao período anterior.

Cerca de dois meses após a notificação das Defensorias, o Ministério da Saúde emitiu parecer técnico apontando que a gestação e o puerpério passaram a ser considerados fatores de risco para a covid-19, e incluiu gestantes e parturientes, priorizando aquelas com comorbidades, no Plano Nacional de Vacinação contra a doença.

### PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN

A DPE-BA enviou comunicação às secretarias Municipal e Estadual de Saúde, requerendo a inclusão das pessoas com Síndrome de Down entre os grupos prioritários no processo de vacinação contra a covid-19. A demanda foi dirigida também à União dos Municípios da Bahia e ao Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Estado.

O comunicado foi baseado na atualização do Ministério da Saúde da sua lista de comorbidades, que incluiu pessoas com a Síndrome de Down nos grupos prioritários. Com isso, foi adequada a lista de fases da vacinação, para a inclusão deste público na fase 3. Na ocasião, estavam sendo vacinados os públicos das fases 1 e 2, composto, dentre outros, por trabalhadores da saúde, idosos, povos tradicionais, ribeirinhos e indígenas.

### COMUNIDADES QUILOMBOLAS E RIBEIRINHAS



A Defensoria acompanhou o processo de vacinação das comunidades quilombolas e ribeirinhas para garantir a imunização completa das populações, visto que a utilização de bases de dados diferentes (CadÚnico, e-SUS, entre outros) estava gerando subdimensionamento do número de pessoas pertencentes a essas comunidades. Para minimizar os efeitos desse desencontro de dados e mensurar o quantitativo real de indivíduos, a DPE-BA articulou parcerias com a Bahia Pesca e com a Fundação Palmares, que detêm dados sobre as populações ribeirinhas e quilombolas, respectivamente.



Vacinação de idosos privados de liberdade em Salvador

## POPULAÇÃO CARCERÁRIA

A DPE-BA atuou para que pessoas privadas de liberdade incluídas nos grupos prioritários, como idosos ou portadores de comorbidades, tivessem o seu direito garantido e fossem vacinadas nas primeiras fases do plano de imunização previsto pelas secretarias Estadual e Municipais de Saúde.

O plano previa que a população carcerária, em geral, fosse vacinada na fase 4, no entanto a Defensoria atuou para que detentos que integravam também outras fases do plano, aqueles entre 60 e 75 anos (fase 2) ou os que sofriam de comorbidades (fase 3), pudessem ter essas prioridades respeitadas e garantidas.

Em abril de 2021, em atuação pioneira, todos os oito presos maiores de 60 anos custodiados no Conjunto Penal de Itabuna foram vacinados contra a covid-19. Esse pontapé deu gás para a instituição realizar uma série de tratativas que colaboraram para a imunização de detentos. Dentre elas, reuniões com secretários de Saúde e pedidos de providências ao Judiciário. Ao fim de setembro de 2021, a Bahia havia alcançado 100% de cobertura vacinal nos presídios com a primeira dose ou dose única e 69,35% com a segunda.

## ARTICULAÇÃO COM A CIÊNCIA



O biólogo e imunologista Gustavo Cabral de Miranda orientou a Defensoria no retorno às atividades pós-pandemia

Visando acelerar o processo de aquisição de vacinas para avançar na imunização da população, a DPE-BA, em parceria com o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) e com as Defensorias do Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio de Janeiro, realizou encontro com o biólogo e imunologista Gustavo Cabral, PhD pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutorado em Oxford, na Inglaterra, e Berna, na Suíça. Baiano da cidade de Tucano e pesquisador de vacinas para chikungunya e zika vírus, ele liderou pesquisas de desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo.

## CATADORAS E CATADORES



Foto: Antônio Cruz - Agência Brasil

A DPE-BA, por meio do seu Núcleo de Gestão Ambiental, se mobilizou para garantir que catadoras e catadores de materiais recicláveis fossem incluídos no grupo de pessoas em vulnerabilidade social e enquadrados nas prioridades elencadas pelo plano de vacinação. A instituição encaminhou ofício endereçado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia



(Sesab), Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, União dos Municípios da Bahia (UPB) e ao Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia (Cosems).

No documento, a Defensoria considerou que o serviço exercido por esses profissionais, considerados prestadores de serviço público de limpeza urbana, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é essencial e possui impactos socioambientais. Cerca de um mês depois do envio do ofício, as catadoras e catadores foram incluídos na estratégia de vacinação municipal e estadual juntamente com os trabalhadores da limpeza urbana.

“Devido às condições em que o trabalho é exercido, os catadores e catadoras têm contato com materiais que foram manuseados por muitas pessoas, por isso questionamos a previsão de vacinação deste grupo”, pontuou a defensora pública e coordenadora do núcleo, Kalliany Gonzaga.

## LACTANTES



Foto: Elza Fiuza - Agência Brasil

Graças à atuação extrajudicial da DPE-BA, foi possível garantir a vacinação de lactantes em Vitória da Conquista. O município não vinha cumprindo a medida estadual que previa a vacinação, dentre os grupos prioritários, de lactantes no período do 2º ao 12º mês pós-parto. O começo da imunização desse grupo na cidade foi possível em função da articulação de representações locais, como o coletivo Lactantes pela vacinação e a União Brasileira de Mulheres, que acionaram a Defensoria para tratar da questão em conjunto com representantes da administração pública municipal e estadual.

## PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA



Vacinação de População em Situação de Rua  
Foto: Adriana Horvath

Após mobilização da Defensoria Pública da Bahia, em conjunto com o Ministério Público da Bahia, bem como diversos órgãos e instituições, entre eles o Movimento Nacional da População de Rua e o Fórum Nacional de Catadores e Catadoras em Situação de Rua, Salvador iniciou a imunização da população em situação de rua.

Com a articulação da DPE-BA foram reservadas, inicialmente, 7 mil doses da vacina Janssen, que foi a escolhida para esse público por ser aplicada em dose única, pois há grandes dificuldades em localizar as pessoas nas ruas, sem lugar fixo, o que poderia ocasionar desfalque na aplicação da segunda dose e atrapalhar a imunização. A Defensoria encaminhou uma lista com cerca de 3 mil nomes de pessoas que já haviam sido assistidas pelo Núcleo Pop Rua da DPE-BA para que fossem vacinadas.

## VACINAÇÃO INFANTIL



Vacinação infantil. Foto: Tânia Rego - Agência Brasil

Em ação conjunta, a DPE-BA e a DPU pediram esclarecimentos à Prefeitura de Salvador sobre a exigência de apresentação de cópia de documentos pessoais da criança e do responsável como condição para a imunização do público

infantil contra a covid-19. No ofício enviado pelas Defensorias, foi destacado que a exigência de apresentação de cópias de documentos como condição para vacinar “parece desconsiderar a realidade social de boa parte do público-alvo e burocratizar o acesso à vacina”.

O documento alertou também que as notícias, na época,

apontavam crescimento exponencial nas taxas de ocupação dos leitos de UTI pediátricos, razão pela qual era necessário o contínuo incentivo à vacinação de crianças. Além do pedido de esclarecimentos, os(as) defensores(as) recomendaram que a Prefeitura e a Secretaria de Saúde garantissem os recursos necessários para viabilizar a extração de cópias em todos os pontos de vacinação.

## Transporte gratuito para 6,5 milhões de baianos



Diálogos institucionais da DPE-BA com diversos municípios e ações obtidas na Justiça culminaram em passe livre para exercício do direito do voto em 32 municípios. Fotos: Agência Brasil/CCR/SECOM

### ELEIÇÕES 2022

## 6,5 milhões de baianos puderam votar gratuitamente

Em um esforço interinstitucional coordenado, dialogando com as administrações municipais, a DPE-BA atuou em todas as comarcas onde está instalada para assegurar a frota regular e o passe livre no sistema de transporte público, durante as eleições. Nos municípios que foram desfavoráveis à adoção da gratuidade ou os diálogos não avançaram, a DPE-BA ajuizou Ações Cíveis Públicas para obter concessão imediata na Justiça.

Logo em seguida, uma decisão do STF determinou ao poder público municipal que não reduzisse o serviço de transporte público urbano coletivo na data das eleições; vedou aqueles que já ofereciam

transporte gratuito aos domingos que deixassem de oferecer; e recomendou a gratuidade aos municípios que pudessem oferecê-la no domingo de eleições.

**Na Bahia, os compromissos pactuados com a Defensoria garantiram gratuidade** nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Amargosa, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Esplanada, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jequié, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, Santo Estêvão, Serrinha e Valença. Na cidade de Vitória da Conquista, a gratuidade nos transportes e a manutenção da frota regular foram obtidas graças a liminar favorável ao pedido da Defensoria, que determinou, ainda, que a Prefeitura de Vitória da Conquista divulgasse a benesse nos meios de comunicação, redes sociais, nos próprios ônibus e através de cartazes nos equipamentos públicos da cidade.

Ações Civis Públicas (ACPs) também foram ajuizadas pela DPE-BA para que as cidades de Juazeiro, Eunápolis e Paulo Afonso garantissem a gratuidade e manutenção da frota regular de transporte público no período eleitoral. Nas ações, a Defensoria apontou que a mera realização de eleições não é suficiente para assegurar que pessoas em situação de pobreza gozem do seu direito de participação, sendo essencial adotar medidas para viabilizar o efetivo exercício do direito ao voto.

Segundo dados do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) baiano, a abstenção no estado atingiu cerca de 2,4 milhões de eleitores, sendo que desse total 49,86% se concentraram na população de baixa renda e escolaridade. **Estima-se que 6,5 milhões de baianos e baianas foram beneficiados com gratuidade dos transportes públicos durante as eleições de 2022.**

PRERROGATIVA DE REQUISIÇÃO

**DPE-BA foi essencial na mobilização nacional que manteve a prerrogativa de requisição**



A Defensoria Pública do Estado da Bahia juntou-se a outras Defensorias do país em campanha que teve aderência de juristas e diversas personalidades em âmbito nacional em defesa da prerrogativa de requisição, instrumento que garante a seus membros requisitarem de autoridades públicas, ou de seus agentes, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições. Essa prerrogativa esteve ameaçada por 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) em tramitação no STF em 2022.

A mobilização para demonstrar a importância do instrumento tomou grandes proporções e envolveu, além das instituições, personalidades importantes da área jurídica e artistas de todo o país em defesa da atuação da Defensoria. Na rede social Twitter, por exemplo, a hashtag #DefensoriaSim ficou entre os assuntos mais comentados pelos usuários, dentre os quais se destacou o posicionamento de Juliette, fenômeno das redes sociais após participação em *reality show*, que já declarou que um dia sonhou ser defensora pública.

Em fevereiro de 2022, por 10 votos a um, a **prerrogativa de requisição foi mantida para as Defensorias Públicas** em decisão majoritária que se deu na sessão virtual do julgamento da ADI 6852. O relator da pauta, ministro Edson Fachin, votou pela manutenção do poder conferido às Defensorias Públicas. Para o ministro, o poder de requisição foi um dos instrumentos dados aos defensores públicos justamente para que consigam cumprir sua missão constitucional de defender os necessitados, ao viabilizar o acesso facilitado e célere. O ministro Alexandre de Moraes, que havia pedido vistas, também votou de forma favorável à manutenção da prerrogativa.

O defensor público geral da Bahia ressaltou que o julgamento foi um marco histórico na atuação das Defensorias, pois levantou a sociedade para debater a função social da instituição e entender os serviços oferecidos à população. “A Defensoria saiu muito mais forte e com muito mais responsabilidades deste julgamento. A nossa responsabilidade aumenta quando a população reconhece o seu direito ao acesso à Justiça e à cidadania. A atuação da Bahia foi decisiva no julgamento ao apontar dados, números e histórias reais das pessoas atendidas”, pontuou Rafson Ximenes.

## Relatório foi estratégico para o sucesso da prerrogativa de requisição

A prerrogativa de requisição de informações por parte das Defensorias Públicas encontra previsão legal no artigo 128 da Lei Complementar nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública em âmbito federal e estadual. É um importante instrumento para garantia de acesso à Justiça e essa constatação ficou ainda mais evidente a partir dos dados do Relatório Prerrogativa de Requisição e Acesso à Justiça, feito pela Defensoria da Bahia, que compilou informações sobre a utilização desse instrumento entre os anos de 2017 e 2021.

De acordo com o documento, a prerrogativa de requisição **garantiu a solução da demanda sem a necessidade do ajuizamento de ação judicial em 77% dos casos em que foi adotada**. O relatório revela ainda que Fazenda Pública (37,79%), Infância e Juventude (14,17%) e Família (12,59%) são as principais áreas de





atuação da DPE-BA em que o recurso foi utilizado para garantir direitos como saúde, educação e alimentos. O uso da prerrogativa de requisição também possibilitou a célere resolução dos conflitos. A média de tempo de resposta das solicitações feitas pela DPE-BA, no período analisado, foi de 12 dias.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre todos os tribunais do país, a Bahia tem o maior tempo de espera para que uma sentença seja proferida, com uma média de 2 anos e 11 meses entre a data de início de um processo judicial até a sentença nas fases de execução e conhecimento no primeiro grau. Mesmo nos casos em que é preciso o ajuizamento de uma ação, **a prerrogativa de requisição contribui para a agilidade na resolução da demanda, pois garante que os processos cheguem ao Judiciário com a documentação completa para julgamento.**

Outro dado de destaque apresentado pelo relatório são os casos em que a utilização da prerrogativa de requisição contribuiu para a resolução de questões complexas e urgentes de forma rápida. Em Ilhéus, por exemplo, o instrumento garantiu a interrupção de uma gravidez decorrente de estupro; em Santo Antônio de Jesus, foi firmado Termo de Cooperação Interinstitucional para solução célere de demandas de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, que garantiu a reestruturação da rede socioassistencial para atendimento à população idosa do município.

A pesquisa, produzida pela Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da DPE-BA, teve como objetivos: comprovar a relevân-

cia do instrumento, especialmente para defendê-lo no contexto de questionamentos que o cercam; demonstrar que a prerrogativa de requisição é um meio de cumprimento da missão institucional das Defensorias; identificar as matérias funcionais em que a prerrogativa é comumente invocada e o tipo de desfecho dado às demandas.

#### GRUPO DO JÚRI

### Defensoria Pública criou Grupo de Atuação Especial do Júri

Criado em 2016, com o objetivo de aprimorar a atuação dos(as) defensores(as) público(s) no Plenário do Tribunal do Júri, o Grupo Especializado para Defesa no Tribunal do Júri, teve sua estrutura fortalecida através da Resolução nº 11/2019, que traçou política para a sua operacionalização. Composto por equipes de até 12 defensores(as) públicos(as), por meio de substituição cumulativa, visa também possibilitar o intercâmbio de experiências entre membros da capital, do interior e da região metropolitana.

A instituição do grupo permite o aperfeiçoamento de práticas para atuação da Defensoria Pública quando for intimada para as Sessões Plenárias do Júri. As atividades do grupo estão vinculadas ao Gabinete do Defensor-Geral e submetidas à Coordenação da Especialização Criminal e de Execução Penal. **Até o fim de janeiro de 2023, foram realizados 37 júris, totalizando uma economia de R\$ 1.258.000,00 aos cofres públicos estaduais.**



gênero na Defensoria, tanto entre seus membros quanto com o público externo. Por meio de questionário enviado eletronicamente, as questões tratavam de igualdade de gênero e machismo na instituição, com várias opções de resposta.

Os questionários submetidos aos integrantes da instituição buscaram captar como tem ocorrido a dinâmica das relações de gênero, trazendo aspectos como compreensões acerca do machismo, maternidade, divisão do trabalho doméstico, relações profissionais, ocupação de cargos de poder, interações entre os integrantes da instituição entre si e entre integrantes de outros órgãos do Sistema de Justiça, dentre outros assuntos.

A segunda etapa do Censo contou com as respostas de 962 pessoas, entre defensoras e defensores, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários. A subdefensora-geral, Firmiane Venâncio, destacou que o documento ultrapassa o caráter informativo e busca propor uma política de equidade de gênero. Ela afirmou que **o Censo foi o primeiro passo para educar a equipe da Defensoria a respeito da existência de violências muitas vezes invisibilizadas ou naturalizadas na sociedade**. Violências essas que costumam ser reproduzidas no ambiente de trabalho.

“O Censo nos permite aprimorar a nossa estrutura, diminuir as distâncias existentes entre os membros, além de pensar e propor políticas de equidade de gênero na Defensoria”, explicou Firmiane Venâncio. A iniciativa foi o embrião da política de equidade de gênero, que a Defensoria instituiu em março de 2022, mês da mulher.

**EM PAUTA** Lançamento da II Etapa do Censo da Defensoria Pública da Bahia: as relações de gênero na Instituição

**9 JUL 2021 10h** | Canal YouTube, Facebook e Twitter (Periscope) DefensoriaBahia

**Firmiane Venâncio**  
Defensora pública geral em exercício

**Livia Almeida**  
Coordenadora da Especializada de Direitos Humanos da DPE/BA

**Fernanda Nunes**  
Assessora do Gabinete da DPE/BA e organizadora da II etapa do Censo

Apresentação:  
Jornalista Tunisia Cores - Ascom DPE/BA

Defensoria Pública BAHIA

A 2ª etapa do Censo foi apresentada em live nas redes sociais da Defensoria

As revelações do Censo descortinaram uma séria questão – o machismo estrutural – em diversas nuances e contornos:

- 25,7% dos integrantes da DPE-BA afirmaram ter sido vítimas de machismo na instituição. Desse total, 95% são mulheres, dentre as quais 40% são defensoras públicas.
- 174 pessoas (94% mulheres) declararam ter sido vítimas de comentários ofensivos em razão do gênero. Paradoxalmente, 87,2% dos integrantes afirmaram que não se consideram machistas.
- Os autores do machismo foram defensores públicos (52%), seguidos de usuários do sistema (48%).
- 8% confessaram rir de piadas machistas, sendo 72,6% das respostas positivas dadas por homens.
- 88,6% dos(as) entrevistados(as) afirmaram que o machismo é decorrente dos papéis masculinos e femininos atribuídos pela sociedade e manifestados ainda que não haja intenção.
- A maioria das pessoas (92,2%) considerou importante a participação de mulheres em cargos eletivos e de direção, e 42% acreditam que há igual proporção na distribuição de poder entre os gêneros feminino e masculino.
- 48,6% das mulheres já se sentiram desconfortáveis em algum ambiente.
- 39% das mulheres revelaram que já tiveram sua credibilidade e competência questionadas.
- 13,7% das mulheres já se sentiram ameaçadas no exercício da profissão, enquanto 9,7% dos homens afirmaram já ter tido a mesma sensação.
- 91,89% das mulheres acreditam que a sua vida pessoal é mais afetada pelo trabalho.
- 16,5% das mulheres disseram já ter sido vítimas de cantadas insistentes ou comentários de cunho sexual, e 24,8% responderam que já foram vítimas de assédio moral.
- 36,8% das mulheres afirmaram ter sido interrompidas por homens ao tentar concluir uma fala no ambiente de trabalho, sendo a maioria dessas, defensoras públicas (41,7%).



The infographic features a background with a color gradient from yellow to green to blue. It displays several white icons representing different family structures: a nuclear family (two adults and a child in a stroller), a single parent with a child, two adults, and two children. In the center-right, there is a white box containing the logo of the Defensoria Pública BAHIA, which consists of a stylized green 'DP' and the text 'Defensoria Pública BAHIA'.



Foram formuladas 40 questões objetivas que **indagaram desde como a pessoa se identifica em relação ao gênero e à sexualidade quanto se já presenciou e/ou sofreu situações LGBTfóbicas no ambiente do trabalho**. A pesquisa foi estratificada nas seguintes categorias: defensores(as) públicos(as); servidores(as) e estagiários(as) e teve ao todo 591 pessoas pesquisadas.

## Defensores e defensoras:

- Sobre identidade de gênero, dos 153 respondentes, 93 se declararam mulheres cis, 57 homens cis, 2 não informaram e apenas uma pessoa se declarou não binária.
- Quanto à orientação sexual, 89,5% se declararam heterossexuais, 10,5% declararam ser integrantes da comunidade LGBTQ+, distribuídos entre bissexuais, gays, lésbicas e pansexuais.
- Quanto ao estado civil, 72 pessoas afirmaram ser casadas, 48 se declararam solteiras, 25 afirmaram viver em união estável, 7 se declararam divorciadas e uma afirmou ser viúva.
- Quando questionadas se há representatividade de pessoas LGBTQ+ na DPE-BA, 79,1% afirmaram que sim e 20,9% afirmaram que não.

## Servidores e servidoras:

- Das 306 pessoas pesquisadas, 178 se identificaram como mulheres cis, 93 como homens cis, 2 como não binárias, 2 como mulheres trans e uma como travesti.

- Sobre a orientação sexual, 83% se afirmaram heterossexuais, 6,9% bissexuais, 2,3% lésbicas, 1% assexual, 0,3% se declarou pansexual e 0,3% heterossexual não normativo.
- Dentre os participantes que se identificaram como LGBTQ+, 25,9% afirmaram que já tiveram sua credibilidade ou competência questionadas em virtude da orientação sexual, 14,4% afirmaram já ter se sentido ameaçados(as) e 9,2% declararam ter sofrido abuso de autoridade.

#### Estagiárias e estagiários:

- Quanto à orientação sexual, 76,5% do total se identificaram como heterossexuais, 12,1% como bissexuais, 4,5% gays, 4,5% lésbicas, 0,8% pansexual e 1,5% não informou.
- Dentre os respondentes que se identificaram como LGBTQ+, 28,6% percebem maiores dificuldades no exercício da profissão em comparação aos colegas cis/heterossexuais.
- Entre os estagiários e estagiárias LGBTQ+, 10% afirmaram que já tiveram suas opiniões ou pontos de vista minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho em função de sua orientação sexual.

A quarta etapa do Censo, também realizada em 2022, com o objetivo de mapear a percepção do público interno sobre **questões de deficiência e necessidades especiais na instituição, foi lançada no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro.**

O formulário de pesquisa aplicado trazia questões sobre a percepção acerca da representatividade na DPE-BA, se a pessoa solicitou reserva de vagas em concursos e processos seletivos, e se já passou por situações constrangedoras no ambiente de trabalho. Outro ponto questionado foi se, **em razão da deficiência, essas pessoas já vivenciaram reações negativas por parte de assistidos e integrantes do Sistema de Justiça.**

A defensora pública e assessora especial do Gabinete do Defensor Público Geral, Fernanda Moraes, que ingressou na carreira por meio de reserva de vagas para pessoas com deficiência, participou da elaboração do questionário e apresentou o seu ponto de vista sobre a importância de investigar a fundo este tema na instituição: "Além da visibilidade que é dada às necessidades das pessoas com deficiência que integram a instituição, a obtenção desses dados viabiliza a ade-

quação da nossa política interna de acessibilidade para a realização das melhorias estruturais."

Os resultados da quarta etapa do Censo estão em apuração e a previsão de divulgação é no primeiro trimestre de 2023.

## Relatório sobre o perfil de jovens e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas

Lançado em novembro de 2021, o relatório sobre o perfil de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em quatro Casas de Atendimento Socioeducativo (Cases) do estado trouxe dados sobre temas como cor, escolaridade, ausência paterna e distância da família dos jovens internos.

A pesquisa realizada nas Cases CIA (Salvador), Juiz Melo Matos e Zilda Arns (Feira de Santana), além da Case Irmã Dulce (Camaçari) mostrou dados sobre a situação dos jovens que estão nesses quatro espaços, complementando o trabalho realizado em 2020, quando a Defensoria lançou o primeiro relatório sobre o tema, naquela edição com dados dos adolescentes residentes nas Cases Salvador masculina e feminina. Com essa publicação, a DPE-BA cobriu todas as Casas de Atendimento Socioeducativo existentes na Bahia.

O objetivo da coleta de dados e da composição do relatório foi para a melhoria do direcionamento da atuação defensorial. **Do total de 172 jovens e adolescentes em cumprimento de medida nos Cases, 92% estão sendo assistidos pela Defensoria** em seus processos de execução. Quanto ao perfil dos delitos, 53,49% dos adolescentes estão internados pelo cometimento de atos infracionais análogos ao roubo, tendo sido cometidos isoladamente ou em concurso com outros delitos.

O retrato desses jovens e adolescentes revela que a prevalência é de meninos, negros, pobres, periféricos, sem acesso a direitos sociais básicos, como saúde e educação, e sem apoio familiar do seu genitor, com quem eles não mantêm contato na esmagadora maioria dos casos. Destacam-se, ainda, o tratamento mais gravoso dado a eles em relação aos coautores adultos dos atos infracionais, a baixa escolaridade e a influência da ausência paterna, que acaba levando esses adolescentes a migrarem para a transgressão e delinquência juvenil. Em função de todo esse contexto, durante a coletiva de imprensa para lançamento do relatório, a defensora pública Fernanda Moraes, da Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas, que produziu o material, salientou: "A realidade destes jovens demonstra a necessidade de que continuemos batalhando pela melhoria das condições sociais oferecidas a estes."

# Relatório de Autos de Prisão em Flagrante



Os relatórios foram apresentados em coletivas de imprensa em 2021 (virtual) e 2022

A suspensão das audiências de custódia na pandemia provocou uma subnotificação de 84% nos relatos de tortura e maus-tratos durante as prisões em flagrante em Salvador. Este é um dos dados apresentados no Relatório Autos de Prisão em Flagrante na Comarca de Salvador, lançado de forma virtual em dezembro de 2021.

Trata-se de mais um material produzido pela Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da Defensoria, criada em 2019 com o objetivo de que a atuação das defensoras e dos defensores públicos seja pautada a partir de dados científicos. O perfil médio das pessoas presas em flagrante em Salvador é: **homem (95%), negro (98%), jovem (68,8% têm entre 18 e 29 anos), ensino fundamental incompleto (34,3%) e com renda mensal abaixo de dois salários mínimos (83,9%).**

Um dado positivo do relatório foi a diminuição do número de pessoas que voltaram a ser presas em flagrante no ano de 2021, o menor em comparação aos três anos anteriores. Entre janeiro e dezembro de 2021, a DPE-BA analisou 3.647 autos de prisão em flagrante e verificou que em **apenas 4,6% dos casos as pessoas voltaram a ser detidas no mesmo ano**. A taxa de retorno, como é chamada a ocorrência de nova prisão em flagrante no mesmo ano, é menor que a registrada em 2020, quando o percentual esteve em 6,1%; e que em 2019, ano em que foi registrada uma taxa de 7,2%.

O coordenador da Especializada Criminal e de Execução Penal da DPE-BA, o defensor público Pedro Casali Bahia, que apresentou os dados do relatório, destacou: “É preciso entender a origem desses dados, quais são as causas e entender as consequências. Os dados apresentados pelo relatório da Defensoria são um poderoso instrumento para a sociedade e ao mesmo tempo revelam a realidade racista do sistema prisional.”

## Mapa das Ações Afirmativas

Um dos frutos do 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas, o **Mapa das Ações Afirmativas e implantação nas Defensorias Públicas do Brasil: perfil de cotas e de banca de heteroidentificação racial** tem a marca da Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas.

O levantamento aponta que, das 27 unidades federativas que dispõem de Defensoria Pública, 24 (88,9%) aplicam a reserva de vagas para a população negra em concursos públicos das instituições e em quatro unidades da federação (16,7%) há cotas específicas para quilombolas. Em 13 estados, tal reserva de vagas é prevista em seleções para o quadro de defensores(as) públicos(as), servidores(as) e estagiários(as). O percentual de vagas reservadas varia entre 5% e 10%.

Com relação aos povos indígenas, ainda há muito a avançar. Das 17 Defensorias que têm cotas para indígenas (63%), em dez estados, a reserva de vagas ocorre para a seleção de defensores(as) públicos(as), servidores(as) e estagiários(as). Importante destacar que as Defensorias Públicas de nove estados informaram que povos indígenas concorrem às mesmas vagas que a população negra.

## Documento 13 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no estado da Bahia



O documento foi entregue ao secretário de Segurança Pública e ao governador

A Bahia foi o estado da região Nordeste onde houve mais mortes por ações policiais em 2020, segundo pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança. O aumento da letalidade policial não está



associado à diminuição de crimes. Estudos apontam que inexistem qualquer correlação entre o maior número de mortes oriundas de intervenção das forças de segurança pública e o menor cometimento de delitos.

Sensível a esse cenário, a Defensoria Pública do Estado da Bahia entregou em mãos ao secretário de Segurança Pública da Bahia, à época, Ricardo Mandarino e também encaminhou ao governador Rui Costa o documento 13 medidas para a redução das intervenções policiais com resultado morte no estado da Bahia.

**O documento foi fruto da escuta da Defensoria à sociedade civil, estudiosos do tema e vítimas da letalidade policial.** São medidas que podem evitar mortes e passar confiança para a comunidade. Dentro das 13 medidas propostas, algumas envolvem a Secretaria de Segurança Pública, outras envolvem outros órgãos, outras são compromissos da Defensoria. Para conhecer o documento na íntegra, acesse o site da DPE-BA.

## CONDEGE

### DPE-BA integra o Condege

Em parte do biênio, a diretoria do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos Gerais – Condege contou com a DPE-BA na gestão. O defensor-geral da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes, foi escolhido para o cargo de secretário-geral, onde pôde contribuir para as pautas institucionais de fortalecimento da Defensoria em âmbito nacional.

## NOVO ESTATUTO

Datado do ano de 2013, o estatuto do até então Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) passou por atualização em 2021. Uma das mudanças mais representativas está na nomenclatura da entidade, que deixou de ser Colégio e passou a ser Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais.

Como Conselho Nacional, o Condege ampliou ainda mais suas possibilidades, se tornando mais abrangente, fortalecendo-se na defesa dos interesses das Defensorias Públicas e nas boas práticas em gestão para essas instituições.

Uma das mudanças no estatuto foi possibilitar que os encontros do Condege aconteçam no formato virtual e/ou híbrido (presencial e online, simultaneamente), modelo adotado como medida preventiva à covid-19 e que demonstrou ser viável e de bons resultados. Para o secretário-geral do Conselho Nacional, Rafson Ximenes, este foi o início de uma nova fase, “mais poderosa, efetiva e eficiente do Con-

dege, que é uma instituição estratégica para o futuro da Defensoria Pública no Brasil”.

## REUNIÃO DO CONDEGE

A Bahia sediou, em fevereiro de 2022, uma reunião do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (Condege), na Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia, onde foi realizado o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas. Na ocasião, o defensor-geral, Rafson Ximenes, anfitrião do encontro, destacou que era motivo de orgulho sediar o encontro – que foi uma solicitação do Conselho para que acontecesse no estado, em demonstração de respeito à Defensoria baiana.

Entre as pautas da reunião estiveram: a assinatura do termo de cooperação entre o Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (GAETS) e as Defensorias Públicas; a criação da Comissão do Condege de Defensoras e Defensores Públicos com Atuação nos Tribunais de Justiça; além de discussões sobre os assuntos legislativos e judiciais envolvendo a Defensoria Pública no Brasil, como os casos do julgamento da ADI 6852, que pedia a inconstitucionalidade da prerrogativa de requisição, e da elaboração de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criar o Conselho Nacional da Defensoria Pública.

## TERMO DE COOPERAÇÃO

Através do Condege, as Defensorias Públicas do Brasil garantiram a atuação junto aos Tribunais Superiores do país. O compromisso foi firmado por meio da assinatura de termo de cooperação com o Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (GAETS), durante a reunião ocorrida na Bahia.

Membro do GAETS, o defensor público Rafael Munerati (DPE-SP) ressaltou que a assinatura do termo **garante a institucionalização do grupo e a legitimidade para atuar nos Tribunais Superiores como órgão do Condege**. Munerati também apontou a necessidade de que todas as Defensorias do país tenham membros com atuação na segunda instância.

Com a assinatura do termo de cooperação, o GAETS passa a executar a atuação estratégica conjunta das Defensorias Públicas perante o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. O grupo poderá intervir na qualidade de *amicus curiae* (amigo da corte), na indicação de temas para formação de precedentes qualificados e na participação em audiências públicas, em temas ou processos que tenham repercussão nacional, relevância social e interesses relativos à proteção dos direitos dos usuários das Defensorias.

GAETS

## Reconhecido pelo GAETS, Núcleo Pop Rua da DPE-BA levou sua experiência ao STF



Um dia marcado para ficar na história: a realidade das pessoas em situação de rua de todo o Brasil foi contada em pleno Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, por quem vive ou viveu isso na pele e também por instituições como a Defensoria. A DPE-BA **teve sua experiência na atuação pela garantia de direitos desta população reconhecida** pelo Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS) e foi escolhida para representar o grupo, durante uma audiência pública convocada pelo ministro Alexandre de Moraes que atraiu mais de 80 interessados.

A audiência pública levantou uma série de medidas que vão ajudar a embasar o que está contido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 976), que tramita no STF e requer que a Corte reconheça o estado de coisas inconstitucional da população em situação de rua. Com 11 anos de experiência no Núcleo Pop Rua da DPE-BA e promovida em 2022, por merecimento, à Instância Superior da instituição, a defensora Fabiana Miranda foi quem falou, em nome do GAETS, e lembrou que, desde 2009, existe uma Política Nacional para a População em Situação de Rua, determinada através do Decreto Federal nº 7.053, e que, até então, só foi adotada por 5 estados e 17 municípios do país.

O GAETS participa como *amicus curiae* (amigo da corte), na ação, onde foram listadas 29 ações concretas para garantir os direitos da população em situação de rua no Brasil. Após a audiência, o ministro Alexandre de Moraes se reuniu com gestores públicos, como governadores e prefeitos, **para conversar sobre as sugestões apontadas na audiência pública e construir um cronograma de ações sobre o tema.**

### OUTRAS ATUAÇÕES DO GAETS COMO *AMICUS CURIAE* (AMIGO DA CORTE):

- Requerimento junto ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) protocolado pela DPE-BA para participar do julgamento sobre o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) como condição para definição de partilha de herança.
- Participação na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Governo da Bahia para viabilizar a compra de vacinas validadas por órgãos regulatórios no exterior, a fim de agilizar a vacinação contra a covid-19.
- Requisição para ingresso em ação que trata da redução de carga horária para servidores(as) públicos(as) que tenham filhos ou dependentes com deficiência.
- Requisição para ingresso em ação de inconstitucionalidade contra decretos presidenciais que flexibilizavam o acesso a armas e munições.

### GRUPOS DE TRABALHO

## O Grupo de Trabalho pela Igualdade Étnica



Grupo de Igualdade Étnica visitou comunidades indígenas no sul do estado junto com a DPU e a Ouvidoria da DPE-BA

O Grupo de Trabalho pela Igualdade Étnica da DPE-BA começou as atividades a todo vapor, em outubro de 2022, fortalecendo a atuação institucional em defesa dos povos indígenas e ciganos. A estrutura, que tem entre suas funções defender os direitos desse segmento, visitou comunidades e iniciou uma série de articulações interinstitucionais para proteção e garantia de direitos dos povos indígenas do Extremo Sul do estado. **Questões como violações decorrentes**

**de conflitos pelo território, educação e saúde indígena foram discutidas com o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU).**

A reunião com o MPF e a DPU foi o desdobramento da atuação interinstitucional que já estava sendo realizada com comunidades indígenas da região e teve início com a I Caravana Intercultural Indígena. “Estamos buscando construir pontes com outras instituições que também têm como função institucional a defesa dos povos indígenas. Além do acompanhamento processual, têm sido realizadas visitas técnicas, reuniões e encaminhamentos para solução das demandas identificadas”, explicou a primeira defensora pública indígena, Aléssia Bertuleza Tuxá, que coordena o GT pela Igualdade Étnica.

A coordenadora disse também que o início das atividades do GT se deu na região, pois são constantes os conflitos por territórios e que, embora a demarcação territorial indígena seja uma questão de competência federal, nesse processo de violação recorrente são geradas outras demandas que podem ser atendidas pela Defensoria da Bahia ou que podem ser encaminhadas para órgãos parceiros e resolvidas, até mesmo, pela via extrajudicial.

A Bahia possui a segunda maior população cigana do país – representada pelas etnias Calon, Rom e Sinti – com 53 acampamentos ciganos presentes sobretudo nas regiões Metropolitana de Salvador, Chapada Diamantina, Oeste, Sul e Extremo Sul, de acordo com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Segundo a Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAÍ, há no estado da Bahia cerca de 30 povos indígenas, os quais vivem em cerca de 70 territórios e 40

municípios. No Sistema de Informação de Saúde Indígena, há quase 27 mil indígenas em 104 aldeias – com grupos étnicos predominantes, a exemplo do Pankararé, Pataxó, Tuxá, Tupinambá, Xucuru-Kariri, entre outros.

## **Grupo de Trabalho sobre Direito à Cidade Antirracista e Equidade de Gênero**

A fim de propor cidades inclusivas e despidas de racismos e preconceitos diversos, a Ouvidoria Cidadã da DPE-BA lançou o Grupo de Trabalho (GT) Direito à Cidade Antirracista e com Equidade de Gênero, na Casa do Olodum, em Salvador. O GT foi instituído pela DPE-BA, por meio da Portaria nº 548/2021, publicada no Diário Oficial Eletrônico da instituição. É um grupo intersetorial e multidisciplinar, que inclui representantes das Defensorias Públicas do Estado e da União, dos poderes públicos, universidades, entre outros.

A estrutura é formada pela ouvidora-geral, servidores(as), defensores(as) com atuação em direito fundiário, no combate ao racismo e em meio ambiente. Há também representantes de movimentos comunitários e de moradia, dos movimentos antirracista, feminista, LGBT+, ambientalistas, universidades e grupos de pesquisa temáticos. Também integram o Grupo de Trabalho: a OAB, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), UFBA, UFRB, Uneb, Uefs, Universidade Católica e representantes do movimento da Acessibilidade, do Movimento de População de Rua e da Federação Cata-Bahia.









# 11

## MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA



# Novo SEI DPE-BA

Autonomia e renovação



Uso obrigatório para defensores(as), servidores(as), terceirizados(as) e fornecedores(as)

## Defensoria reforçou autonomia ao implementar sistema próprio de gestão de informações

No biênio 2021-2023, a Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA) passou a contar com mais um instrumento de fortalecimento de sua autonomia institucional: o seu próprio Sistema Eletrônico de Informações (SEI DPE-BA). Lançado em abril de 2022, o sistema passou a concentrar todos os processos administrativos da instituição. A implementação do SEI DPE-BA permitiu que a administração da Defensoria se desvinculasse do Poder Executivo, uma vez que para grande parte dos serviços prestados precisava do parecer da Procuradoria do Estado.

Somando-se a outros feitos realizados na área de tecnologia e proteção de dados, como a garantia de domínio próprio nos sistemas de internet, autonomia para geração de folha de pagamento e publicação do seu próprio Diário Oficial, o sistema trouxe agilidade aos trâmites processuais e mais transparência ao acesso à informação, além de beneficiar o meio ambiente através da redução do uso de papel. **Para um eficiente funcionamento do SEI, a ferramenta foi aprimorada com um layout renovado e novas funcionalidades, que garantiram uma facilidade maior na produção e gestão de documentos administrativos.** A nova versão trouxe novos recursos para oferecer melhor experiência para os(as) usuários(as) e ampliação da segurança.

Nos fluxos de implementação, foi necessário estabelecer junto à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) e à Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb) um crono-

grama de migração entre os sistemas SEI Bahia e SEI DPE-BA, assim como realizar a aquisição de um novo equipamento de armazenamento (storage) para que a base de dados do sistema antigo pudesse ser hospedada pela nova versão 4.0, mais moderna e funcional, instalada na Defensoria Pública, gerando mais segurança e otimização do desempenho, garantindo à DPE-BA autonomia para customizar o sistema de acordo com as suas necessidades e compartilhar processos entre instituições.

## Primeira etapa da integração com o PJe concluída



Uma das metas do Plano de Gestão do biênio 2021-2023 da DPE-BA foi concluída com êxito: trata-se da primeira etapa da integração entre o Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (Sigad) e o Processo Judicial Eletrônico (PJe), utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Tal integração permitiu que os(as) defensores(as)



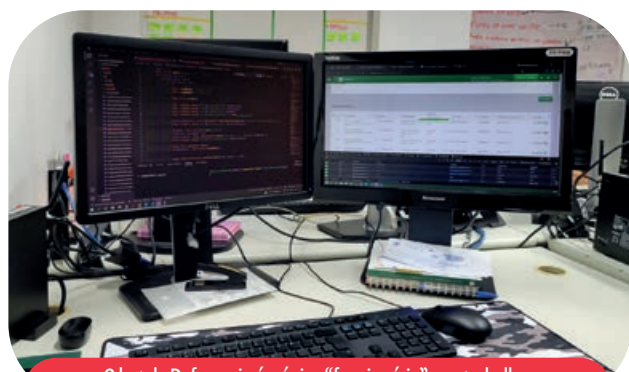
públicos(as) que atuam no 1º Grau possam consultar processos e protocolar petições iniciais a partir do sistema da Defensoria, além de melhorar o ambiente de trabalho e facilitar o atendimento aos membros da instituição.

Como forma de otimizar o trabalho dos(as) defensores(as), no próprio sistema da DPE-BA, foram desenvolvidos inicialmente dois módulos: Consulta Processual e Peticionamento Inicial, pela Coordenação de Modernização e Informática (CMO), através da equipe de Desenvolvimento e Análise de Dados acompanhada pelo Núcleo de Integração.

Ao concluir mais uma proposta prevista em sua gestão, o defensor público geral, Rafson Ximenes, destacou que tal junção representou um avanço para a instituição e contribuiu para que o sistema ficasse cada vez mais completo e abrangente. Além da construção dos módulos, a Defensoria inovou ao construir também uma plataforma de assinatura, permitindo que diversos documentos pudessem ser assinados de forma digital.

Dentre as vantagens descritas em um dos módulos, podemos citar: a utilização dos dados previamente cadastrados no Sigad e a possibilidade de gravar a petição e deixá-la vinculada ao cadastro do(a) assistido(a), podendo anexá-la ao Relatório de Atividades Defensoriais enviado à Corregedoria.

## Defensoria da Bahia automatizou tarefas cotidianas através da criação de um robô



O bot da Defensoria é o único “funcionário” que trabalha 24 horas por dia, durante 7 dias por semana

A Defensoria da Bahia contou com um importante reforço na busca por soluções para otimizar o trabalho dos(as) defensores(as): é o bot, um robô que realiza, de forma totalmente automatizada, a distribuição processual das intimações referentes às ações ajuizadas pela instituição. A novidade abrangeu primeiramente o 1º Grau, distribuiu os processos em trâmite e está em funcionamento inicialmente apenas na capital baiana.

O bot foi criado para substituir tarefas repetitivas, que podem ser automatizadas, como, por exemplo: entrar no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), digitar usuário e senha, navegar pelas áreas necessárias, identificar e distribuir intimações destinadas à Defensoria etc. Para o seu funcionamento, basta configurá-lo, que ele fará tudo sozinho, sendo necessária apenas a supervisão de que o trabalho está sendo executado da forma correta.

## Uso de inteligência artificial aprimorado para facilitar o acesso aos serviços da instituição



Menu inicial da nova ferramenta de agendamento

Buscando a melhoria e a diminuição do tempo de espera daqueles que buscam seus serviços, a DPE-BA modernizou a já existente inteligência artificial implantada na Ferramenta de Agendamento Online, a fim de torná-la mais eficiente. Para a remodelagem da ferramenta, a Coordenação de Modernização e Informática (CMO) modificou interfaces do software, como cor, texto, perfil, notícias, menu, de modo que o usuário conseguisse navegar com mais facilidade na busca por informações importantes, como marcação de agendamento, atualização de senha, realização de cadastro e, principalmente, tivesse autonomia para identificar para qual área jurídica deveria solicitar atendimento.

Por meio do auxílio da nova inteligência artificial, ao descrever por escrito qual o atendimento do seu interesse, o usuário consegue identificar de imediato para qual área específica da Defensoria deve encaminhar sua demanda. De janeiro a agosto de 2022, o software de agendamento recebeu em média 29.098 solicitações. Desse total, 3.055 usuários(as), ao acessar a ferramenta, escolheram a opção de direcionamento do atendimento, a segunda funcionalidade mais acessada do sistema.

Antes de ser disponibilizada, a nova versão do programa passou por uma série de testes para verificar a confiabilidade das análises

e a classificação dos relatórios, sendo acompanhada pela equipe de Desenvolvimento e Análise de Dados. Outro ganho foi a classificação automática por área específica, que otimizou o trabalho do servidor, que antes teria que analisar e encaminhar o atendimento para a área responsável. Também foi implementada uma árvore de decisões que discrimina, de forma detalhada, todas as demandas de atendimento registradas.

## Outsourcing



Em agosto de 2022, a DPE-BA implantou o outsourcing de impressão, que consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução continuada de impressão, o que trouxe economia, segurança e sustentabilidade para a Defensoria Pública. Tal adoção reduziu os gastos da instituição, pois, **em vez de comprados, os equipamentos agora são locados, e a atualização e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva passam a ser assumidas pelo prestador de serviços contratado.**

Além disso, os serviços de gestão, controle e suporte, e o fornecimento de peças e consumíveis necessários – exceto papel – também são responsabilidade do fornecedor. A CMO fiscaliza o contrato e monitora a prestação de serviço. Por meio do software de gerenciamento, é possível ter maior controle das impressões e segurança dos arquivos. Quanto à sustentabilidade, o outsourcing de impressão surgiu como uma solução inteligente, na medida em que gerencia as impressões e insumos, como cartuchos e toners, de forma consciente e equilibrada.

A medida está sendo implantada na Defensoria de forma gradativa. Inicialmente, foi instalada nas unidades de Alagoinhas, Candeias, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Salvador, Santo Antônio de

Jesus e Vitória da Conquista. **No entanto, até janeiro de 2023, o outsourcing já havia sido instalado em 90% das unidades da instituição no interior.**

## ATIVE

## Defensoria lança campanha para alertar sobre o uso consciente dos recursos de Tecnologia da Informação



A DPE-BA lançou uma campanha, denominada "aTlive", para conscientizar defensores(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) que prestam serviço à instituição sobre o uso correto e cuidadoso dos recursos de Tecnologia da Informação (TI). Esses recursos abrangem microcomputadores e seus respectivos acessórios, como teclado, mouse, webcam, token; scanners; impressoras; projetores de imagem; sistemas computacionais e institucionais; serviços de infraestrutura e ativos de rede; e dados armazenados em equipamentos, dispositivos e periféricos.

Durante a campanha, **foram adotadas medidas a fim de padronizar e criar uma etiqueta comportamental para o uso adequado dos recursos de TI.** Dentre elas, podemos destacar: transporte adequado e comunicação de danos dos equipamentos; solicitação de manutenção corretiva; alerta para a conexão indevida de equipamentos que possam prejudicar a rede elétrica; movimentação de equipamentos somente sob a orientação da CMO e desligamento correto dos equipamentos visando a segurança dos servidores.

Também ficou estipulado que o próprio usuário deve realizar o backup regular dos arquivos salvos e, caso precise acessar outros programas, é necessária a autorização prévia da CMO. Como o uso de softwares não licenciados compromete o funcionamento dos equipamentos e coloca em risco a segurança dos dados, foi vedada a utilização de microcomputadores particulares na rede da Defensoria, exceto em caso de comprovada necessidade.

O acesso às redes externas deverá ser realizado por meios configurados pela CMO, sendo **proibida qualquer forma de conexão alternativa, assim como bate-papos em chat, jogos e acesso a conteúdos fora do contexto de trabalho**. No entanto, fica permitido o acesso a bancos ou a outros sites que possam ser úteis ao desenvolvimento das atividades funcionais. A CMO desenvolveu sistemas eficientes como o Sigad, Sipa, Sicad e Siped, e segue à disposição para desenvolver novas campanhas e regras que proporcionem a potencialização do trabalho realizado pela instituição.

## Em adequação à LGPD, Defensoria criou plano de contenção para vazamento de dados pessoais

A Defensoria da Bahia deu mais um passo rumo à modernização, ao adotar medidas que fortaleceram a atuação institucional para aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A fim de evitar vazamento de dados pessoais de seus(suas) usuários(as) e das equipes, elaborou um Plano de Resposta a Incidentes e Gestão de Risco, que criou protocolos de reação em casos de vazamento dos bancos de dados pessoais da instituição e de operadores contratados (sistemas, equipamentos, instalações e informações).

**Para o êxito dessa política, foi formulado um fluxo de enfrentamento às situações de vazamento de dados.** Para a sua implementação e adoção, foi criada uma comissão para analisar as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e também um formulário de mapeamento de dados, que foi aplicado às áreas que lidam com informações pessoais, o que permitiu a definição dos ciclos de cada processo. Foram definidas estratégias de adequação da DPE-BA à Lei de Proteção de Dados, começando por três setores: Coordenação de Contratos e Convênios, Coordenação de Administração de Pessoal e Corregedoria-Geral.

Após a ampliação dessa política e com o intuito de envolver diversas unidades de atuação, a Defensoria baiana instituiu, através da Portaria nº 811/2021, a sua Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que reforçou a responsabilidade da instituição em proteger os dados pessoais armazenados em seus sistemas.

Entre os protocolos estabelecidos pela comissão em relação à LGPD, estão: comunicação imediata à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao setor de Modernização e Informática da Defensoria; análise e coleta de evidências através de e-mails, capturas de tela, registros da estação de trabalho, equipamentos de rede e servidores; classificação de baixo, médio ou alto risco do incidente; backup completo do banco digital de dados caso haja necessidade.

Entre os cinco principais objetivos do plano, podemos citar: incentivo e adoção de processos que garantam proteção aos usuários; implantação de mecanismos que corrijam possíveis falhas no tratamento dos dados; estabelecimento de relação de confiança com os titulares dos dados coletados; garantia dos direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade; monitoramento e melhoria contínua dos processos e controle de gestão destes dados.

Anota aí uma dica do Plano de Resposta a Incidentes e Gestão de Risco: é importante bloquear a tela do computador utilizando as teclas Ctrl+Alt+Del toda vez que se ausentar da estação de trabalho. Como a senha é pessoal e intransferível, ninguém terá acesso aos arquivos e sistemas.



### HOTSITE: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para orientar os assistidos da DPE-BA sobre a Lei Geral de Proteção de Dados foi criado o hotsite: <https://www.defensoria.ba.def.br/protecao-de-dados/> por meio do qual o usuário tem acesso às informações importantes referentes à Política de Contenção para Vazamentos de Dados realizada pela DPE-BA, tais como: cartilha de proteção de dados, encarregados, requerimento, legislação, políticas institucionais e materiais de comunicação.





.....

# 12

**COMUNICAÇÃO**

.....

No biênio 2021-2023, a Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado da Bahia (Ascom DPE-BA) produziu 858 matérias/notícias/reportagens, divulgadas no site da Defensoria. A clipagem de matérias no período (levantamento das menções da instituição na mídia) indicou que a DPE-BA foi destaque em 2.142 matérias publicadas na internet, em diversos sites no estado inteiro.

**O crescimento de notícias referenciando a DPE-BA na mídia, comparando os anos de 2022 e 2021, foi de 53%, quando saltou de 846 para 1.296 aparições.** Em relação à comunicação interna, foram publicadas 82 edições do DPE Informa – informativo interno da instituição, que relata as atividades de destaque realizadas semanalmente pela gestão e por defensores(as) na capital e no interior.

Conheça alguns projetos e destaques da área de comunicação da Defensoria no biênio.

## Levante 129: o podcast da Defensoria

O podcast Levante 129 foi lançado em 2021, em maio – mês da Defensoria –, com a proposta de ser um lugar democrático, onde vozes de defensores(as), servidores(as), assistidos(as) da Defensoria e movimentos sociais se encontram para debater e lutar contra a exclusão social. A ideia foi fomentada pelo defensor-geral, Rafson Ximenes, para trazer um ponto de vista que só a Defensoria tem, uma vez que lida diretamente com a população em vulnerabilidade e conhece de perto os reais problemas.

Um ano e meio depois do lançamento, até dezembro de 2022, o podcast já agregava mais de 5 mil ouvintes (Spotify), e havia

**publicado 17 episódios, com muitas histórias marcantes, narrativa aguçada e trilha sonora emocionante ao longo dos seus mais de 820 minutos de conteúdo jornalístico, social e jurídico.** O diferencial foi trazer com profundidade – e um toque narrativo de entretenimento – temas polêmicos, que, antes permeados pelo senso comum, foram desmistificados de maneira crítica e baseada não só em dados, mas nas experiências vivenciadas por defensores(as) e assistidos(as).

O primeiro episódio do Levante 129 mostrou como o feminicídio se associa ao machismo estrutural. Foram tratados casos famosos de crimes associados à legítima defesa da honra, como o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, em 1976; o assassinato de Júlia Fetal, na Bahia, em 1847; mas também casos recentes de desqualificação da mulher, como o de Mariana Ferrer, que movimentou a mídia em 2020. O episódio de abertura trouxe uma interessante discussão sobre a plenitude de defesa e a decisão do STF que proibiu o uso do argumento de legítima defesa da honra nos júris. Foi um dos mais populares, com cerca de 1.250 ouvintes somente no Spotify.

“A Defensoria Pública tem muita história pra contar, sob uma ótica que nunca é contada. Pedi aos nossos jornalistas que usassem toda a sua sensibilidade para mostrar o que o povo brasileiro vive. Sem ‘excelências’ e ‘data vênias’. Saiu melhor do que imaginei”, avaliou o DPG, Rafson Ximenes. **O Levante 129 está disponível nas plataformas Deezer e Spotify** e lá você pode saber mais sobre temas como aborto legal; a sobrevivência de catadores(as) de materiais recicláveis; sonhos de jovens que cumprem medidas socioeducativas; a legalidade e os preconceitos sobre a entrega voluntária de bebês para adoção; negacionismo jurídico; pensão alimentícia; maconha medicinal; entre muitos outros.

The banner features a dark background with the text 'LEVANTE 129' in large, bold, white and green letters. Below it, a white box contains the text 'Agora também transmitido pela' in black, followed by 'Rádio CAM - 105.3' in green. At the bottom, there are two logos: 'cam 105.3' and 'Defensoria Pública BAHIA'. A small orange box at the bottom contains the text: 'Por meio de parceria com a Rádio Câmara Salvador, o Levante 129 ultrapassou as barreiras do meio digital (Spotify e Deezer) para chegar também às casas via rádio pela 105.3 FM'.





Debatendo temas atuais e promovendo educação em direitos, o podcast Levante 129, da DPE-BA, concorreu na categoria Mídia Radiofônica

## 2º LUGAR NO PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Por causa da maneira única de fazer comunicação dentro do Sistema de Justiça, unindo entretenimento, narração, memes e reflexões aprofundadas, o Levante 129 foi reconhecido como o segundo melhor produto radiofônico no Brasil, pelo Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2022. Também foi selecionado entre as 10 melhores práticas de comunicação na Justiça brasileira, durante congresso do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), que aconteceu em Goiânia (GO), onde o projeto foi apresentado como exemplo a ser reproduzido para jornalistas, estudantes, assessores(as) e comunicadores(as) que atuam em Tribunais, Defensorias e Ministérios Públicos, fóruns e associações de classes jurídicas pelo país.



Post comemorativo dos 60 mil seguidores aproveitou o momento da Copa do Mundo para mostrar com criatividade um comparativo do quanto a comunicação da DPE-BA cresceu nas redes sociais



## O avanço no uso das redes sociais

A pandemia trouxe um novo desafio para as instituições, em especial as públicas: como se manter próximas dos seus públicos em um contexto de distanciamento social? A resposta estava nas redes sociais, através das quais a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) avançou ainda mais na busca por maior ênfase na divulgação das suas ações e também das campanhas de educação em direitos, atingindo, em novembro de 2021, o expressivo número de 60 mil seguidores no Instagram.

Dessa forma, a DPE-BA tornou-se a primeira instituição do Sistema de Justiça a atingir dois grandes marcos:

1. **A Defensoria brasileira com mais seguidores e interação**
2. **A primeira instituição do Sistema de Justiça baiano a alcançar tantos seguidores**

Naturalmente, por serem instituições centenárias, mais antigas e conhecidas, com maior orçamento e número de servidores(as), tanto o Ministério Público quanto os Tribunais dos estados costumam

agregar mais seguidores em suas redes, mas não na Bahia, que foi pioneira em mudar essa lógica. Para o defensor público geral, Rafson Ximenes, o alcance das publicações foi fruto de uma gestão que investiu em redes sociais e da percepção da comunicação da Defensoria, que entregou conteúdos valiosos, que abordam os problemas reais e atuais que atingem o povo baiano.

As redes sociais são, por natureza, ferramentas inclusivas, desde que bem alinhadas e utilizadas de forma estratégica, como foi feito pela DPE-BA no biênio. A herança deixada é de fortalecimento e crescimento sustentável e duradouro. **Em janeiro de 2023, o Instagram da DPE-BA já contava com mais de 62 mil seguidores.**

Confira as postagens de maior repercussão e alcance:



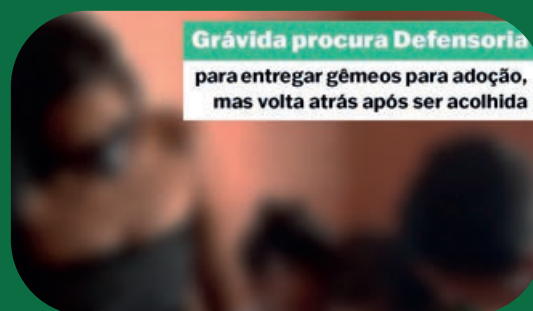
### DICIONÁRIO ANTIRRACISTA

A transformação dos conteúdos produzidos pela Defensoria, como as cartilhas de educação em direitos, em cards/posts tornou as publicações as de maior engajamento no Instagram. O principal destaque foi o Dicionário antirracista, que alcançou mais de 28 mil pessoas nessa rede.



### CASOS DE FAMÍLIA

Na série Casos de Família, os defensores e defensoras respondem, em vídeo, dúvidas dos seguidores na área de Direito de Família, sobre temas como pensão alimentícia, guarda compartilhada, teste de DNA, divórcio, união estável, regime de bens, dentre outros assuntos, que são tratados de forma direta e sem rodeios. Com início em setembro de 2021, sete vídeos foram publicados, que somados alcançaram mais de 90 mil visualizações no Instagram.



### CASOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Algumas das atuações da DPE-BA repercutiram não apenas nos veículos de comunicação como também nas nossas redes sociais. Um dos casos de grande notoriedade foi o de uma mulher de baixa renda, grávida de gêmeos, que buscava fazer a entrega voluntária, prevista em lei, dos dois bebês, mas que, após ser acolhida no atendimento psicossocial da Defensoria, resolveu voltar atrás e manteve a guarda das duas crianças e dos outros dois filhos anteriores. A publicação desse caso gerou um alcance de mais de 19 mil seguidores apenas no Instagram.



### DATAS HISTÓRICAS COMO MOMENTO DE REFLEXÃO

A celebração de datas históricas e festas populares, a exemplo da Lavagem do Bonfim, sempre mereceu destaque na comunicação nas redes sociais da DPE-BA. Dentre os assuntos abordados, um de grande repercussão em nossas redes sociais foi sobre o Dia das Trabalhadoras Domésticas, 27 de abril.

Na data, foram publicadas duas postagens, provocando reflexão e explicando por que as expressões "quarto de empregada" e "empregada doméstica" são termos racistas. Juntos, esses dois conteúdos tiveram um alcance de mais de 38 mil usuários(as).





## SÉRIE ELEIÇÕES

Em setembro de 2022, a DPE-BA desenvolveu uma série para conscientizar os eleitores acerca da importância de exercer a democracia através do direito ao voto e tirar dúvidas sobre o pleito eleitoral: os papéis e atribuições de cada um dos cargos eletivos (presidente, senador, governador e deputado federal e estadual), esclarecer sobre pesquisas eleitorais, votos em branco e nulo, proporcionalidade partidária, alienação eleitoral, transparência do processo eleitoral e confiabilidade das urnas eletrônicas, dentre outros temas ligados às eleições.

A série especial de eleições no Instagram apresentou ótimos números, com 60.926 perfis impactados.



## VÍDEO - RETORNO DA PRIMEIRA DEFENSORA INDÍGENA À SUA ALDEIA

O bom filho a casa torna, diz o ditado popular, mas, nesse caso, foi a boa filha que retornou. Em um ritual cheio de emoção e simbologia, a primeira indígena defensora pública da Bahia, Aléssia Pamela Bertuleza Santos, retornou à sua aldeia, na comunidade indígena Tuxá, no município de Rodelas, norte do estado, no exercício do cargo de defensora, para ouvir e atender as demandas do seu povo e de mais seis comunidades indígenas da região.

Aléssia é também coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Igualdade Étnica da Defensoria Pública do Estado da Bahia e, juntamente com a Ouvidoria Cidadã da DPE-BA, DPU (Defensoria Pública da União), MPF (Ministério Público Federal) e Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), realizou, em janeiro de 2023, visitas técnicas interinstitucionais em aldeias situadas nas cidades de Abaré, Paulo Afonso, Glória e Rodelas. As visitas foram iniciadas no território de Dzorobabé, espaço sagrado para o povo Tuxá, do qual a defensora é integrante.

O vídeo da celebração que o povo Tuxá realizou para a recepção de Aléssia, publicado no Instagram da DPE-BA, teve mais de 100 mil visualizações. Uma cerimônia de arrepiar, que confirmou a força da política de cotas e ações afirmativas realizada pela instituição.







## Lavagem do Bonfim

A Defensoria da Bahia, junto com a Associação de Defensoras e Defensores (Adep), aproveitou o retorno do cortejo da Lavagem do Bonfim, após a pandemia – tradicionalmente a instituição participa da festa popular todos os anos – e levou duas mensagens potentes para a população. Primeiro, reforçou o respeito às religiões, principalmente as de matriz africana, com a faixa “Jesus ou Oxalá: tem que respeitar”.

Depois, reafirmou a defesa da instituição do Estado Democrático de Direito, com a faixa “Sempre ao lado da Democracia. Defensoria pelo respeito ao voto do povo”, após o episódio de vandalismo de golpistas em Brasília, que culminou na destruição da Praça dos Três Poderes.

Ambas as mensagens chamaram a atenção para o ponto de vista institucional e para a defesa tanto da liberdade religiosa quanto da política, dois pontos em que a instituição considerada pela Constituição Federal como “expressão do regime democrático” não poderia se omitir. A Lavagem do Bonfim é o momento em que defensores(as) e trabalhadores(as) da Defensoria em geral se unem em torno de um propósito e celebram o começo de um ano em união.

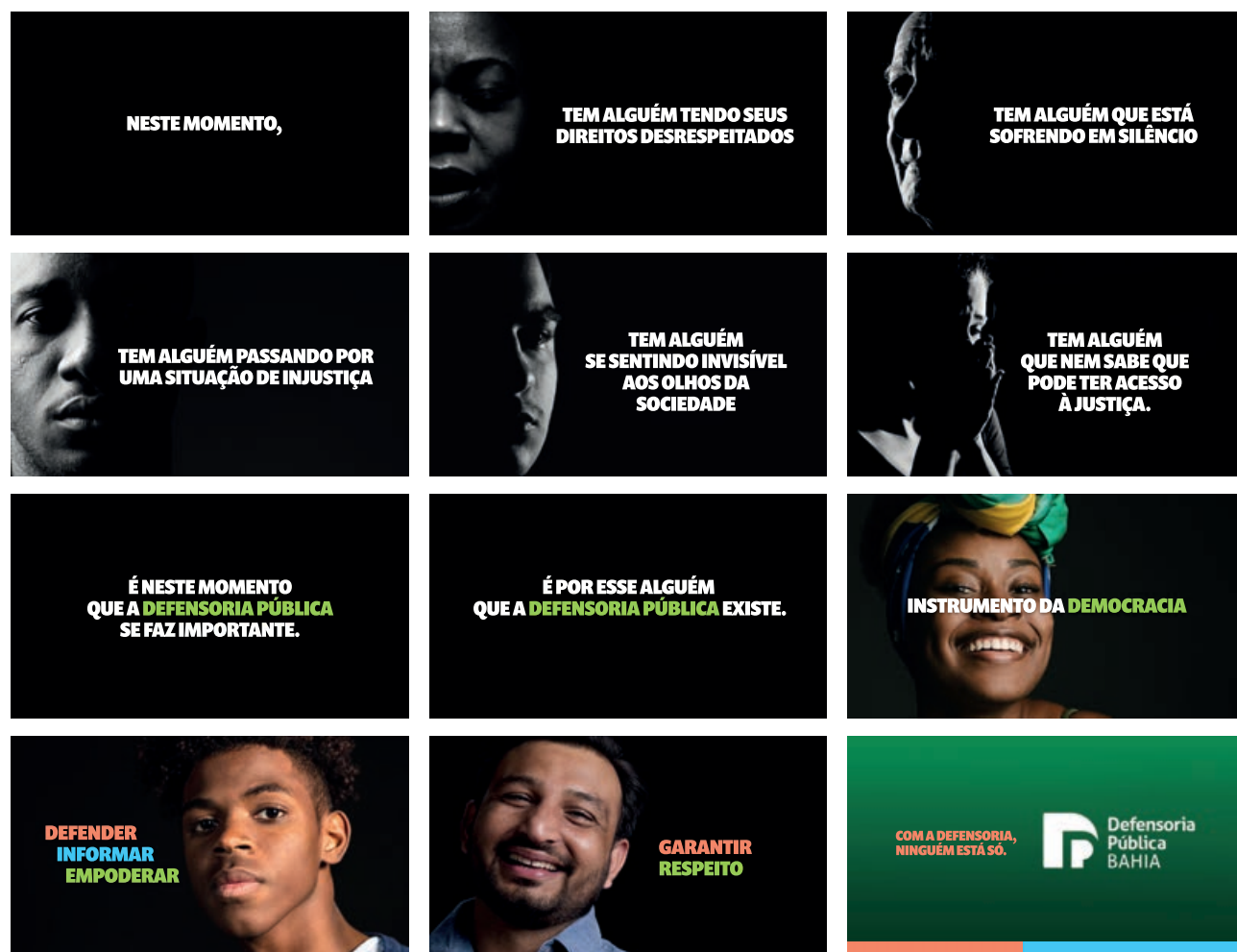
## CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

### Campanha institucional reforça a atuação e o papel da Defensoria na defesa dos mais vulneráveis

O que é a Defensoria? Quais as suas frentes de atuação? Quem pode procurá-la? Com o objetivo de elucidar esses e outros questionamentos, a Defensoria Pública da Bahia lançou a campanha institucional “Com a Defensoria, ninguém está só”. A ação publicitária contou com peças gráficas para as redes sociais, vídeo para TV, outdoor e busdoor, visando reforçar o papel da instituição no Sistema de Justiça para os públicos que precisam dos seus serviços.

Além da TV, a campanha estreou no cinema, por meio de uma parceria da Defensoria com o Circuito de Cinema Sala de Arte. Ao todo, foram veiculados 10 vídeos de 30 segundos que espelham a reação de pessoas aflitas com seus problemas jurídicos, mas que encontraram na Defensoria um porto seguro.





Os materiais de divulgação em diferentes mídias exemplificaram situações reais passíveis de atuação da DPE-BA, como os casos de violência contra a mulher, demandas de saúde, direitos do consumidor, atendimento às pessoas com deficiência, garantia de direitos da população LGBT+ e outros. A campanha alcançou todo o estado através das redes sociais da Defensoria e vídeos veiculados nas principais emissoras de TV e outras mídias.

Além disso, a campanha teve ações específicas para datas que marcam a luta de grupos vulneráveis que constituem o público assistido pela DPE-BA, como o Dia do Orgulho Gay, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, Dia Internacional do Deficiente Físico, Dia Internacional do Idoso, entre outras.

“A principal proposta dessa campanha é aproximar a instituição do assistido, é fazer com que as pessoas entendam que elas têm, sim, direito ao acesso à Justiça, **é mostrar para os vulnerabilizados que eles não estão sozinhos, afinal de contas eles têm a Defensoria**”, reforçou o coordenador de Comunicação da DPE-BA, Alexandre Lyrio, durante o lançamento que simbolicamente aconteceu em 19 de maio, no Dia da Defensoria.

## Furtos famélicos



O defensor Pedro Casali concedeu entrevista ao Profissão Repórter sobre a atuação da DPE em casos de crimes cometidos por fome ou necessidade básica



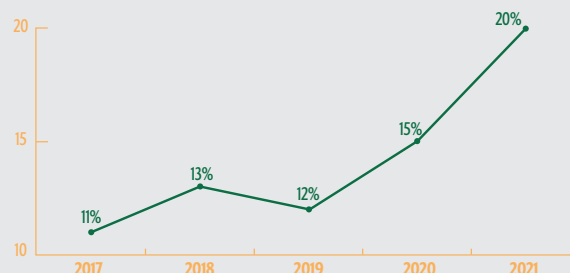
A série Furto por fome ganhou proporção nacional e pautou veículos como Profissão Repórter (Rede Globo) e Repórter Record Investigação (Rede Record), que vieram até a Bahia entrevistar defensores(as) e assistidos(as)



### Furtos em Salvador

|                                                    |                                                                          |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| <b>2017</b><br>554 furtos<br>64 famélicos (11,5%)  | <b>2018</b><br>481 furtos<br>63 famélicos (13,1%)                        |
| <b>2019</b><br>484 furtos<br>58 famélicos (12%)    | <b>2020</b><br>361 furtos<br>54 famélicos (14,9%)                        |
| <b>2021</b><br>237 furtos<br>48 famélicos (20,25%) | <b>2022</b><br>janeiro e fevereiro<br>37 furtos<br>06 famélicos (16,21%) |

### Aumento de furtos famélicos em Salvador



Série Furto por fome: em relação à quantidade de prisões por furtos em geral, o número de pessoas que foram enquadradas pela Justiça porque furtaram para sobreviver subiu de 11% para 20%

Após atender recorrentes casos de pessoas presas em Salvador por furtar itens necessários à sobrevivência, como comida, sabonete, remédios, entre outros – os chamados furtos famélicos –, a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) fez um levantamento que aponta um aumento no número de prisões desse tipo nos últimos cinco anos.

De 2017 a 2021, se comparados ao número de furtos gerais, os flagrantes de furtos famélicos subiram de 11,5% para 20,25%. Nesse período, foram 287 casos de pessoas como Patrícia\*, que perdeu o emprego, foi parar na rua, grávida, com três filhos, e viu na desobediência à lei penal a única saída para alimentá-los.

Em paralelo, outro número divulgado no mesmo período pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar mostrou que a insegurança alimentar grave afetou 9% da população em 2020 – 19 milhões de brasileiros. Quase o dobro que em 2018 – 10,3 milhões de pessoas.

O tema rendeu a série de reportagens Furtos por fome, que em três matérias especiais ouviu defensores(as) e assistidos(as) que foram flagrados furtando para sobreviver. A ideia chamou a atenção para essa realidade e pautou a mídia local e nacional. **Todos os grandes veículos de TV, rádio e jornal impresso na Bahia noticiaram o levantamento. A DPE-BA também foi procurada por veículos nacionais e internacionais, como O Globo, UOL, CNN, DW Brasil e The Washington Post.** Além disso, grandes programas nacionais, como o Profissão Repórter e o Repórter Record Investigação, repercutiram a iniciativa.

Como não conseguem encontrar trabalho, o desespero faz com que muitas dessas pessoas “apostem” a sua liberdade, aventurando conseguir os itens de que precisam, normalmente em grandes supermercados. O paradoxo desse comportamento é que, se pegos em flagrante, a estigmatização da prisão acaba fechando ainda mais as portas do mercado de trabalho.

## CONHEÇA ALGUMAS HISTÓRIAS DA SÉRIE FURTOS POR FOME

**José Antônio\*** entrou em uma grande rede de supermercados, avaliou alguns produtos nas prateleiras e escondeu quatro pacotes de carne seca na sacola que levava, mas foi flagrado antes de sair. Furtou para comer! No inquérito policial, a delegacia de polícia informou: “Preso em flagrante, tendo como vítima a sociedade”.

Ele, que era réu primário, responde a um processo criminal há seis anos, mas viu seu socorro na atuação da Defensoria. “Me arrependo muito de ter me deixado levar a esse ponto. É lamentável. Tô pagando um preço por isso, já tive várias portas batidas na minha cara. Sou técnico formado, mas as portas não se abrem mais para mim”, relatou José\*.

**Patrícia\***, mulher de 28 anos, desempregada, estava há oito meses em situação de rua, grávida e com três filhos. Foi presa em flagrante por furto de sabonete, lâminas de barbear, creme dental e calcinhas em uma loja de departamentos.

Depois de ser atendida no plantão que a Defensoria realiza todos os fins de semana no Núcleo de Prisão em Flagrante, em Salvador, foi liberada pelo juiz, a pedido da defensora Flávia Apolônio, e responde ao processo em liberdade.

\*Nomes fictícios.

As reportagens colocaram em evidência também o princípio da insignificância, que no Direito põe limites ao poder repressivo do Estado, assegurando que pessoas que praticaram infrações penais leves não sejam julgadas de maneira desproporcional. Além disso, criticaram o custo jurídico gerado pela instauração de um inquérito policial e movimentação da máquina judiciária para processar alguém que furtou miojo e desodorante de supermercados que sequer têm prejuízo, já que os itens costumam ser devolvidos.

COMUNICAÇÃO PREMIADA

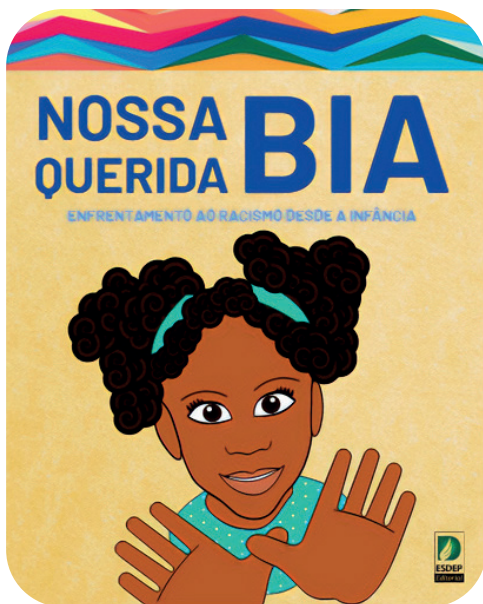
## Defensoria da Bahia vence o Prêmio Nacional de Comunicação 2021

O trabalho da Assessoria de Comunicação da DPE-BA no projeto gráfico e revisão do livro de contos “Nossa querida Bia” foi contemplado com o 1º lugar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça em 2021. Foi eleito como a melhor Publicação Especial, no encerra-

mento do Congresso de Comunicação que reúne jornalistas, assessores(as) e coordenadores(as) de comunicação de todo o Sistema de Justiça do Brasil. O livro teve a coordenação editorial e de produção da jornalista Vanda Amorim, e contou com o projeto gráfico do designer Saulo Macedo e do estagiário de designer Mateus Lima.

Com tiragem inicial de 20 mil exemplares, a publicação foi idealizada pela Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio das defensoras públicas Laissa Rocha e Gisele Aguiar; e Especializada de Direitos Humanos, por meio da defensora pública Eva Rodrigues. A autoria é partilhada ainda com Karina Moreira Menezes e Nanci Helena Rebouças Franco, que fazem parte do Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFBA.

Após o prêmio, em 2022, a **Defensoria da Bahia assinou convênio com a Prefeitura de Salvador para permitir o acesso do livro de minicontos pelos estudantes das turmas do Ensino Fundamental I da rede municipal de educação.** A medida garantiu a impressão de 160 mil exemplares para distribuição nas escolas.



## Recorde em 2022

Em 2022, a Defensoria da Bahia concorreu em 5 das 12 categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça e alcançou um marco histórico: obteve não somente o maior número de indicações entre as assessorias de comunicação das instituições do Sistema de Justiça de todo o Brasil no ano, como também quebrou recorde, sendo a mais indicada em uma única edição, em mais de 20 anos de história da premiação.

Com 301 projetos inscritos e apenas 36 finalistas, a edição de 2022 foi a maior da história da premiação. Embora não tenha conquistado o primeiro lugar, a instituição recebeu a “medalha de prata” em quatro indicações e de “bronze” em uma.

### CONHEÇA AS INICIATIVAS FINALISTAS DO PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

- Na categoria Mídia Digital, a DPE-BA levou o 2º lugar pelo projeto “Dicionário de expressões (anti)racistas – como eliminar as microagressões do cotidiano”, com a pontuação média de 7,47. Reunindo diversas expressões comumente utilizadas que veiculam visões racistas, a publicação faz pensar como a linguagem pode ser instrumento do racismo e aponta expressões alternativas para romper com violências simbólicas.
- Na categoria Projeto/Campanha Institucional de Interesse Público, a Ação Cidadã Sou Pai Responsável, da DPE-BA, foi a terceira colocada, com a média de 9,10. A ação busca tanto incentivar pais a assumirem a paternidade de crianças sem registro quanto estimular a participação dos homens no convívio e desenvolvimento dos(as) filhos(as).
- Na categoria Mídia Radiofônica, o podcast Levante 129, da DPE-BA, conquistou o 2º lugar, com a média de 9,56. Contando histórias marcantes de pessoas que foram defendidas pela instituição e abordando temas incômodos e polêmicos como aborto e punitivismo penal, entre outros, o Levante 129 quebra o silêncio de uma falsa imparcialidade e demonstra que a Defensoria tem lado: dos Direitos Humanos e das pessoas em situação de vulnerabilidade.



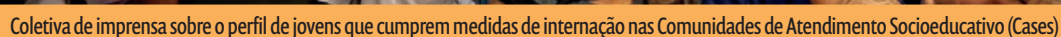
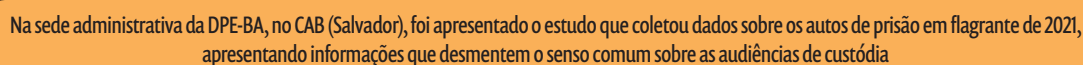
A DPE-BA foi indicada em 5 de 12 categorias, conquistando o maior número de indicações entre as assessorias de comunicação das instituições do Sistema de Justiça de todo o Brasil

- Na categoria Publicação Impressa Especial, a DPE-BA levou o 2º lugar com a publicação da versão totalmente em braile da cartilha “Direitos das pessoas com deficiência”, conquistando uma média de 9,03. A cartilha é um resumo do conjunto das garantias legais da população com deficiência, com temas como direito à saúde, mobilidade, educação, trabalho, previdência e lazer – e foi distribuída para institutos de formação de leitores em braile e bibliotecas na Bahia.
- Já na categoria Reportagem Escrita, também ficou com o 2º lugar, com média de 9,65, a série de reportagens sobre o caso do assassinato de Pedro Henrique, ativista pela paz e contra a violência policial, morto em sua própria casa na cidade de Tucano, interior do estado, em 2018. Três reportagens abordam a violência processual que vem sofrendo a mãe de Pedro na sua luta por Justiça, a situação dela após a morte do filho, e traçam um perfil do ativismo de Pedro na cidade do interior da Bahia.





Um dos destaques foram as pesquisas estratégicas e estudos da instituição, que mostraram dados importantes levantados pela Defensoria sobre audiências de custódia, prisões em flagrante, comunidades de atendimento socioeducativo e sobre a prerrogativa de requisição. **Assim, a DPE-BA pautou a mídia, levou à população o conhecimento sobre o trabalho defensorial e fortaleceu a imagem da instituição.**











Impresso pela **Gráfica Golgraf** em papel couché fosco 115g/m<sup>2</sup>.  
Tiragem de 450 exemplares.

Imagem pág. 25 fornecida por pch.vector - Freepik  
Imagem pág. 42 fornecida por Diva Plavalaguna - Pexels  
Imagem pág. 83 e pág 147 fornecida por Kevin Ku - Pexels



**Defensoria  
Pública  
BAHIA**